

UMA CONCERTAÇÃO
PELA AMAZÔNIA

 Amazônia Legal
em **Dados**

Radiografia da Amazônia Legal

Visão integrada dos estados da região

Outubro de 2020


MacroPlan

Apresentação



Este relatório apresenta uma radiografia da **Amazônia Legal** em temas relevantes para o desenvolvimento, com base em dados públicos existentes a nível nacional, com o intuito de identificar desafios e oportunidades para o desenvolvimento da região da Amazônia Legal.



A radiografia está organizada em 10 books, este com a visão integrada da região e outros nove para os estados. São mais de 1000 páginas com análises descritivas de 56 indicadores em 11 temas.



A análise da situação do conjunto dos estados pertencentes à região conta, sempre que possível, com a evolução dos indicadores na última década.



Além da análise evolutiva, foi feita uma comparação com as outras regiões do país e com o restante do Brasil como um todo (sem considerar a região da Amazônia Legal).



Outra perspectiva estudada são as heterogeneidades internas da região, com um panorama dos estados no último ano nos indicadores analisados.

Critérios de seleção dos indicadores

Os indicadores selecionados para esta análise buscam captar dimensões relevantes da realidade socioeconômica da região, respeitando os seguintes critérios:

- » Foram priorizados indicadores que medem resultados finais da cadeia de entregas das políticas públicas ou medem benefícios diretos à população, com periodicidade regular (anual ou bienal), de fontes oficiais de informação;
- » Para possibilitar comparações, optou-se pelos indicadores com abrangência nacional, disponíveis com a mesma metodologia para todas as unidades da federação ou para todos os municípios brasileiros; e
- » Além disso, buscou-se comparar o presente com o passado, trazendo indicadores com uma série histórica de até 10 anos.

É importante ressaltar que, por mais abrangente que seja, esta radiografia não se propõe a exaurir todos os temas relativos ao desenvolvimento da região e sua diversidade, nem substituir estudos e trabalhos realizados por outras instituições ou pesquisadores que analisam a região.

Sumário

PG 8



**Síntese geral
dos temas**

PG 15



Demografia

PG 24



Economia

PG 35



**Desenvolvimento
Social**

PG 48



Infraestrutura

PG 63



Saneamento

PG 71



Educação

PG 88



Saúde

PG 95



Segurança

PG 100



**Meio
Ambiente**

PG 113



**Ciência e
Tecnologia**

PG 122

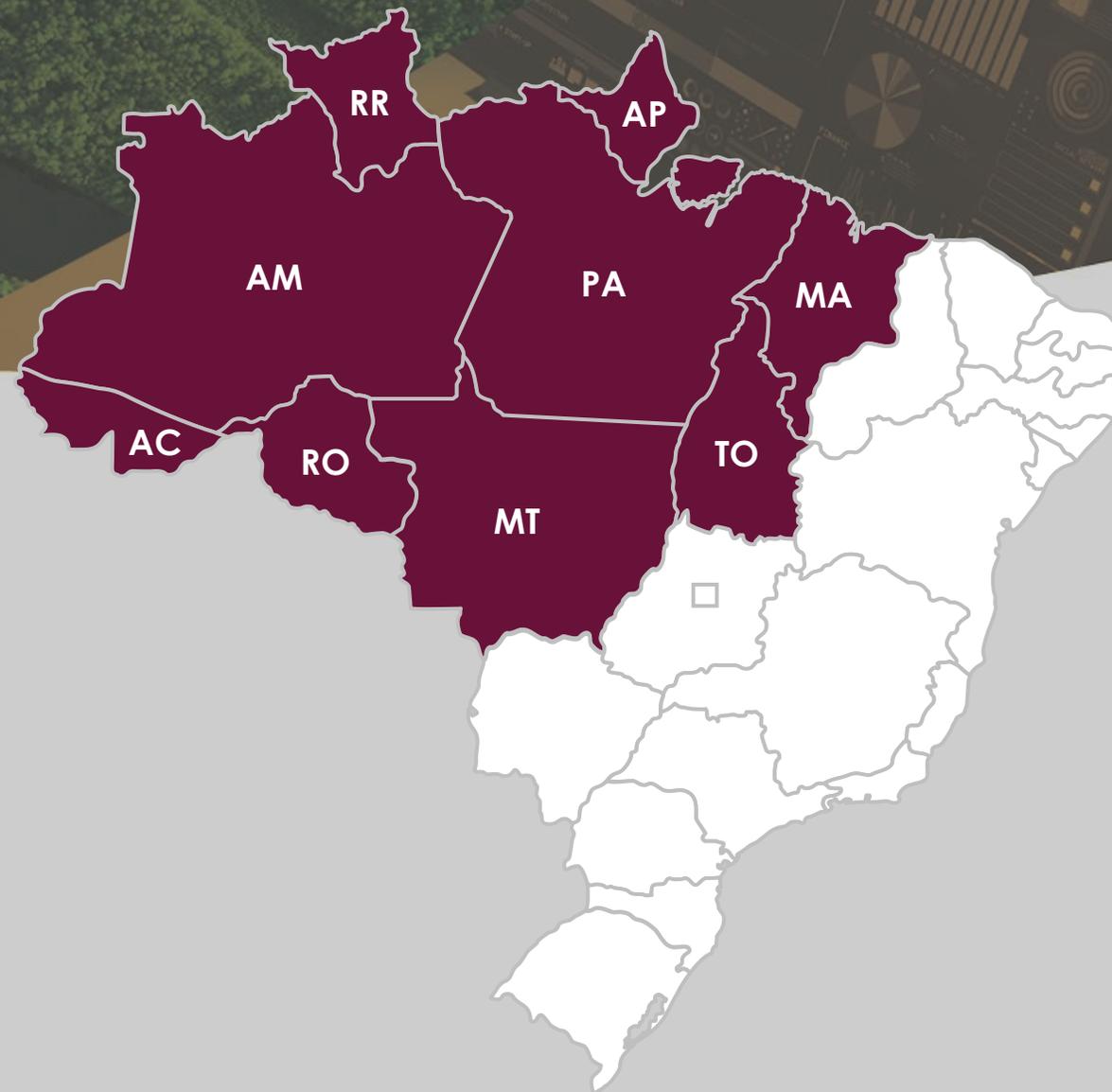


Institucional

Estados da Amazônia Legal

Abrangência

- ▶ Nove estados e 808 municípios
- ▶ 28,2 milhões de habitantes (14% do Brasil)
- ▶ 6,1 milhões de km² (60% do território nacional)
- ▶ PIB de R\$ 584 bilhões (9% do nacional)
- ▶ 11,2 milhões de ocupados (12% do Brasil)
- ▶ 1,2 milhões de km² de áreas de conservação (83% da nacional)



Principais destaques

- ❶ A região da Amazônia Legal é caracterizada por muitas riquezas e oportunidades, mas também por enormes desafios ao desenvolvimento.
- ❷ Além das riquezas naturais e maior cobertura natural do solo, há temas em que a região se destaca positivamente em comparação com o resto do Brasil no último dado disponível. O desemprego e a desigualdade de renda, apesar da deterioração recente, ainda são inferiores à média nacional e registrou menor crescimento entre 2012 e 2019. Do ponto de vista da saúde, destaca-se a menor mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis.
- ❸ Há destaques em outras áreas como o maior percentual de rodovias pavimentadas, o menor uso do solo para agropecuária e a taxa de congestionamento da justiça, inferior à média dos outros estados.
- ❹ Contudo, em praticamente todas as áreas analisadas, a região apresenta indicadores aquém da média brasileira e das outras regiões, exceto o Nordeste. Embora a região tenha crescido mais que a média brasileira na década de 2007 a 2017, ainda possui um PIB per capita 38% inferior ao resto do Brasil, superando apenas o PIB per capita nordestino.
- ❺ A evolução da renda e da pobreza não foi favorável após 2014, contudo, as perdas ainda não anularam os ganhos de 2012 a 2019. Tais ganhos foram insuficientes para aproximar a região da média brasileira.
- ❻ São grandes defasagens as em termos de infraestrutura, no que se refere à qualidade das rodovias e do fornecimento de energia elétrica, no acesso à TICs e, principalmente, no acesso à saneamento adequado que atende somente um quarto da população da região.

Principais destaques

- ❶ A região evoluiu em termos educacionais, mas ainda apresenta carências na qualidade da educação básica e no acesso à educação infantil. A imensa maioria das crianças até 3 anos (78%) não frequenta creche e ainda há 10% das crianças de 4 a 5 anos fora da pré-escola em 2019. A região apresenta baixa escolaridade média da população adulta e elevada taxa de analfabetismo de jovens e adultos, índices melhores apenas que a região nordeste na comparação regional.
- ❷ Os indicadores de saúde também avançaram positivamente na década, mas seguem preocupantes a começar pela expectativa de vida de 72,8 anos, 4,3 anos inferior ao resto do país. Os avanços observados na década de 2008-2018 foram menores que a média brasileira
- ❸ O mesmo movimento ocorreu na área de segurança, com avanços mais lentos que a média brasileira na taxa de homicídios e na taxa de óbitos por acidente de trânsito, a região tem índices superiores à todas as região com exceção do Nordeste no caso de homicídios.
- ❹ Há elevadas disparidades internas na comparação interestadual. O PIB per capita do Mato Grosso é três vezes o PIB per capita do Maranhão. O Mato Grosso tem menos da metade do percentual de pobres da maior parte dos estados da região. A taxa de analfabetismo varia de cerca de 5-6% no Amapá, Roraima e Mato Grosso, a mais de 15% no Maranhão.
- ❺ Na qualidade da educação, o Acre se destaca com melhor IDEB no EF I e EFII, junto com Rondônia, com cerca de um ponto acima do Amapá e Pará. Rondônia tem também o melhor IDEB do EM da região, 0,8 ponto acima do Amapá e Pará. Contudo, mesmo o maior índice da região, o estado tem desempenho inferior à média brasileira.
- ❻ Isto ocorre em boa parte dos indicadores, isto é, todos os estados da região apresentam defasagem em relação à média nacional evidenciando desafios comuns que devem ser tratados em uma agenda integrada de desenvolvimento.



Síntese geral dos temas

Síntese dos indicadores da Amazônia Legal

	Período	Evolução	Comparação com o resto do Brasil
Economia			
PIB per capita	2007 - 2017		
Taxa de desemprego	2012 - 2019		
Informalidade	2012 - 2019		
Desenvolvimento Social			
Renda domiciliar per capita	2012 - 2019		
Índice de Gini	2012 - 2019		
Pobreza	2012 - 2019		
Percentual de jovens nem-nem-nem	2012 - 2019		
Gravidez precoce	2008 - 2018		
Inadequações de moradia	2017 - 2019		

Evolução

- Crescimento no período Melhora no período
- Queda no período Piora no período
- Estável no período

Comparação com o resto do Brasil

- Melhor do que o resto do país no último ano
- Pior que o resto do país no último ano
- Igual ao resto do país no último ano

Síntese dos indicadores da Amazônia Legal

	Período	Evolução	Comparação com o resto do Brasil
Infraestrutura			
Percentual de rodovias pavimentadas	2007 - 2017		
Qualidade das rodovias	2009 - 2019		
Uso da internet	2016 - 2018		
Qualidade da internet	2016 - 2018		
Uso do telefone e do celular	2016 - 2019		
Frequência Equivalente de Interrupção	2008 - 2018		
Duração Equivalente de Interrupção	2008 - 2018		
Saneamento			
Saneamento adequado	2016 - 2019		

Evolução

- Crescimento no período
- Queda no período
- Estável no período
- Melhora no período
- Piora no período

Comparação com o resto do Brasil

- Melhor do que o resto do país no último ano
- Pior que o resto do país no último ano
- Igual ao resto do país no último ano

Síntese dos indicadores da Amazônia Legal

	Período	Evolução	Comparação com o resto do Brasil
 Educação			
Frequência à creche	2016 - 2019		
Frequência à pré-escola	2016 - 2019		
Escolaridade média	2012 - 2019		
Taxa de analfabetismo	2012 - 2019		
Percentual de ovens com Ensino Superior	2012 - 2019		
Qualidade do Ensino Fundamental I - Rede Pública	2009 - 2019		
Qualidade do Ensino Fundamental II - Rede Pública	2009 - 2019		
Qualidade do Ensino Médio - Rede Estadual	2009 - 2019		

Evolução



Crescimento no período



Melhora no período



Queda no período



Piora no período



Estável no período

Comparação com o resto do Brasil



Melhor do que o resto do país no último ano



Pior que o resto do país no último ano



Igual ao resto do país no último ano

Síntese dos indicadores da Amazônia Legal

	Período	Evolução	Comparação com o resto do Brasil
Saúde			
Expectativa de vida	2010 - 2019		
Taxa de mortalidade prematura por DCNT	2012 - 2018		
Taxa de mortalidade infantil	2008 - 2018		
Segurança			
Taxa de homicídios	2008 - 2018		
Taxa de óbitos no trânsito	2008 - 2018		

Evolução

- Crescimento no período
- Queda no período
- Estável no período
- Melhora no período
- Piora no período

Comparação com o resto do Brasil

- Melhor do que o resto do país no último ano
- Pior que o resto do país no último ano
- Igual ao resto do país no último ano

Síntese dos indicadores da Amazônia Legal

	Período	Evolução	Comparação com o resto do Brasil
 Meio Ambiente			
Cobertura natural do solo	2008 - 2018		
Uso do solo para agropecuária	2008 - 2018		
Taxa de cadastramento ambiental rural	2014 - 2019		
Desmatamento acumulado	2009 - 2019		
Focos de queimadas	2009 - 2019		
Emissão de CO2 per capita	2008 - 2018		

Evolução

-  Crescimento no período
-  Queda no período
-  Estável no período
-  Melhora no período
-  Piora no período

Comparação com o resto do Brasil

-  Melhor do que o resto do país no último ano
-  Pior que o resto do país no último ano
-  Igual ao resto do país no último ano

Síntese dos indicadores da Amazônia Legal

	Período	Evolução	Comparação com o resto do Brasil
 Ciência e Tecnologia			
Taxa de mestres e doutores por 100 mil habitantes	2009 - 2019		
Percentual de vínculos em ocupações técnico-científicas	2008 - 2018		
Percentual de dispêndios em C&T com relação à receita total	2007 - 2017		

Evolução



Crescimento no período



Melhora no período



Queda no período



Piora no período



Estável no período

Comparação com o resto do Brasil



Melhor do que o resto do país no último ano



Pior que o resto do país no último ano



Igual ao resto do país no último ano



Demografia



Evolução da População

- ▶ A população da Amazônia Legal foi estimada em 28,6 milhões de habitantes em 2019. Cresceu 8,5% em relação à 2012.
- ▶ A participação da região no Brasil aumentou 0,42 p. p. desde 2012.

Evolução da população (em milhões) e participação no país (%) - 2012 a 2019



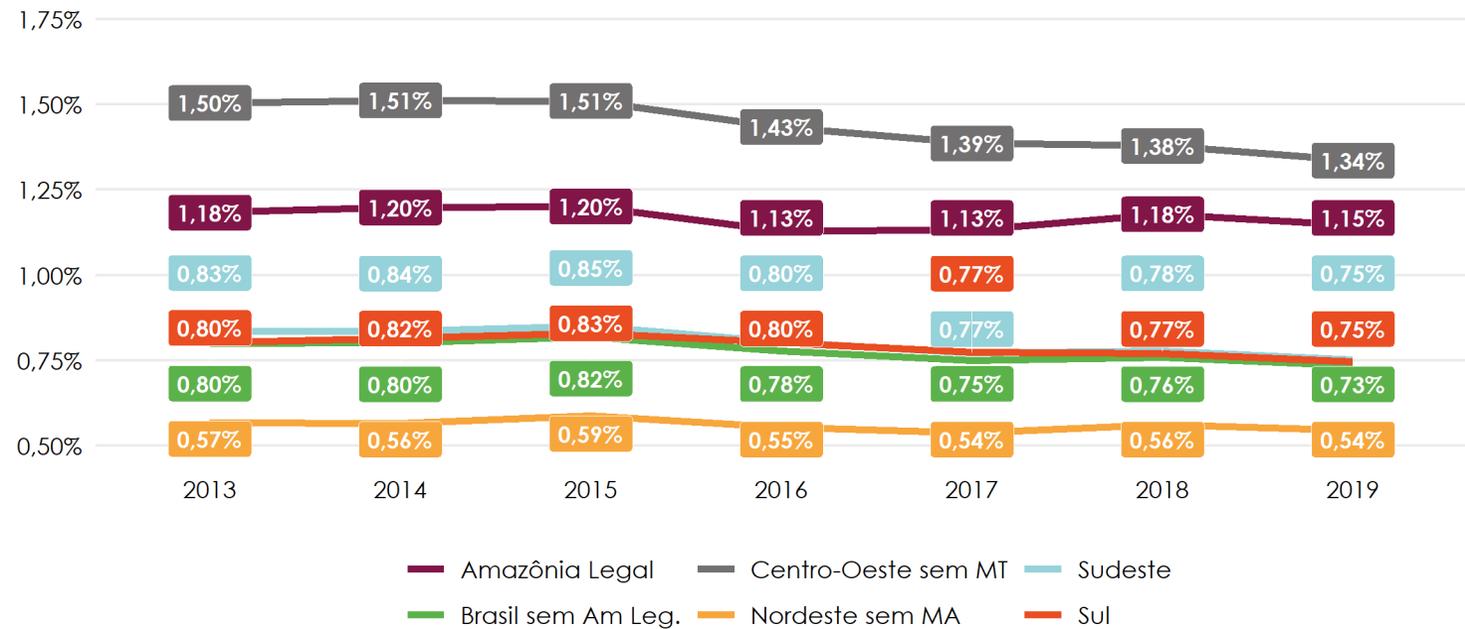
Fonte: PNAD Contínua. Obs: Para o cálculo da participação da região, foram considerados os 9 estados que compõem a Amazônia Legal.



Crescimento populacional

- ▶ A região registrou, entre 2013 e 2019, crescimento populacional de 8,46%, superior ao da média do resto do Brasil (5,57%).
- ▶ As maiores variações anuais da população da região foram registradas em 2014 e 2015 (1,2%) e as menores em 2016 e 2017 (1,13%).

Taxa de crescimento populacional (%) - 2013 a 2019



Fonte: PNAD Contínua.



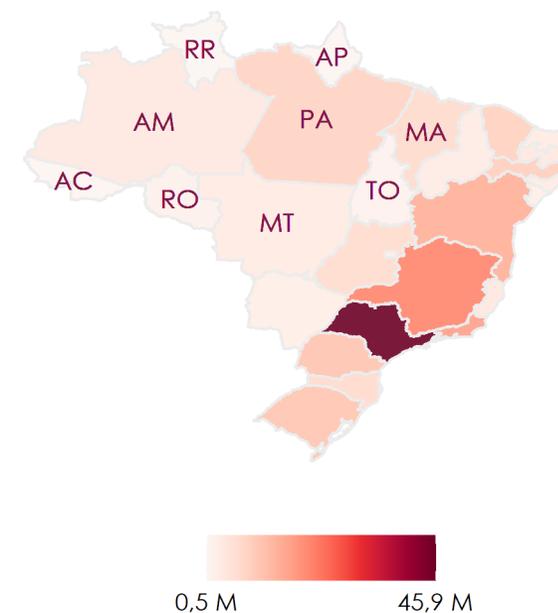
Heterogeneidades internas

População

- Os estados da Amazônia Legal apresentam tamanhos populacionais muito diferentes, variando de 539,7 mil em Roraima, que representa 1,9% da população da região, a 8,6 milhões no estado do Pará, que representa 30% da população da região em 2019.

População nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Participação no total da região	População
Pará	30,0%	8.561.098
Maranhão	24,6%	7.040.610
Amazonas	13,9%	3.983.005
Mato Grosso	12,0%	3.430.698
Rondônia	6,2%	1.766.689
Tocantins	5,5%	1.559.657
Acre	3,0%	865.422
Amapá	2,9%	837.575
Roraima	1,9%	539.741
Amazônia Legal	100,0%	28.584.495



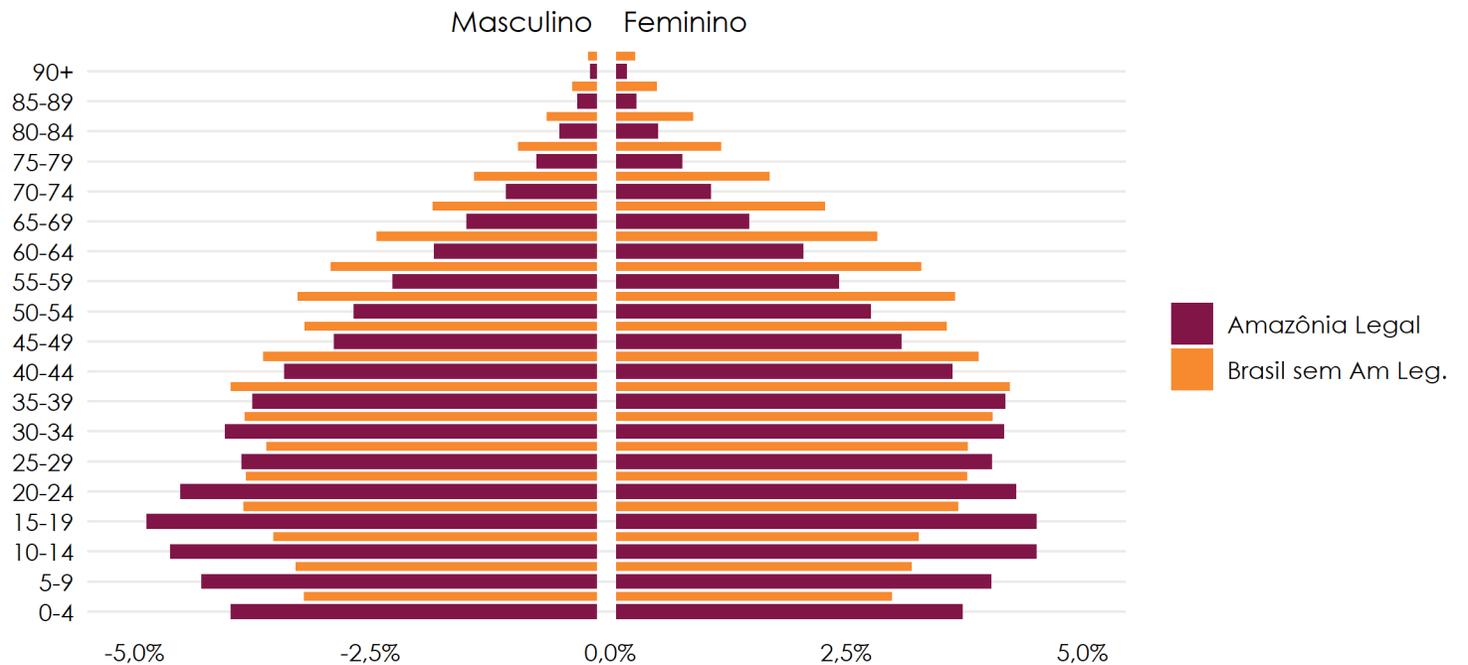
Fonte: PNAD Contínua.



Composição da população

- De acordo com as estimativas do IBGE, a população até 14 anos representa 24,7% da população da região em 2019, ficando acima da média do resto do país (19%).
- Já a população com 65 anos ou mais é de 7,6%, inferior à média do resto do país (11,2%).

Pirâmide etária (população por faixa etária e gênero) - 2019



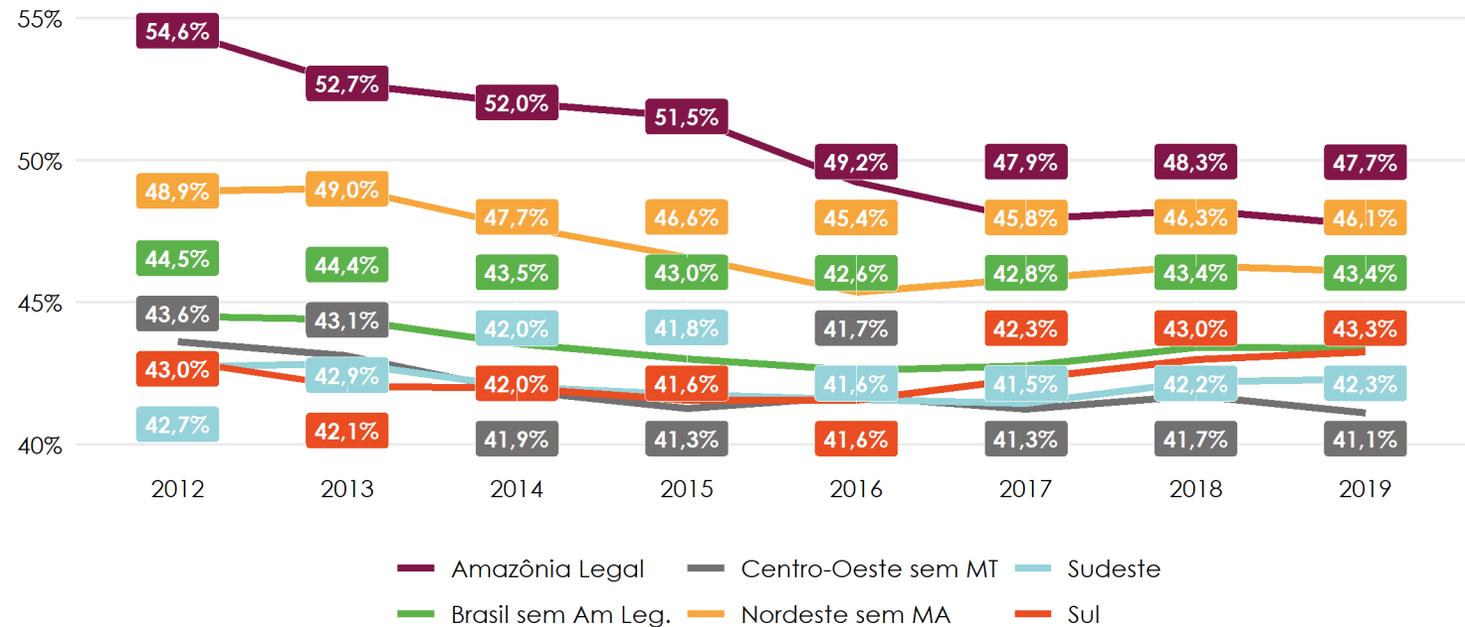
Fonte: PNAD Contínua.



Evolução da Razão de dependência

- ▶ A razão de dependência, que mede a razão entre a população dependente – jovens e idosos – e a população de 15 a 65 anos, é 47,7% na média dos estados da Amazônia Legal, superior à média do resto do Brasil (43,4%).
- ▶ Houve queda desta razão entre 2012 e 2019, tanto na região quanto no país.

Razão de dependência¹ (%) - 2012 a 2019



Fonte: PNAD Contínua. Obs: ¹ Razão entre a população com menos de 15 anos ou mais de 65 sobre a população de 15 a 65 anos de idade.



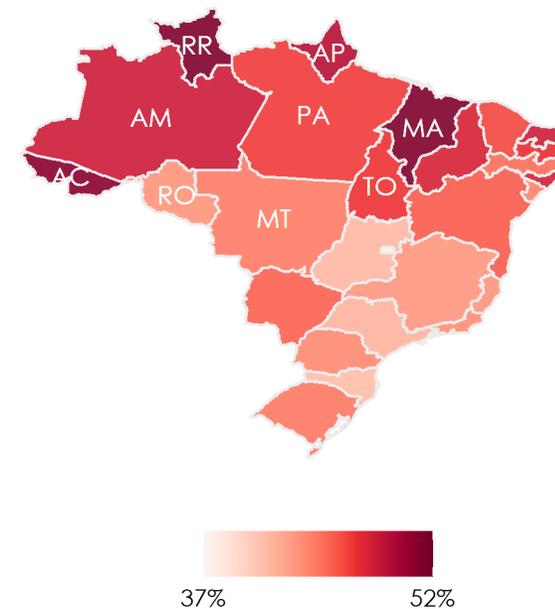
Heterogeneidades internas

Razão de dependência

- ▶ A razão de dependência varia muito entre os estados da Amazônia Legal. Varia de 43,2% em Rondônia a 51,3% no estado de Roraima em 2019.
- ▶ Ressalta-se que, apesar das diferenças, em todos os estados da região a razão de dependência é mais elevada que a média do resto do país.

Razão de dependência nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Razão de dependência
Roraima	51,3%
Maranhão	51,2%
Acre	50,9%
Amapá	49,1%
Amazonas	48,2%
Tocantins	46,9%
Pará	46,6%
Mato Grosso	44,2%
Rondônia	43,2%
Amazônia Legal	47,7%



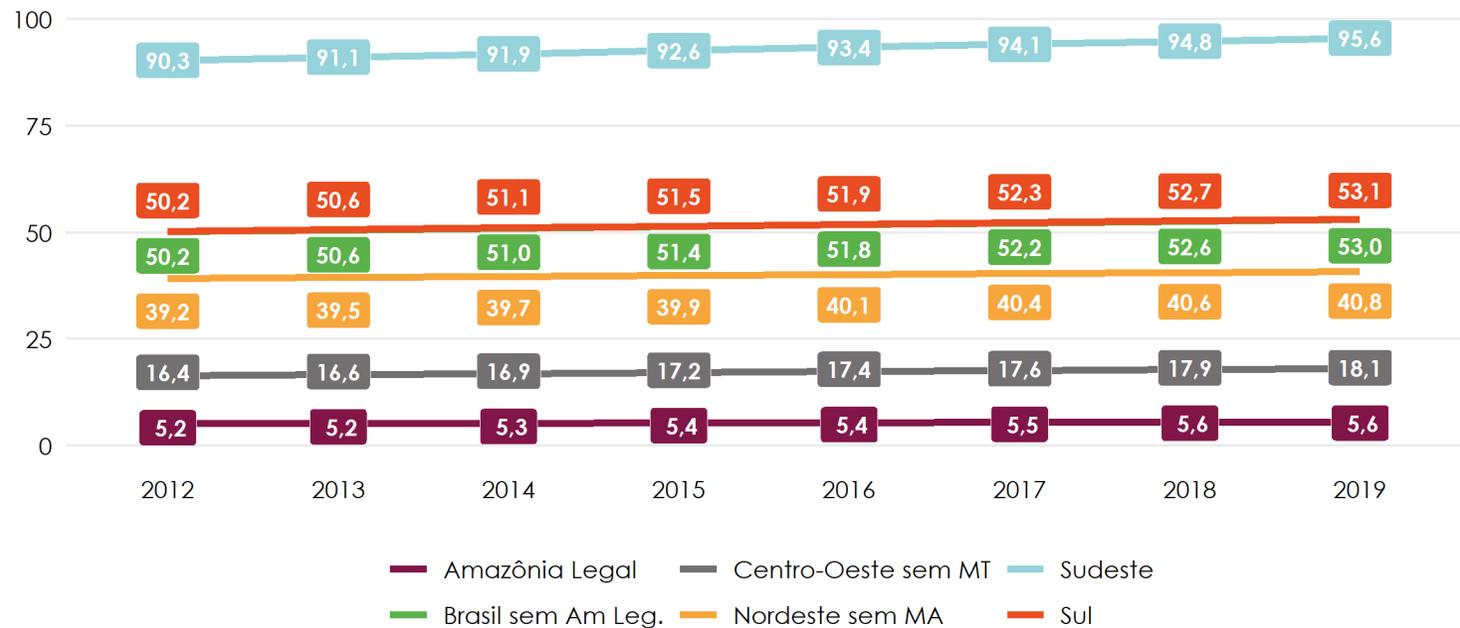
Fonte: PNAD Contínua.



Evolução da Densidade populacional

- ▶ A região tem baixa densidade populacional, característica que a distingue de todas outras regiões do país.
- ▶ Entre 2012 e 2019, houve crescimento da densidade populacional na região de 5,2 hab/Km² para 5,6 hab/Km².

Densidade populacional (hab/km²) - 2012 a 2019



Fonte: PNAD Contínua e IBGE.



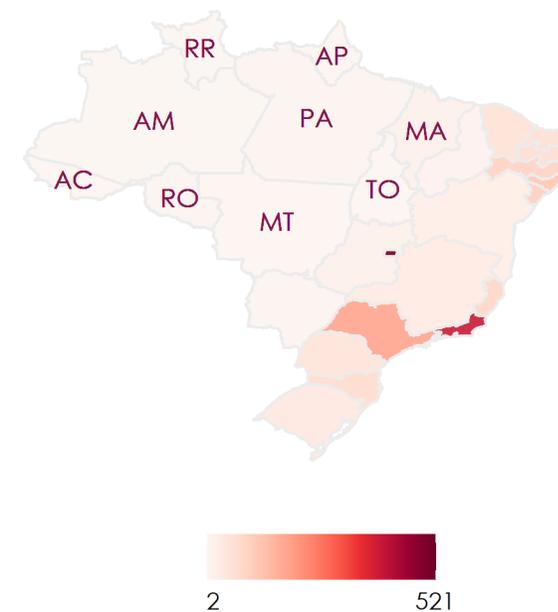
Heterogeneidades internas

Densidade populacional

- ▶ Cerca de 68,5% da população da região da Amazônia Legal está concentrada em três estados: Pará, Maranhão e Amazonas.
- ▶ Apesar de todos os estados da Amazônia Legal terem baixa densidade demográfica, o índice varia de 2,4 em Roraima a 21,2 no Maranhão, em 2019.
- ▶ Mesmo o estado com maior número de hab/Km², Maranhão, tem uma densidade inferior à média do resto do Brasil.

Densidade populacional nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	População total (2019)	Participação no total da região	Densidade populacional
Pará	8.561.098	30,0%	6,9
Maranhão	7.040.610	24,6%	21,2
Amazonas	3.983.005	13,9%	2,6
Mato Grosso	3.430.698	12,0%	3,8
Rondônia	1.766.689	6,2%	7,4
Tocantins	1.559.657	5,5%	5,6
Acre	865.422	3,0%	5,3
Amapá	837.575	2,9%	5,9
Roraima	539.741	1,9%	2,4
Amazônia Legal	28.584.495	100,0%	5,6



Fonte: Estimativas Populacionais e IBGE.



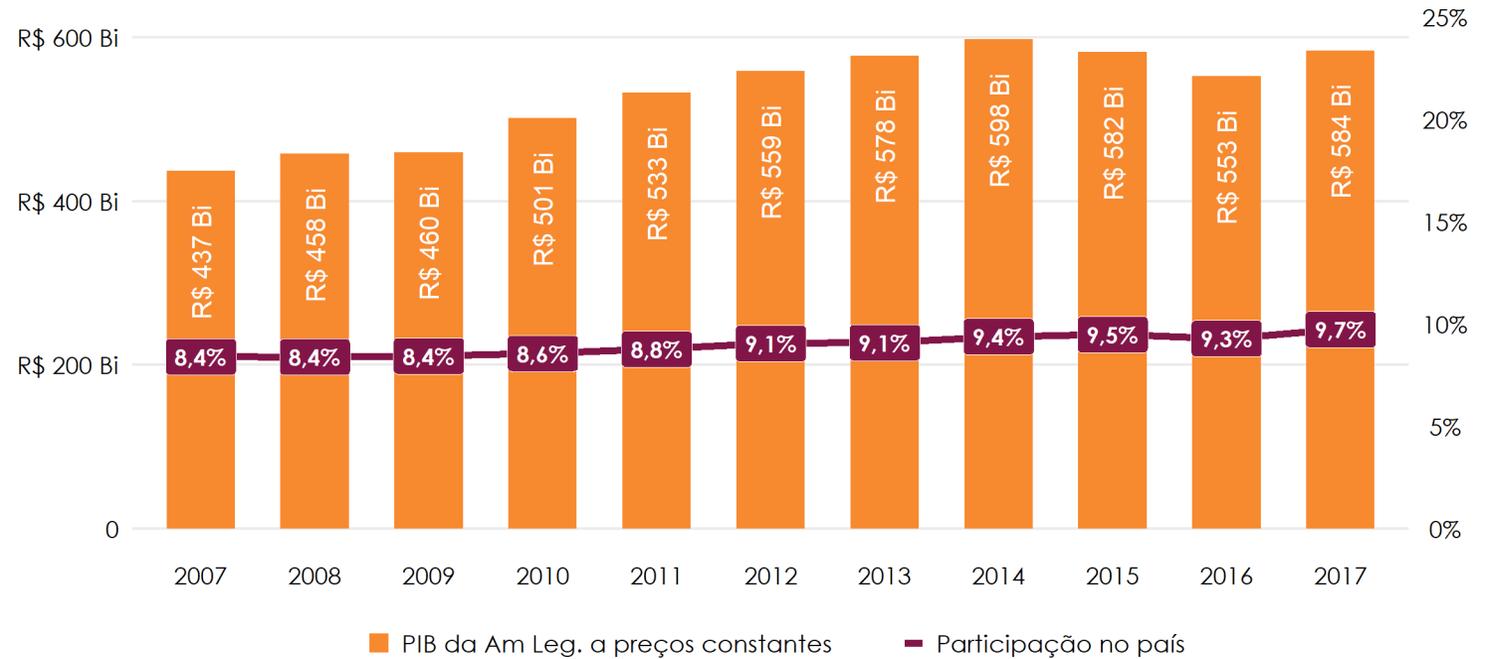
Desenvolvimento Econômico



Evolução do PIB

- Com um PIB total de R\$ 584 bilhões em 2017, a região da Amazônia Legal tinha 9,7% do PIB total do país, participação inferior à representatividade populacional da região (15,8%).
- Na década de 2007 a 2017, houve um crescimento real do PIB de 33,8% e a participação da região no PIB do país subiu 1,3 p.p. no período.

Evolução do PIB (em R\$ bilhões de 2017) e a sua participação no país (%) - 2007 a 2017



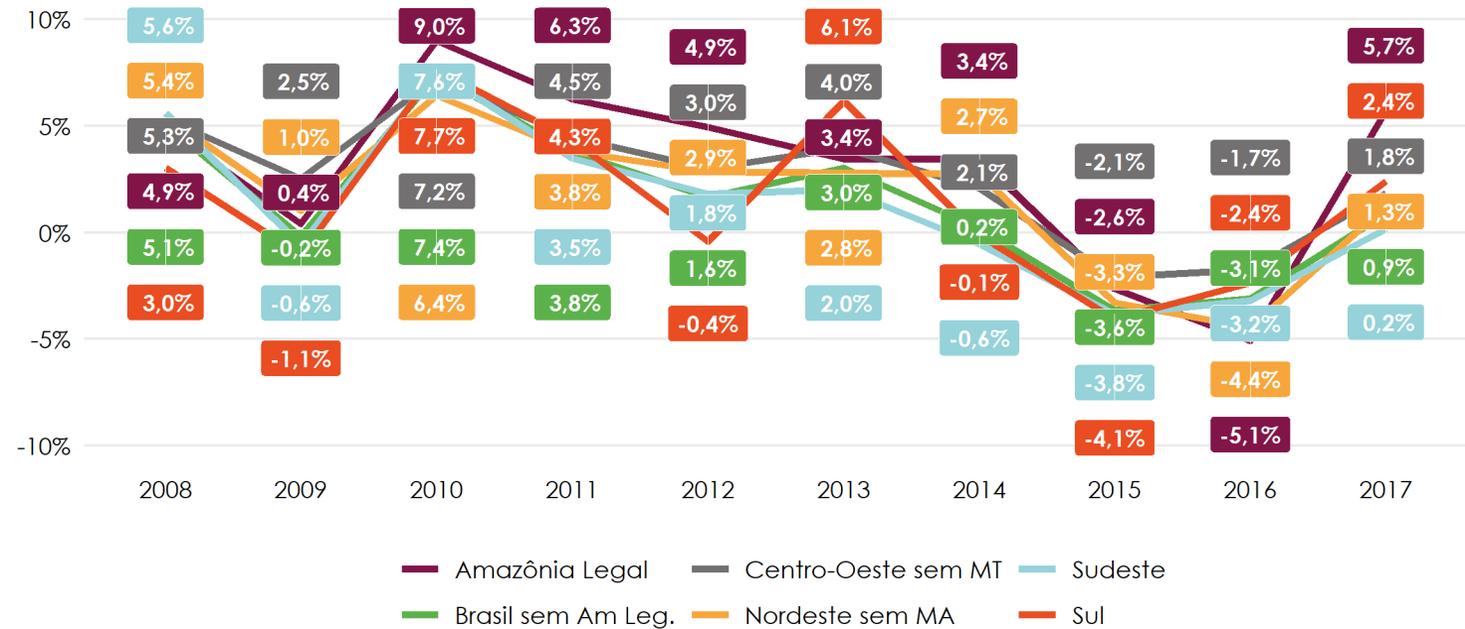
Fonte: IBGE.



Taxa de crescimento do PIB

- Observando a trajetória do PIB, nota-se que o maior crescimento da década foi registrada em 2010 (9%) e a maior queda em 2016 (-5,1%).
- Nesse período, a região apresentou taxa de crescimento anual do PIB superior a do resto do país em praticamente todos os anos, com exceção de 2016.

Taxa de crescimento do PIB (%) - 2008 a 2017



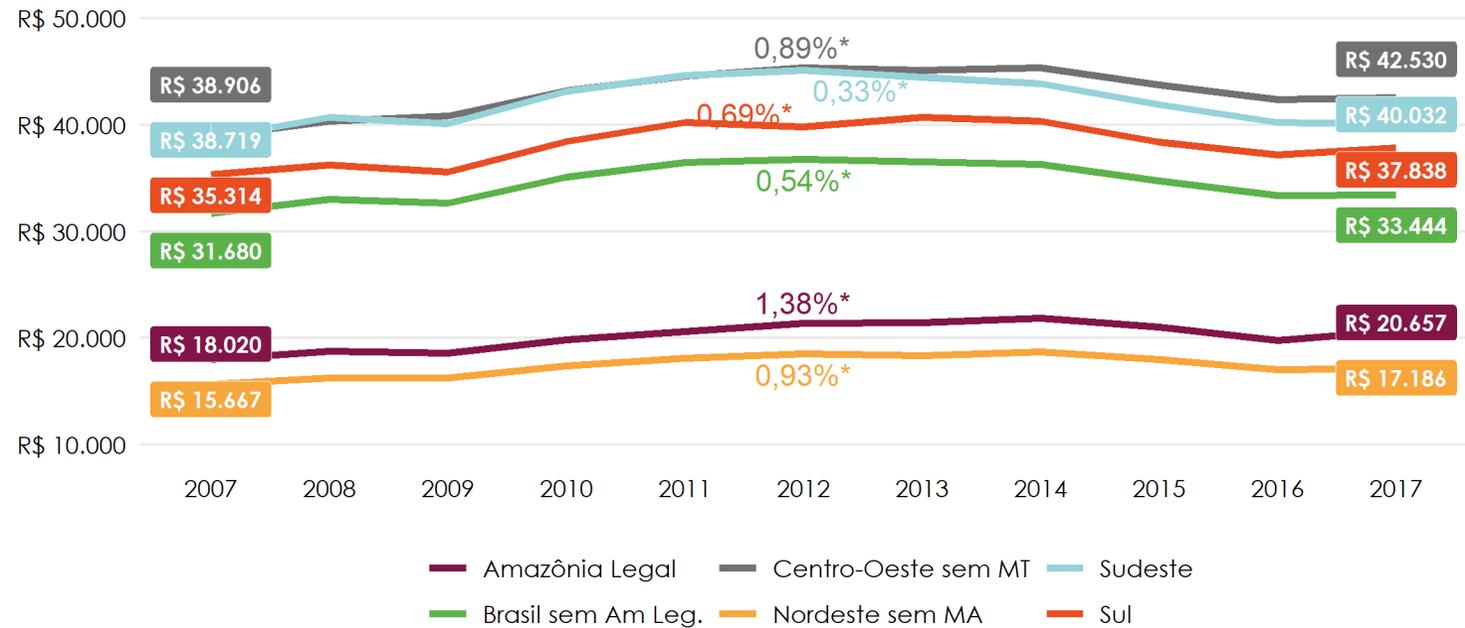
Fonte: IBGE.



Evolução do PIB per capita

- ▶ O PIB per capita da Amazônia Legal é de R\$ 21 mil, 38,2% inferior ao do resto do Brasil.
- ▶ O indicador teve um crescimento médio real de 1,4% ao ano, superior ao do país (0,5%) e das demais regiões.

PIB per capita (em R\$ de 2017) - 2007 a 2017



Fonte: IBGE. *Crescimento médio real.



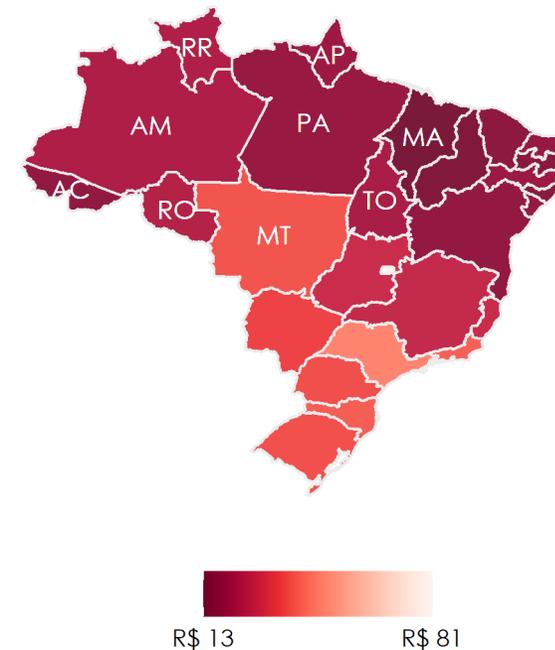
Heterogeneidades internas

PIB e PIB per capita

- ▶ Pará concentra 26,6% do PIB da Amazônia Legal e junto com outros dois maiores estados representam 64,2% de tudo que é produzido na região.
- ▶ O maior PIB per capita da região da Amazônia Legal é o do estado do Mato Grosso (R\$ 38 mil), três vezes maior que o PIB per capita do Maranhão, que tem menor PIB per capita dentre os estados da região (R\$ 13 mil).
- ▶ Apesar de ser o maior da região, o PIB per capita do Mato Grosso está abaixo do restante da região Centro-Oeste e da região Sudeste.

PIB per capita nos estados da Amazônia Legal - 2017

Estado	PIB (R\$ 2017)	Participação no total da região	PIB per capita
Pará	R\$ 155.195 M	26,6%	R\$18.549,33
Mato Grosso	R\$ 126.805 M	21,7%	R\$37.914,01
Amazonas	R\$ 93.204 M	16,0%	R\$22.936,28
Maranhão	R\$ 89.524 M	15,3%	R\$12.788,75
Rondônia	R\$ 43.506 M	7,4%	R\$24.092,81
Tocantins	R\$ 34.102 M	5,8%	R\$21.998,34
Amapá	R\$ 15.480 M	2,6%	R\$19.405,11
Acre	R\$ 14.271 M	2,4%	R\$17.201,95
Roraima	R\$ 12.103 M	2,1%	R\$23.158,06
Amazônia Legal	R\$ 584.191 M	100,0%	R\$198.044,63



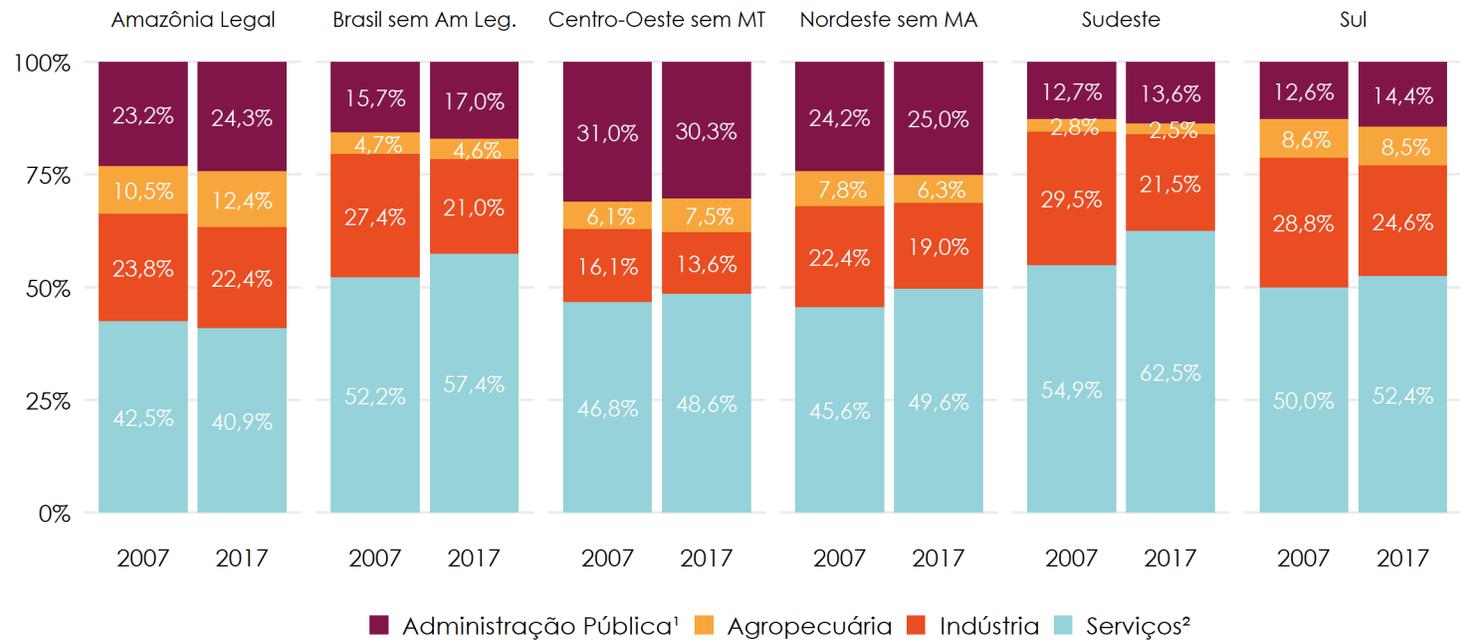
Fonte: Estimativas Populacionais e IBGE.



Composição do VAB

- De acordo com a composição do Valor Adicionado Bruto da Amazônia Legal, 40,9% é proveniente do setor de Serviços, participação inferior à média do resto do Brasil (57,4%).
- A participação dos setores Administração Pública (24,3%) e Agropecuária (12,4%) e Indústria (22,4%) são mais elevadas na região do que no resto do país.

Composição do VAB (%) - 2007 e 2017



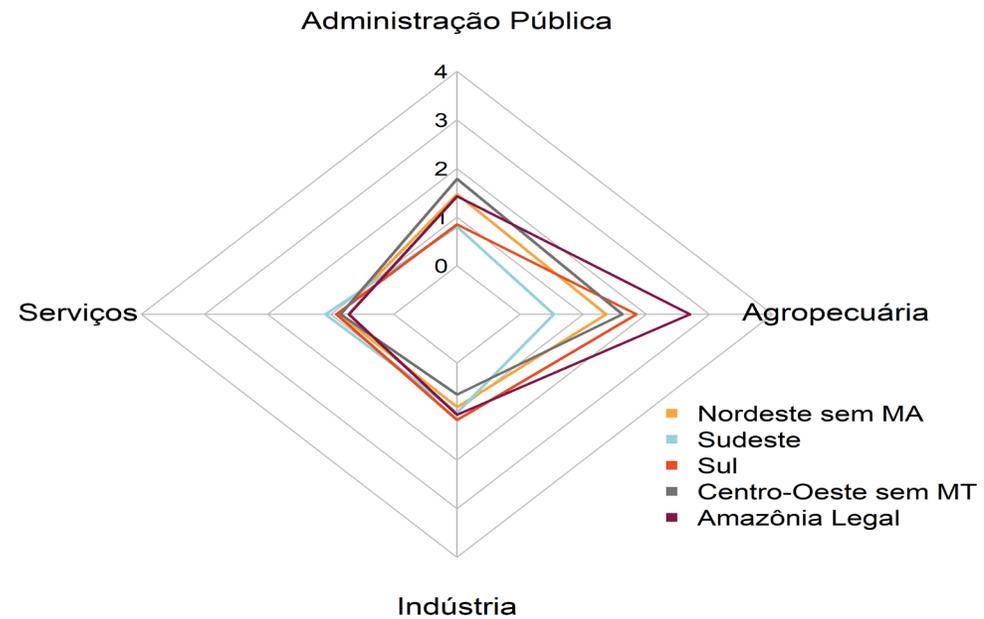
Fonte: IBGE. Obs: ¹administração, defesa, educação públicas e seguridade social; ²exclusive administração, defesa, educação, e saúde públicas e seguridade social.



Especialização produtiva

- ▶ Em termos de especialização econômica, medida pelo quociente locacional, observa-se que a Amazônia Legal tem maior participação relativa da agropecuária, em comparação com as demais regiões do país.
- ▶ No setor da Indústria, tem quociente menor apenas que da região Sul.

Quociente locacional do VAB na Amazônia Legal* - 2017



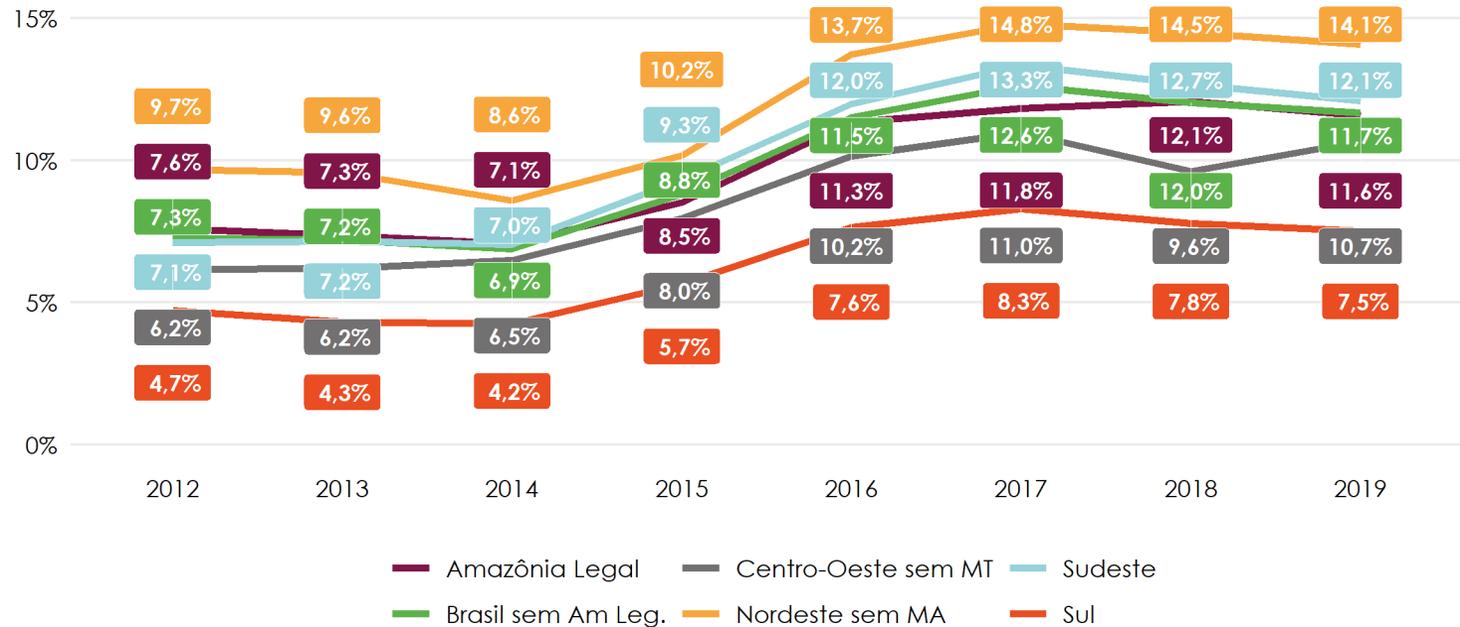
Fonte: IBGE. *Obs: Participação do VAB nos grandes setores da região ou região sobre a participação do VAB nos grandes setores do Brasil (inclusive os estados da Amazônia Legal); 'administração, defesa, educação públicas e seguridade social; 'exclusive administração, defesa, educação, e saúde públicas e seguridade social.



Evolução da Taxa de desemprego

- ▶ A taxa de desemprego da Amazônia Legal esteve próxima do restante do país em praticamente todos os anos da série histórica. Em comparação com as demais regiões, ficou acima do Sul e Centro Oeste e abaixo do Nordeste e Sudeste.
- ▶ Houve crescimento de 4 p.p. na taxa de desemprego entre 2012 e 2019, alcançando 11,6% no último ano, o que representa, aproximadamente, 12,5 milhões pessoas sem trabalho e procurando emprego.

Taxa de desemprego (%) - 2012 a 2019



Fonte: PNAD Contínua.



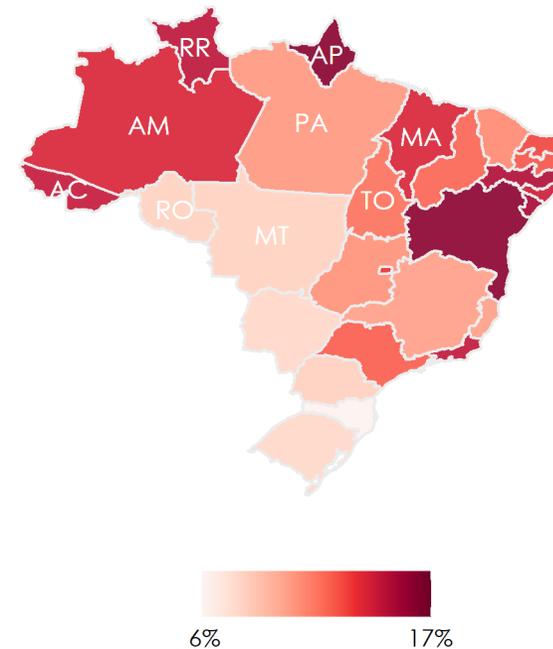
Heterogeneidades internas

Taxa de desemprego

- ▶ A taxa de desemprego varia muito entre os estados da região da Amazônia Legal.
- ▶ O Mato Grosso é o estado com menor índice de desemprego da região.
- ▶ No outro extremo, o Amapá tem o dobro da taxa de desemprego do Mato Grosso.
- ▶ A região tinha, ao todo, 1,5 milhão de pessoas desempregadas em 2019.

Taxa de desemprego nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Pessoas desocupadas	Participação no total da região	Taxa de desemprego
Pará	410.919	27,3%	10,4%
Maranhão	368.290	24,5%	13,9%
Amazonas	266.749	17,7%	13,9%
Mato Grosso	148.402	9,9%	8,0%
Tocantins	86.263	5,7%	11,7%
Rondônia	71.495	4,7%	8,1%
Amapá	63.796	4,2%	16,2%
Acre	51.739	3,4%	14,5%
Roraima	37.950	2,5%	14,7%
Amazônia Legal	1.505.603	100,0%	11,6%



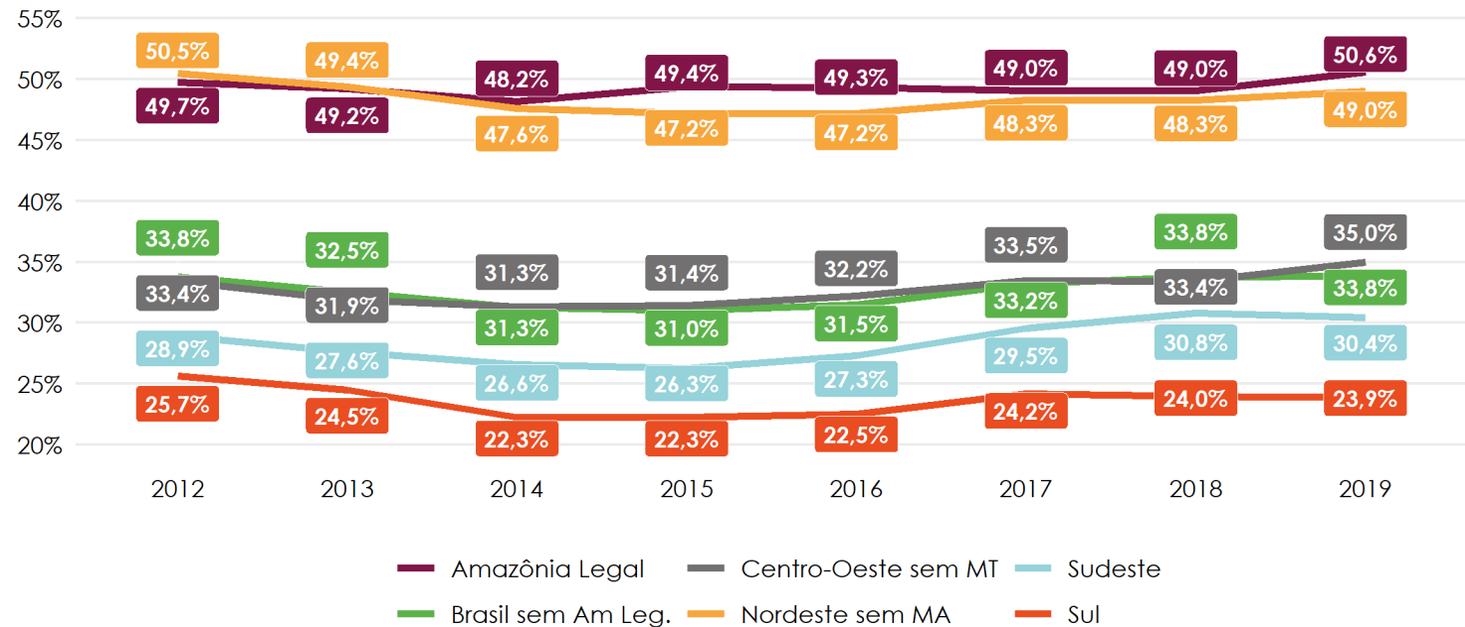
Fonte: PNAD Contínua.



Evolução da Informalidade

- ▶ Ao longo dos últimos anos, o percentual de ocupados informais na Amazônia Legal quase não variou. Ficou em um nível alto com mais da metade dos ocupados (50,6%) nessa condição. Ao todo a região contabiliza 5,5 milhões de ocupados informais.
- ▶ A região apresenta a pior taxa quando comparada com os outros recortes geográficos. A informalidade na região foi 16,8 p.p. superior ao restante do país no último ano.

Percentual de ocupados informais (%) - 2012 a 2019



Fonte: PNAD Contínua. Obs: Total de empregados no setor privado ou doméstico sem carteira de trabalho assinada, total de empregadores sem CNPJ, total de trabalhadores por conta própria sem CNPJ e que não contribuem para previdência, sobre o total de ocupados com exceção dos trabalhadores na categoria familiar auxiliar.



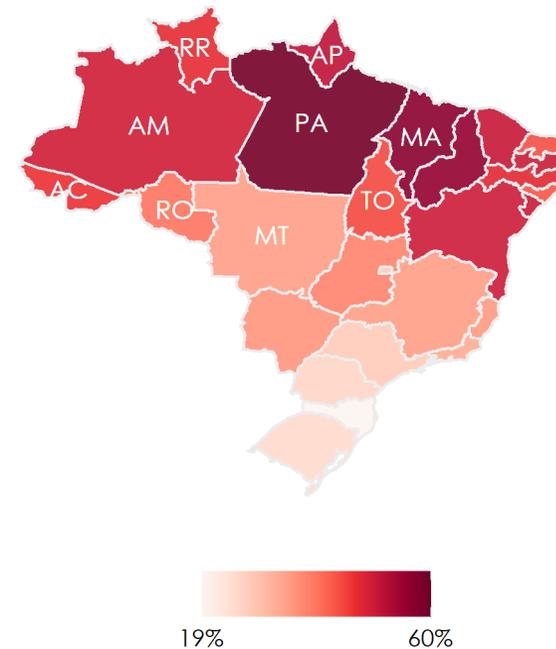
Heterogeneidades internas

Informalidade

- ▶ A maior taxa de informalidade foi observada no estado do Pará, com 59,3% de ocupados nessa condição, também a maior participação no país.
- ▶ Já o estado com a menor taxa foi o Mato Grosso (34,4%), que ocupa a 7ª posição entre as menores taxas no país.
- ▶ Essa discrepância mostra uma grande desigualdade na região.

Informalidade nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Ocupados informais	Participação no total da região	Percentual de ocupados informais
Pará	1.982.525	35,8%	59,3%
Maranhão	1.251.854	22,6%	56,9%
Amazonas	737.863	13,3%	49,5%
Mato Grosso	573.740	10,4%	34,4%
Rondônia	305.158	5,5%	39,7%
Tocantins	283.183	5,1%	44,2%
Amapá	162.400	2,9%	51,3%
Acre	134.856	2,4%	46,2%
Roraima	100.843	1,8%	47,0%
Amazônia Legal	5.532.423	100,0%	50,6%



Fonte: : PNAD Contínua. Obs: Total de empregados no setor privado ou doméstico sem carteira de trabalho assinada, total de empregadores sem CNPJ, total de trabalhadores por conta própria sem CNPJ e que não contribuem para previdência, sobre o total de ocupados com exceção dos trabalhadores na categoria familiar auxiliar.



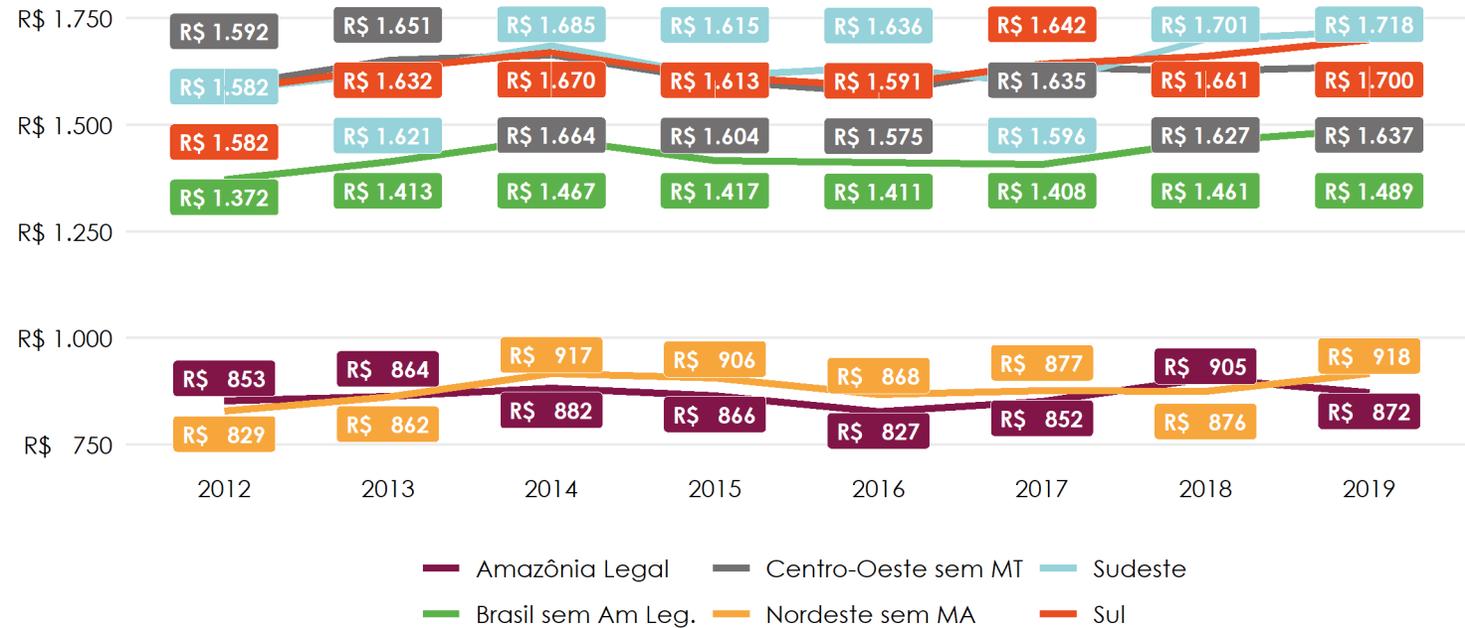
Desenvolvimento Social



Evolução da Renda domiciliar per capita

- ▶ A renda domiciliar per capita da região da Amazônia Legal foi de R\$ 872, próxima à média do Nordeste e muito abaixo das demais regiões e da média do resto do país.
- ▶ Em termos de evolução, houve crescimento de (2,2%), pior evolução quando comparada ao resto do país e as demais regiões.

Renda domiciliar per capita (em R\$ de 2019) - 2012 a 2019



Fonte: PNAD Contínua.



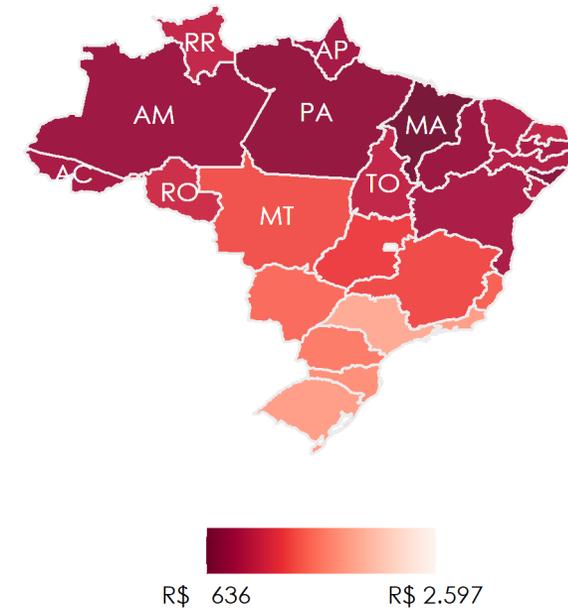
Heterogeneidades internas

Renda domiciliar per capita

- ▶ A renda domiciliar per capita na região da Amazônia Legal mostra uma grande desigualdade entre os estados.
- ▶ O valor médio da renda varia de R\$ 636,43 no Maranhão até R\$ 1.360,19 reais no Mato Grosso, mais do dobro.

Renda domiciliar per capita nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Renda domiciliar per capita
Pará	R\$ 793,9
Mato Grosso	R\$ 1.360,2
Maranhão	R\$ 636,4
Amazonas	R\$ 836,8
Rondônia	R\$ 1.109,9
Tocantins	R\$ 1.036,8
Acre	R\$ 888,9
Amapá	R\$ 873,2
Roraima	R\$ 1.049,6
Amazônia Legal	R\$ 871,9



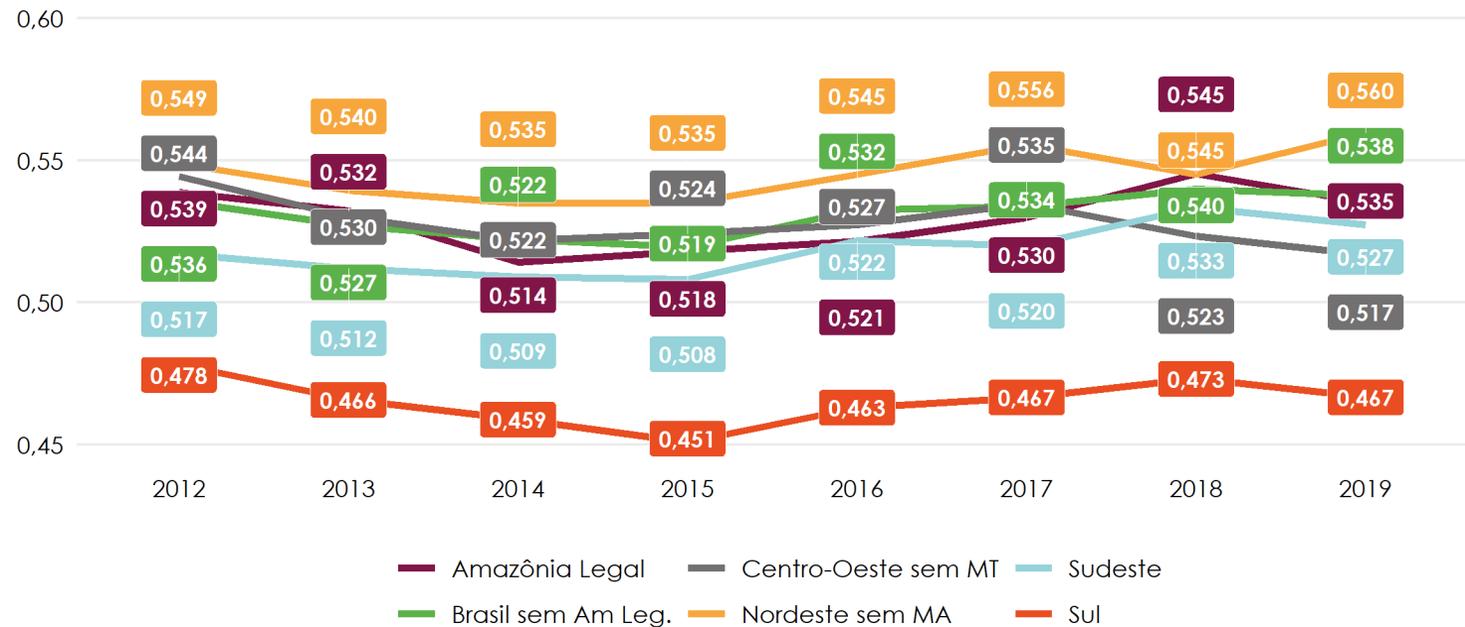
Fonte: PNAD Contínua.



Evolução da Desigualdade de renda

- ▶ A desigualdade de renda domiciliar per capita, medida pelo coeficiente de Gini, na região da Amazônia Legal, em 2019, foi de 0,535, próxima da média do resto do país e inferior apenas à região Nordeste.
- ▶ Em termos de evolução, houve interrupção da trajetória de queda observada até 2014, e o índice, em 2019, voltou ao patamar de 2012.

Índice de Gini* - 2012 a 2019



Fonte: PNAD Contínua. *Obs: Medida de desigualdade de renda que varia entre 0 e 1. Quanto mais perto de 1, maior a desigualdade. Calculado a partir da renda domiciliar per capita.



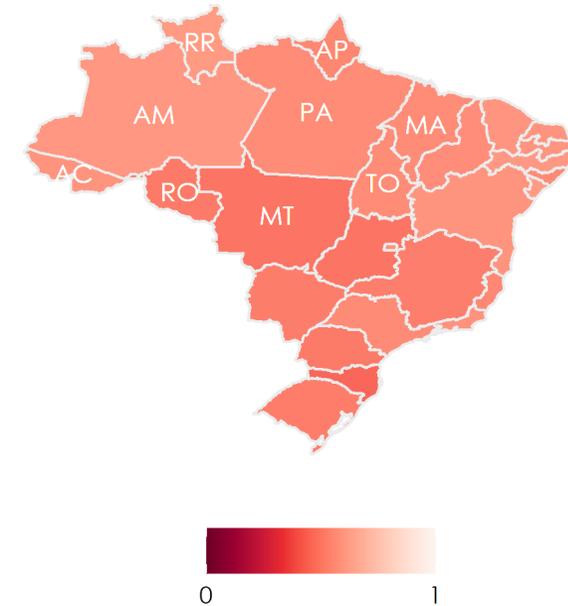
Heterogeneidades internas

Desigualdade de renda

- ▶ O Mato Grosso é o estado da região da Amazônia Legal com menor índice de desigualdade em 2019: 0,456.
- ▶ No outro extremo, Roraima tem um índice de 0,576, o maior da região e um dos maiores do país.

Desigualdade de renda nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Índice de Gini*
Roraima	0,576
Amazonas	0,568
Acre	0,557
Maranhão	0,530
Tocantins	0,530
Pará	0,529
Amapá	0,514
Rondônia	0,472
Mato Grosso	0,456
Amazônia Legal	0,535



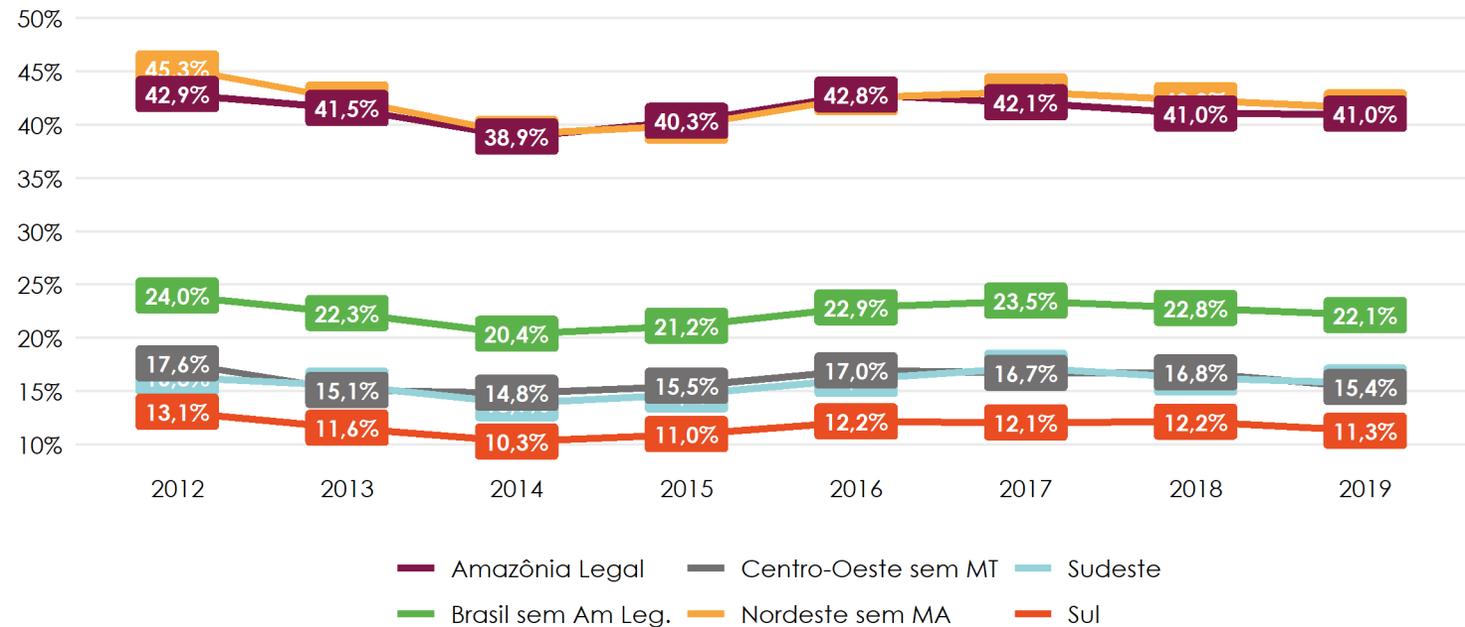
Fonte: PNAD Contínua. *Obs: Medida de desigualdade de renda que varia entre 0 e 1. Quanto mais perto de 1, maior a desigualdade. Calculado a partir da renda domiciliar per capita.



Evolução da Pobreza

- ▶ O percentual de pobres da Amazônia Legal, em 2019, foi de 41%, próximo da região Nordeste e bem superior ao restante do país e outras regiões em todos os anos da série.
- ▶ Houve queda de 1,9 p.p. entre 2012 e 2019, resultado igual ao do restante do país.

Percentual da população vivendo abaixo da linha da pobreza (%) - 2012 a 2019



Fonte: PNAD Contínua. Obs: Percentual da população com rendimento domiciliar per capita inferior a 5,50 dólar PPC (2011) por dia, equivalente a uma linha média de pobreza de aproximadamente R\$ 436 mensais em valores de 2019.



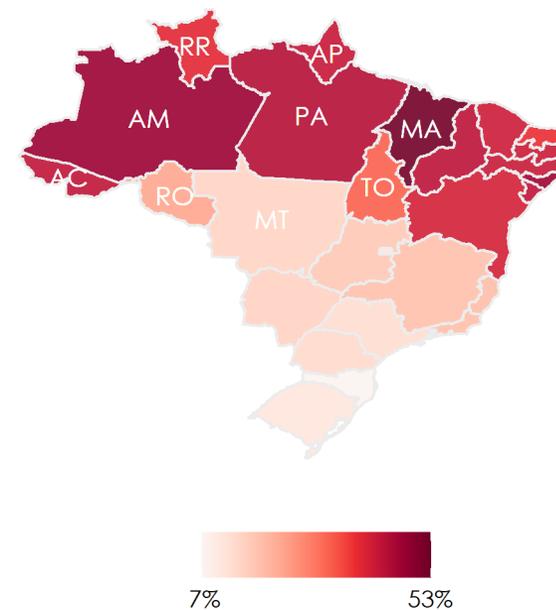
Heterogeneidades internas

Pobreza

- ▶ O percentual de pobres varia muito entre os estados da região da Amazônia Legal.
- ▶ O Maranhão é o estado com maior índice de pobreza da região e entre as 27 unidades da federação, com mais da metade da população com renda abaixo da linha de pobreza.
- ▶ No outro extremo, Mato Grosso tem um dos menores índices do país.

Pobreza nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	População pobre	Participação no total da região	Percentual da população pobre
Pará	3.792.967	32,4%	44,3%
Maranhão	3.674.223	31,3%	52,2%
Amazonas	1.889.018	16,1%	47,4%
Mato Grosso	512.884	4,4%	15,0%
Tocantins	509.575	4,3%	32,7%
Rondônia	407.811	3,5%	23,1%
Acre	371.247	3,2%	42,9%
Amapá	354.563	3,0%	42,3%
Roraima	210.056	1,8%	38,9%
Amazônia Legal	11.722.344	100,0%	41,0%



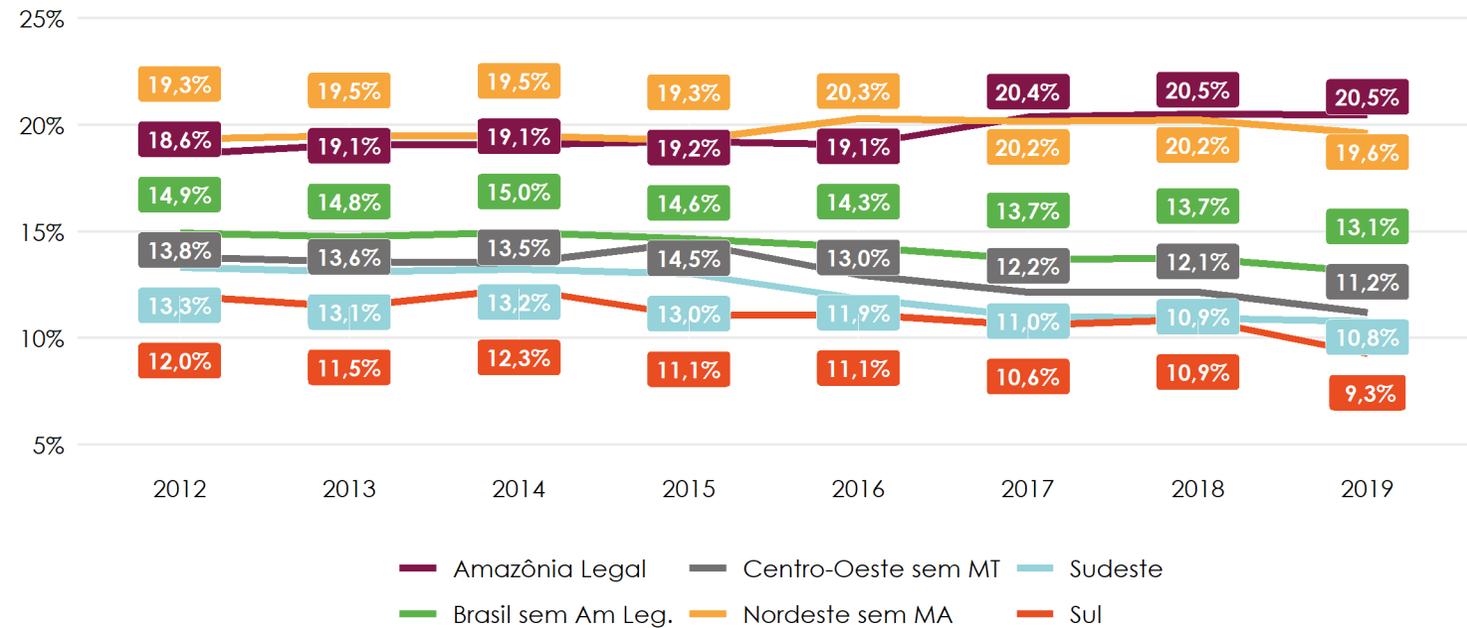
Fonte: PNAD Contínua. Obs: Percentual da população com rendimento domiciliar per capita inferior a 5,50 dólar PPC (2011) por dia, equivalente a uma linha média de pobreza de aproximadamente R\$ 436 mensais em valores de 2019.



Evolução da Taxa de Jovens nem-nem-nem

- ▶ O percentual de jovens que não estuda, não trabalha e não procura trabalho da região da Amazônia Legal foi de 20,5% em 2019, superior ao das demais regiões do país.
- ▶ Entre 2012 e 2019, houve crescimento do indicador de ociosidade dos jovens na região (9,9%), na contramão das demais regiões, com exceção da região Nordeste.

Taxa de jovens de 15 a 29 anos nem-nem-nem (%) - 2012 a 2019



Fonte: PNAD Contínua.



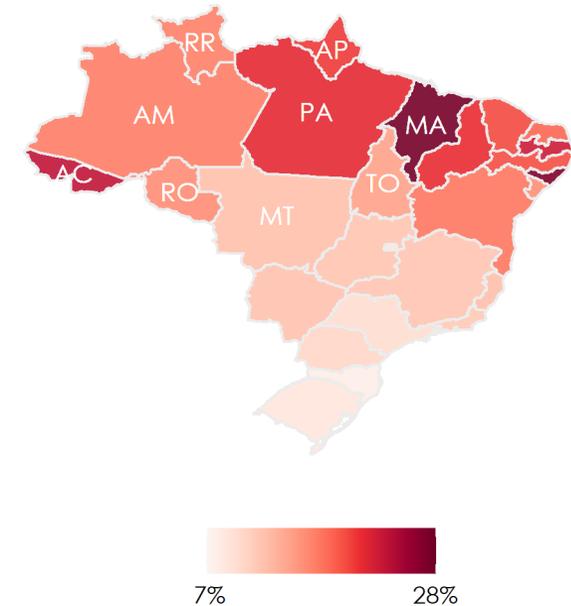
Heterogeneidades internas

Taxa de jovens nem-nem-nem

- ▶ O percentual de jovens Nem Nem Nem, em 2019, variou de 12,3% no Mato Grosso a 27,5% no Maranhão.
- ▶ Em quatro dos nove estados da região da Amazônia Legal, mais de um a cada cinco jovens de 15 a 29 anos não trabalhavam, nem estudavam nem procuravam trabalho em 2019.

Taxa de jovens nem-nem-nem nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Jovens nem-nem-nem	Participação no total da região	Percentual de jovens nem-nem-nem
Maranhão	486.350	32,4%	27,5%
Pará	474.499	31,6%	21,4%
Amazonas	182.970	12,2%	17,0%
Mato Grosso	103.576	6,9%	12,3%
Rondônia	72.328	4,8%	16,0%
Tocantins	53.369	3,6%	14,6%
Acre	52.277	3,5%	23,3%
Amapá	49.280	3,3%	20,6%
Roraima	24.602	1,6%	16,9%
Amazônia Legal	1.499.251	100,0%	20,5%



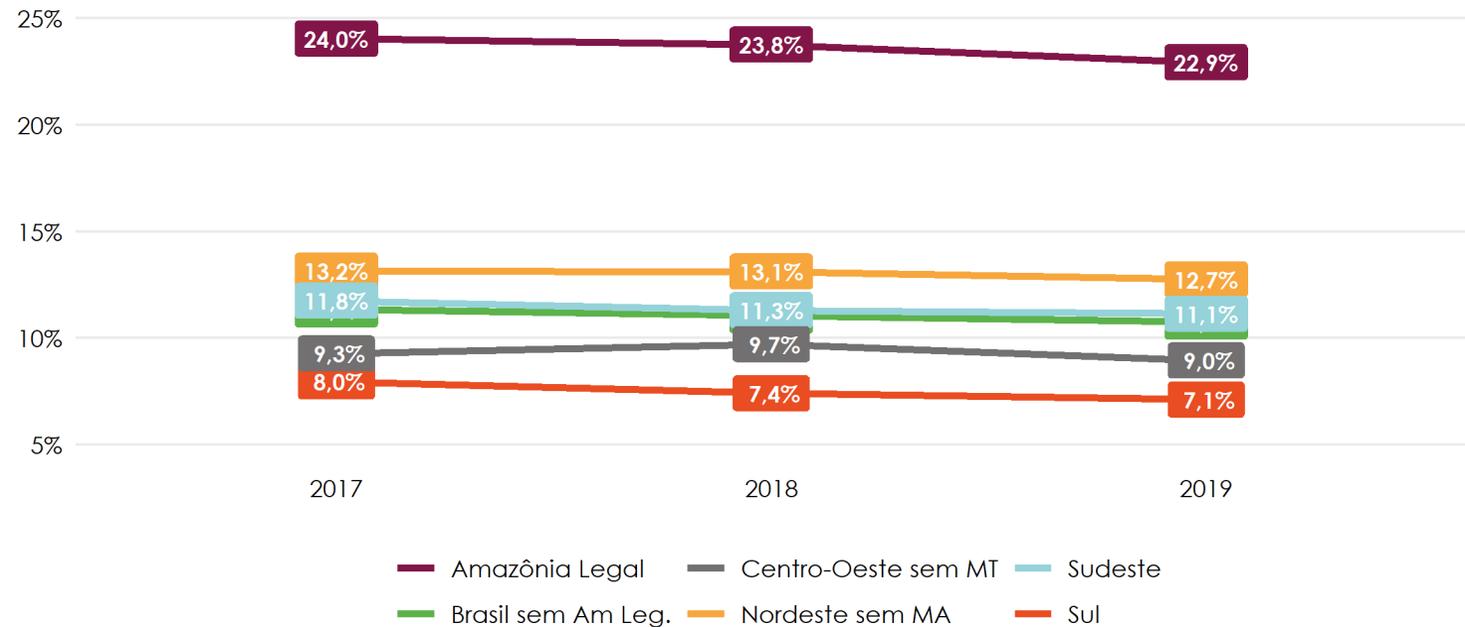
Fonte: PNAD Contínua. Obs: Jovens de 15 a 29 anos que não estudam, não trabalham e não procuram emprego.



Inadequação de moradias

- ▶ O percentual de pessoas vivendo em moradias inadequadas na região da Amazônia Legal foi de 22,9%, em 2019, muito superior ao das demais regiões do país.
- ▶ Entre 2016 e 2019, houve crescimento do indicador.
- ▶ O número de pessoas vivendo em condições inadequadas de moradias na região passou de 5,8 milhões, em 2016, para 6,6 milhões, em 2019, uma variação de 9,4% no período.

Evolução da taxa de inadequação de moradias* (%) - 2017 a 2019



Fonte: PNAD Contínua. * Percentual de habitantes que vivem em residências com pelo um dos seguintes componentes: ônus excessivo de aluguel (proporção do preço do aluguel em relação à renda efetiva domiciliar maior ou igual a 30%); paredes externas construídas com materiais não duráveis; adensamento excessivo (proporção de moradores por dormitório maior do que três); e ausência de banheiro ou sanitário de uso exclusivo do domicílio.



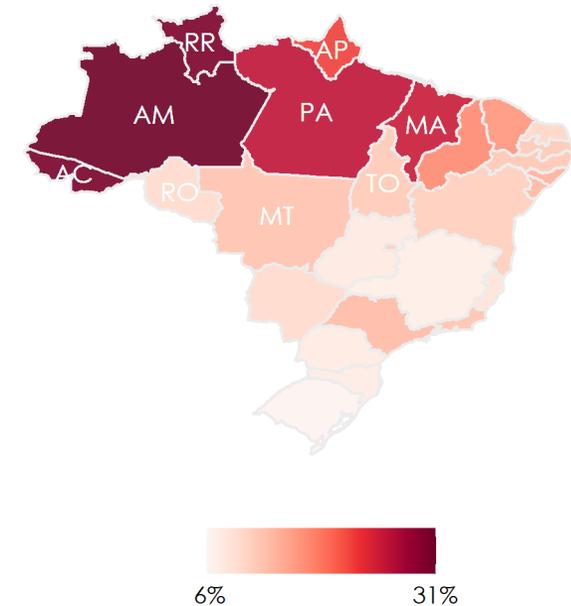
Heterogeneidades internas

Inadequações de moradia

- ▶ O percentual de pessoas vivendo em moradias inadequadas chega a 30% nos estados do Amazonas, Acre e Roraima.
- ▶ Rondônia tem o menor percentual da região em 2019 (9,8%). Ainda assim, mesmo os melhores estados da região nesse quesito possuem índices próximos ou maiores que o resto do país.

Taxa de inadequação de moradia nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Domicílios com condições inadequadas	Participação no total da região	Percentual de moradias inadequadas
Pará	2.188.369	33,4%	25,6%
Maranhão	1.757.132	26,8%	25,0%
Amazonas	1.231.567	18,8%	30,9%
Mato Grosso	416.789	6,4%	12,1%
Acre	262.052	4,0%	30,3%
Amapá	183.006	2,8%	21,8%
Tocantins	178.500	2,7%	11,4%
Rondônia	172.848	2,6%	9,8%
Roraima	162.058	2,5%	30,0%
Amazônia Legal	6.552.321	100,0%	22,9%



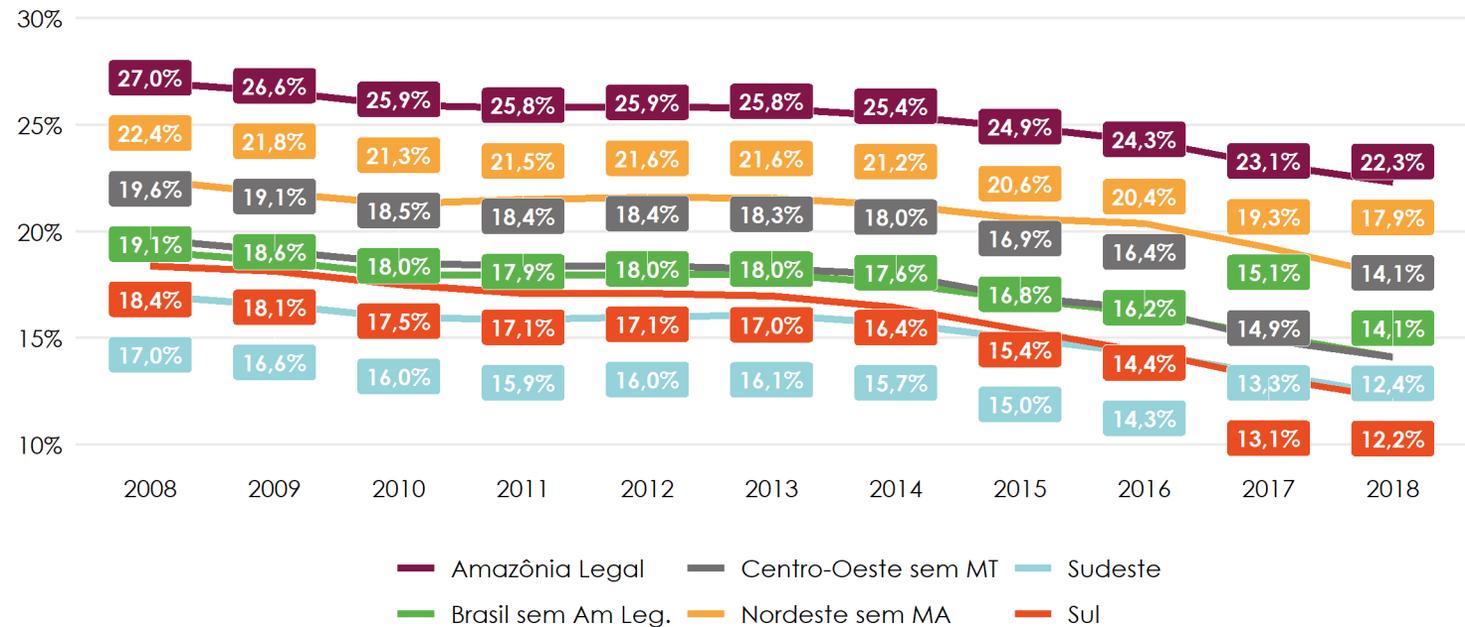
Fonte: PNAD Contínua. Obs: Percentual de habitantes que vivem em residências com pelo um dos seguintes componentes: custo excessivo de aluguel (proporção do preço do aluguel em relação à renda efetiva domiciliar maior ou igual do que 30%); paredes externas construídas com materiais não duráveis; adensamento excessivo (proporção de moradores por dormitório maior do que três); e ausência de banheiro ou sanitário de uso exclusivo do domicílio.



Evolução da Gravidez precoce

- ▶ O percentual de nascidos vivos de mães adolescentes na região da Amazônia Legal foi de 22,3% em 2018, muito superior às demais regiões e ao resto do Brasil.
- ▶ Entre 2008 e 2018, esse percentual caiu 4,7 p.p. na região. Essa variação foi inferior ao resto do Brasil.
- ▶ Foram registrados 110.475 nascidos vivos de mães adolescentes na região em 2018.

Percentual de nascidos vivos de mães adolescentes* (%) - 2008 a 2018



Fonte: DataSUS. Obs: Nascimentos de mães com idade entre 10 e 19 anos.



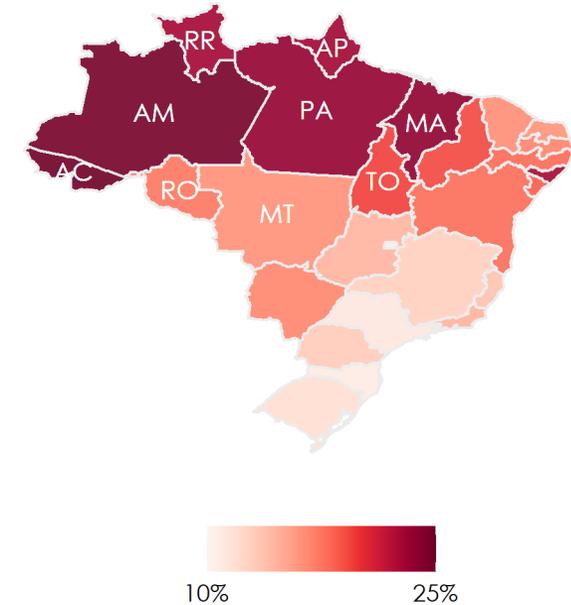
Heterogeneidades internas

Nascidos vivos de mães adolescentes

- ▶ O percentual de nascidos vivos de mães adolescentes registrados, em 2018, variou de 16,3% no Mato Grosso a 25% no Acre.
- ▶ Destaca-se que todos os estados da região da Amazônia Legal apresentaram percentuais mais elevados do que a média do restante do país (14,1%).

Nascidos vivos de mães adolescentes nos estados da Amazônia Legal - 2018

Estado	Nascidos de mães adolescentes (2018)	Participação no total da região	Percentual de nascidos vivos de mães adolescentes
Pará	33.325	30,2%	23,5%
Maranhão	27.682	25,1%	23,6%
Amazonas	19.190	17,4%	24,6%
Mato Grosso	9.563	8,7%	16,3%
Tocantins	4.983	4,5%	19,6%
Rondônia	4.915	4,4%	17,5%
Acre	4.129	3,7%	25,0%
Amapá	3.641	3,3%	23,0%
Roraima	3.047	2,8%	22,8%
Amazônia Legal	110.475	100,0%	22,3%



Fonte: DataSUS.



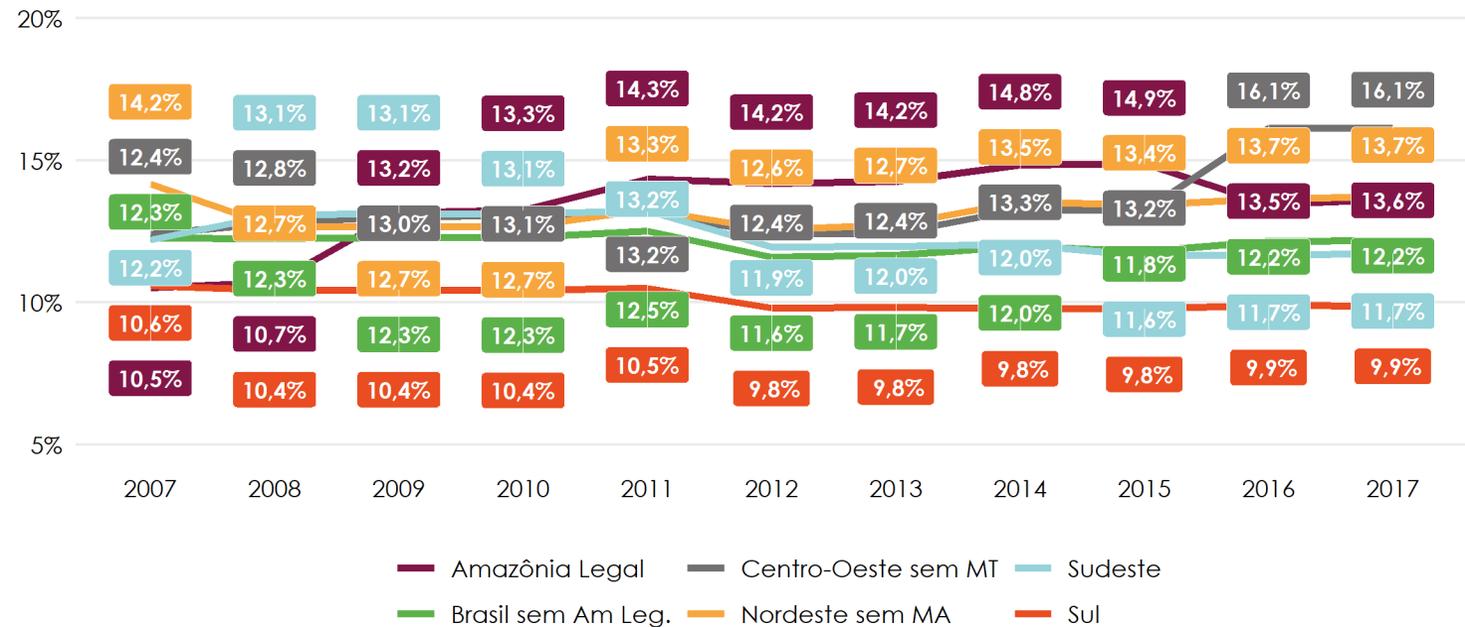
Infraestructura



Evolução do Percentual de rodovias pavimentadas

- Em 2017, a região da Amazônia Legal apresentava um percentual de rodovias pavimentadas de 13,6%, próximo ao Nordeste, abaixo do Centro Oeste e superior às demais regiões.
- O percentual teve crescimento de 3,1 p.p. em relação à 2007, variação maior que todas as demais regiões.

Percentual de rodovias pavimentadas (%) - 2007 a 2017



Fonte: CNT.



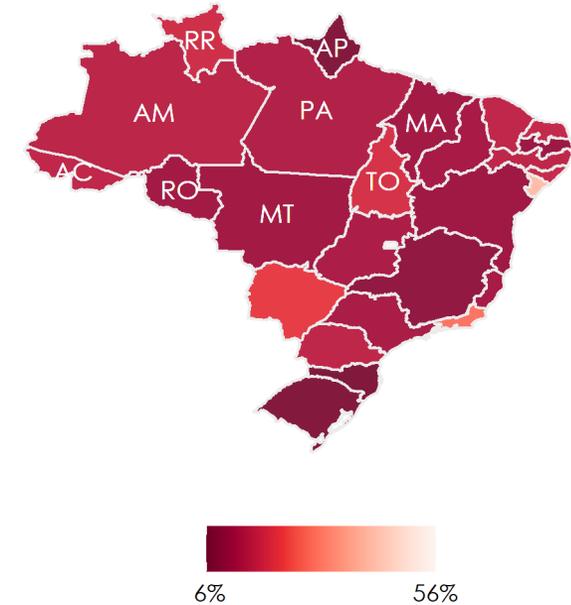
Heterogeneidades internas

Percentual de rodovias pavimentadas

- ▶ Nos estados da região da Amazônia Legal, o percentual de rodovias pavimentadas variou, em 2017, de 7,3%, no Amapá a 19,1% no Tocantins.
- ▶ O Mato Grosso é o estado com a maior extensão de rodovias pavimentadas na região, aproximadamente 8 mil km. Já o Amapá possui a menor extensão de rodovias pavimentadas na região. São 528 km, o que representa 1,4% do total.

Percentual de rodovias pavimentadas nos estados da Amazônia Legal- 2017

Estado	Rodovias pavimentadas (Km)	Participação no total da região	Percentual de rodovias pavimentadas
Mato Grosso	8.076,2	21,6%	11,9%
Tocantins	7.293,6	19,5%	19,1%
Maranhão	6.872,9	18,4%	11,8%
Pará	6.072,2	16,3%	14,2%
Rondônia	3.266,1	8,7%	11,8%
Amazonas	2.229,6	6,0%	15,4%
Roraima	1.507,7	4,0%	18,1%
Acre	1.491,4	4,0%	16,1%
Amapá	528,1	1,4%	7,3%
Amazônia Legal	37.337,8	100,0%	13,6%



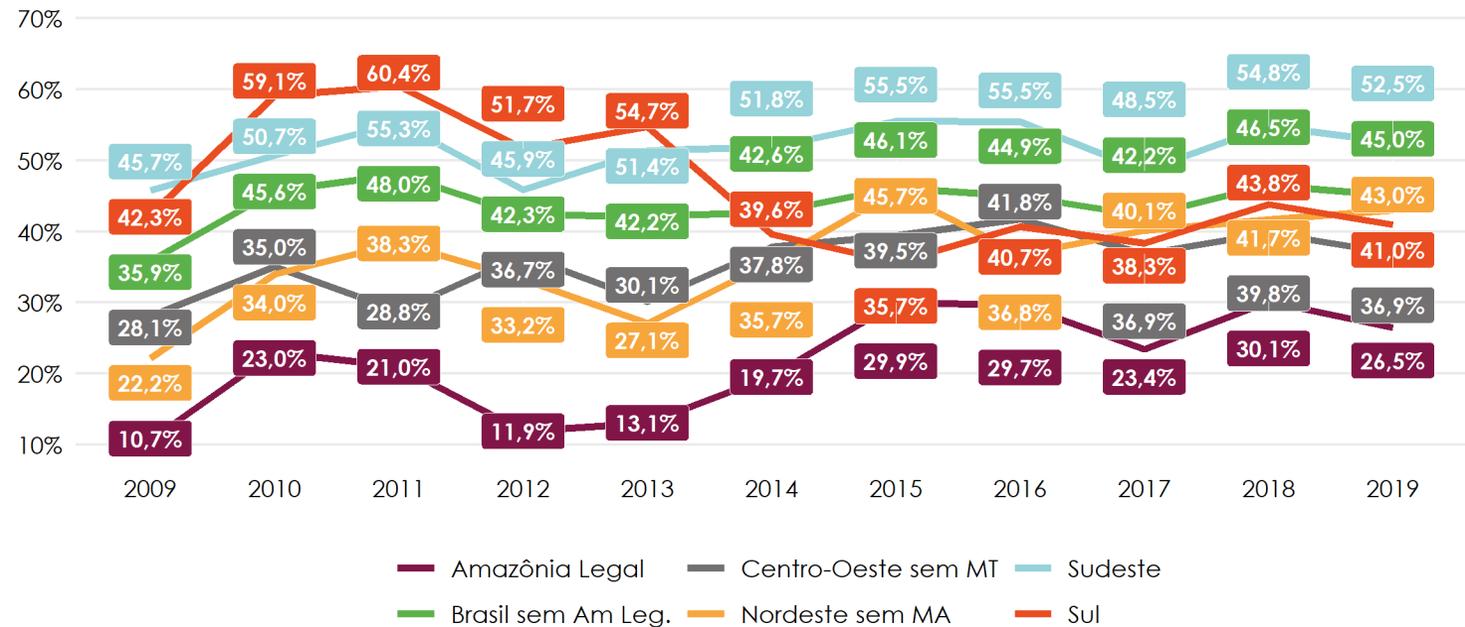
Fonte: CNT.



Evolução da Qualidade das rodovias

- Segundo levantamento que mede a qualidade das rodovias federais e estaduais pavimentadas, 26,5% foram classificadas como “boas” ou “ótimas” na região da Amazônia Legal, percentual abaixo das outras regiões em 2019.
- Esse indicador teve evolução favorável entre 2009 e 2019, subindo 15,8 p.p.

Qualidade das rodovias federais e estaduais pavimentadas (%) - 2009 a 2019



Fonte: CNT. OBS: Percentual de rodovias classificadas como estando em bom ou ótimo estado em relação ao total de rodovias.



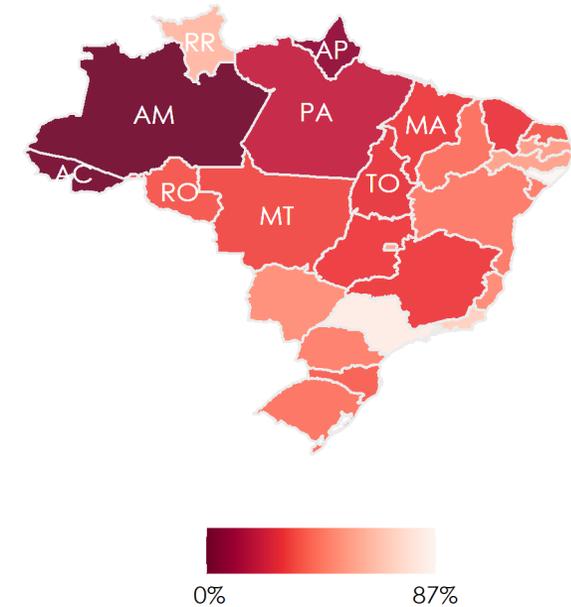
Heterogeneidades internas

Qualidade das rodovias

- ▶ No Estado de Roraima, 61,3% das rodovias foram avaliadas como 'boas' ou 'ótimas', estando entre os maiores percentuais nacionais.
- ▶ Já no Estado do Amazonas, não há rodovias pavimentadas classificadas como "boas ou 'ótimas'".

Qualidade das rodovias nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Rodovias com qualidade ótima e boa (Km)	Participação no total da região	Qualidade das rodovias (%)
Mato Grosso	1.745	28,0%	31,9%
Maranhão	1.354	21,7%	29,2%
Tocantins	968	15,5%	27,6%
Pará	780	12,5%	19,7%
Roraima	687	11,0%	61,3%
Rondônia	647	10,4%	34,1%
Amapá	39	0,6%	7,1%
Acre	10	0,2%	0,7%
Amazonas	0	0,0%	0,0%
Amazônia Legal	6.230	100,0%	26,5%



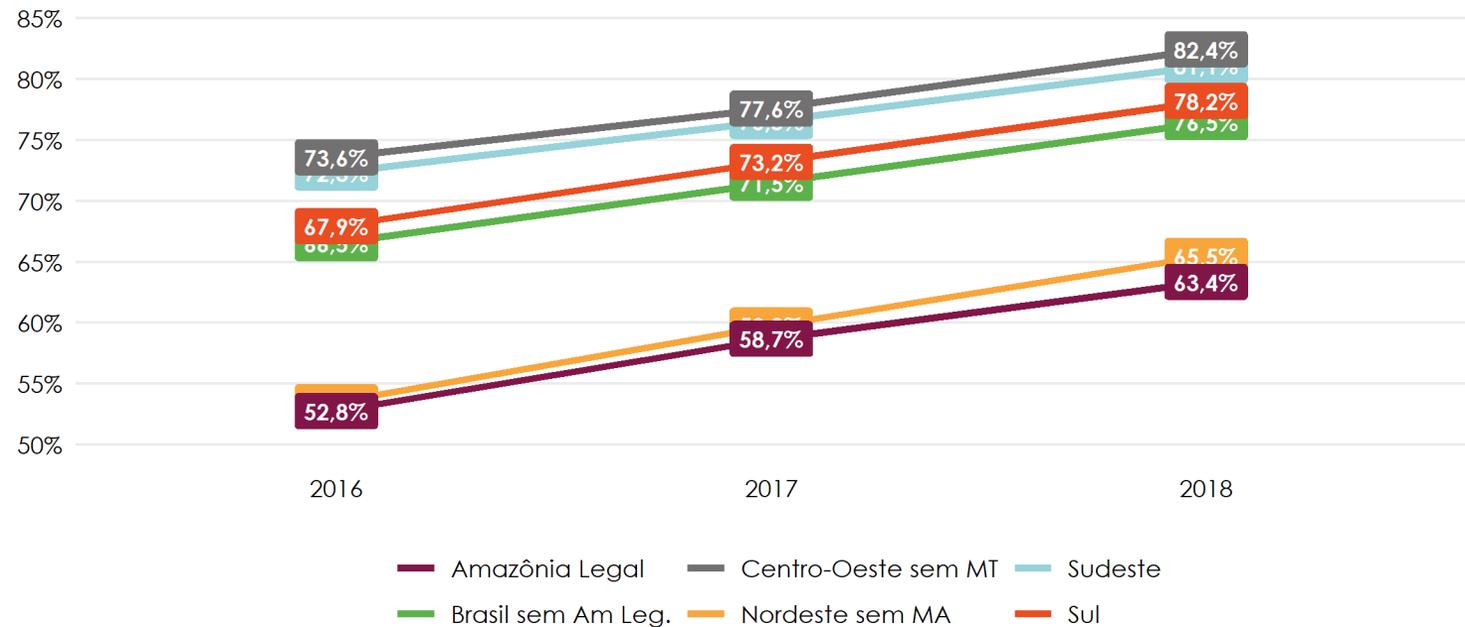
Fonte: CNT.



Evolução do Uso da internet

- ▶ O percentual de moradores que utilizaram internet na região da Amazônia Legal foi de 63,4%, em 2019, próxima a da região Nordeste e inferior ao resto do Brasil.
- ▶ Entre 2016 e 2019, o percentual cresceu 10,6 p.p. na região. Essa variação foi superior ao resto do Brasil.

Percentual de moradores que utilizaram internet (%) - 2016 a 2018



Fonte: PNAD Contínua.



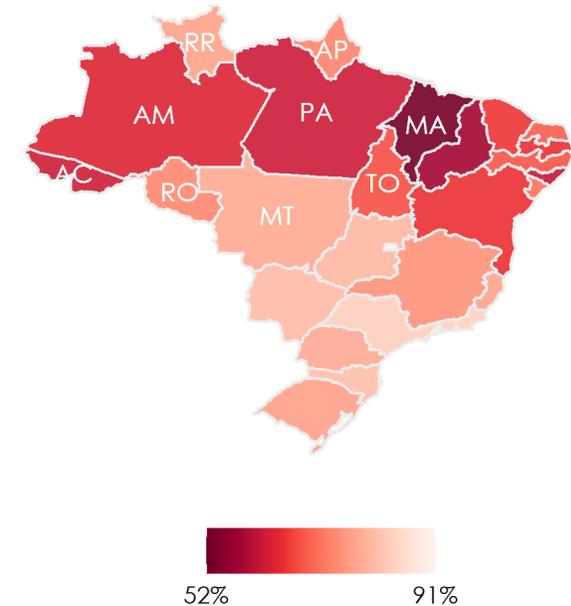
Heterogeneidades internas

Uso da internet

- ▶ O percentual de moradores que utilizaram internet no Mato Grosso foi de 77,8% em 2019, a maior da região da Amazônia Legal.
- ▶ No outro extremo, no Estado do Maranhão, menos de dois terços da população não acessaram internet em 2019.

Uso da internet nos estados da Amazônia Legal - 2018

Estado	Participação no total da região	Percentual da população com acesso à internet
Pará	29,3%	61,8%
Maranhão	20,5%	52,7%
Mato Grosso	14,9%	77,8%
Amazonas	13,7%	63,3%
Rondônia	7,3%	73,4%
Tocantins	5,9%	67,6%
Amapá	3,3%	73,1%
Acre	2,9%	61,9%
Roraima	2,2%	77,0%
Amazônia Legal	100,0%	63,4%



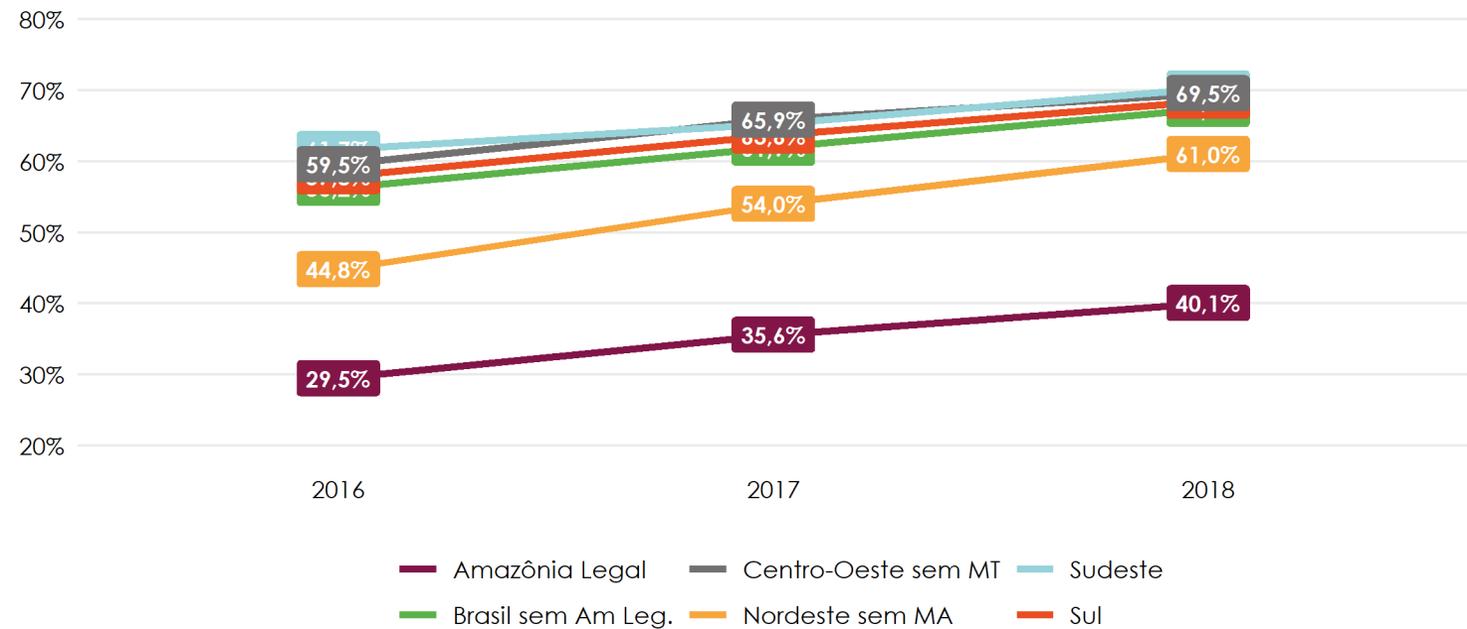
Fonte: PNAD Contínua.



Evolução da Qualidade da internet

- ▶ Em 2018, em 40,1% dos domicílios da Amazônia Legal os moradores utilizaram internet através de banda larga fixa.
- ▶ Entre 2016 e 2018, o índice subiu 10,6 p.p. na região.
- ▶ Em 2018, 2 milhões domicílios possuíam unicamente internet por banda larga fixa na Amazônia Legal, e 9 milhões de domicílios possuíam somente internet móvel.

Percentual de domicílios com internet banda larga fixa (%) - 2016 a 2018



Fonte: PNAD Contínua TIC.



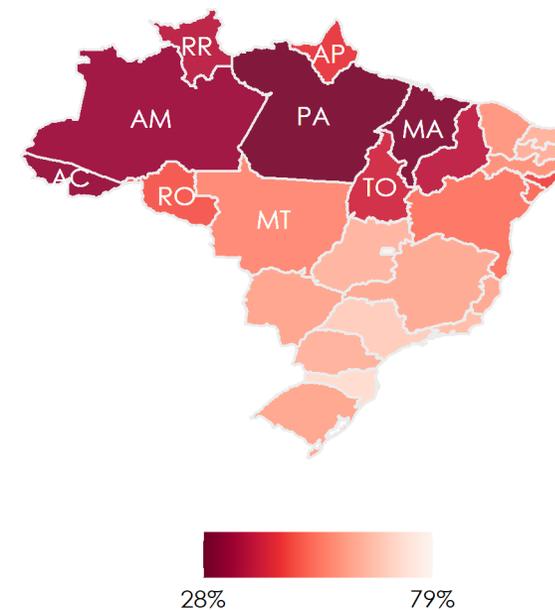
Heterogeneidades internas

Qualidade da internet

- ▶ O percentual de domicílios com moradores que utilizaram internet banda larga fixa no Mato Grosso foi de 55,1% em 2019, o maior da região da Amazônia Legal.
- ▶ No outro extremo, no estado do Pará, apenas 29% dos domicílios possuíam acesso à internet com banda larga fixa em 2019.

Qualidade da internet nos estados da Amazônia Legal - 2018

Estado	Domicílios com banda larga fixa	Domicílios com banda larga móvel	Participação no total de banda larga fixa da região	Percentual de domicílios com banda larga
Pará	2,4 M	5,3 M	24,4%	29,0%
Maranhão	2,1 M	3,2 M	21,0%	30,1%
Mato Grosso	1,9 M	2,1 M	18,5%	55,1%
Amazonas	1,3 M	2,6 M	13,1%	33,8%
Rondônia	0,8 M	0,9 M	8,3%	48,1%
Tocantins	0,6 M	0,9 M	6,3%	41,0%
Amapá	0,4 M	0,6 M	3,6%	44,3%
Acre	0,3 M	0,5 M	2,8%	32,9%
Roraima	0,2 M	0,4 M	1,9%	37,9%
Amazônia Legal	10,0 M	16,6 M	100,0%	35,6%



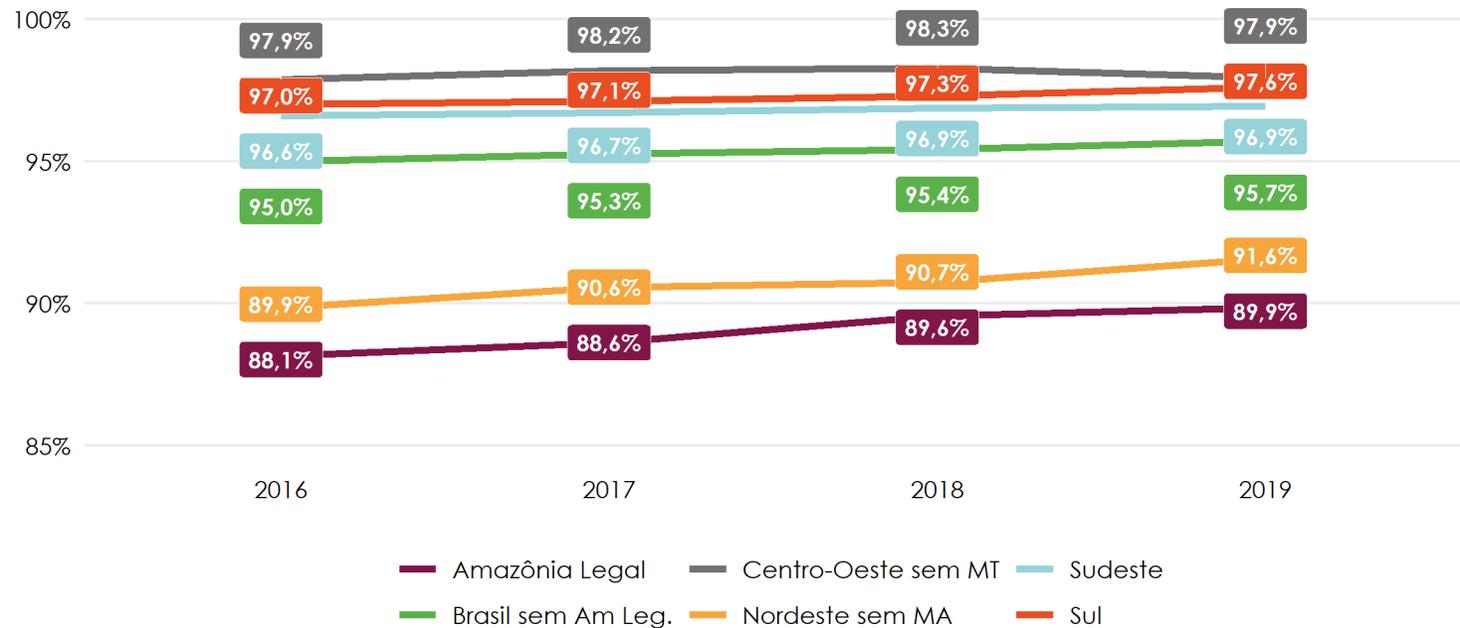
Fonte: PNAD Contínua TIC.



Evolução do Uso do telefone e do celular

- ▶ O percentual de domicílios que possuem telefone fixo ou celular na Amazônia Legal foi de 89,9%, em 2019, inferior ao resto do Brasil.
- ▶ Entre 2016 e 2019, o percentual cresceu 1,7 p.p. na região. Essa variação foi superior ao resto do Brasil, mas ainda com defasagem de mais de 5 p.p. em relação ao restante do país.

Percentual de domicílios que possuem um telefone fixo ou celular (%) - 2016 a 2019



Fonte: PNAD Contínua.



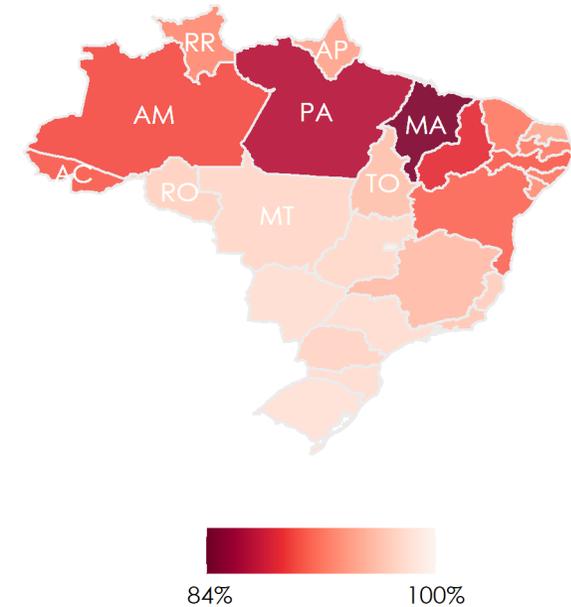
Heterogeneidades internas

Uso do telefone e do celular

- ▶ O percentual de domicílios que possuem telefone fixo ou celular no Mato Grosso foi de 97,4% em 2019, o maior da região da Amazônia Legal, próximo à universalização.
- ▶ No outro extremo, no Estado do Maranhão, 15% dos domicílios não tinha telefone em 2019.
- ▶ Ao todo, são 877 mil domicílios que não possuem telefone na região da Amazônia Legal.

Uso do telefone e do celular nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Domicílios que possuem telefone fixo ou celular	Participação no total da região	Percentual de domicílios que possuem telefone fixo ou celular
Pará	2,2 M	28,5%	87,0
Maranhão	1,8 M	22,8%	84,7
Mato Grosso	1,1 M	14,3%	97,4
Amazonas	1,0 M	12,8%	90,1
Rondônia	0,6 M	7,4%	96,9
Tocantins	0,5 M	6,5%	95,9
Acre	0,2 M	3,1%	90,7
Amapá	0,2 M	2,7%	94,2
Roraima	0,1 M	1,8%	92,8
Amazônia Legal	7,8 M	100,0%	89,9



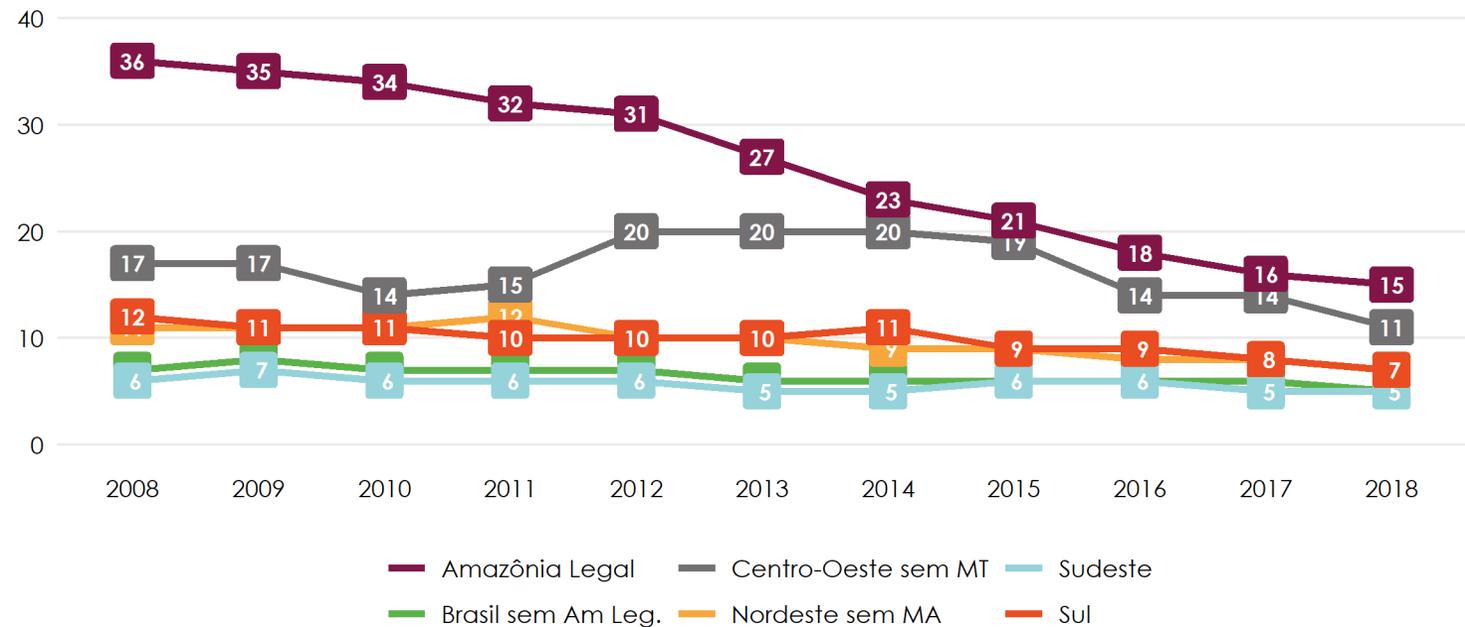
Fonte: PNAD Contínua.



Evolução das interrupções de energia elétrica

- ▶ Em 2018, foi registrada uma média de 15 interrupções no fornecimento de energia elétrica por consumidor na Amazônia Legal. Este número foi 58,3% inferior ao de 2008.
- ▶ Apesar do avanço na década, a região ainda possui 3 vezes mais interrupções que a média do resto do país.

Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - 2008 a 2018



Fonte: ANEEL e ABRADÉE. Nota: Valores estimados através da média de frequências ponderadas pelo número de unidades consumidoras de cada estado.



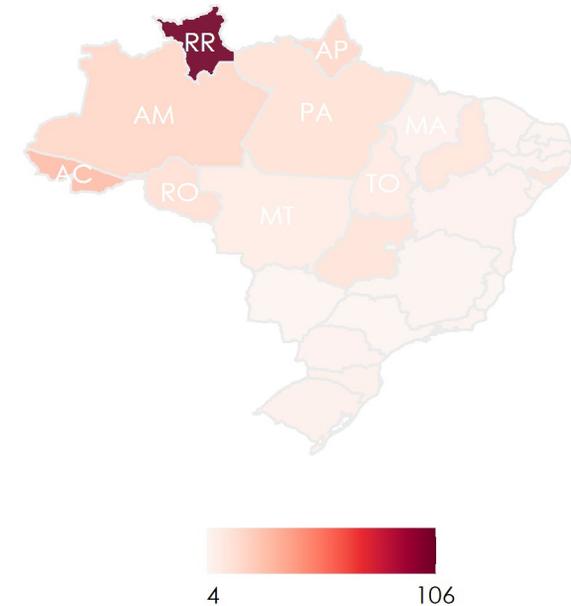
Heterogeneidades internas

Interrupções de energia elétrica

- ▶ Em 2018, foram registradas, em média, 105 interrupções no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora em Roraima, número muito mais elevado do que todas as outras Unidades da Federação.
- ▶ Já o Maranhão apresentou o mínimo da região, com média de 7 interrupções no ano de 2018.

Interrupções de energia elétrica nos estados da Amazônia Legal - 2018

Estado	FEC
Roraima	105
Acre	31
Amazonas	20
Amapá	20
Rondônia	17
Pará	16
Tocantins	10
Mato Grosso	9
Maranhão	7
Amazônia Legal	15



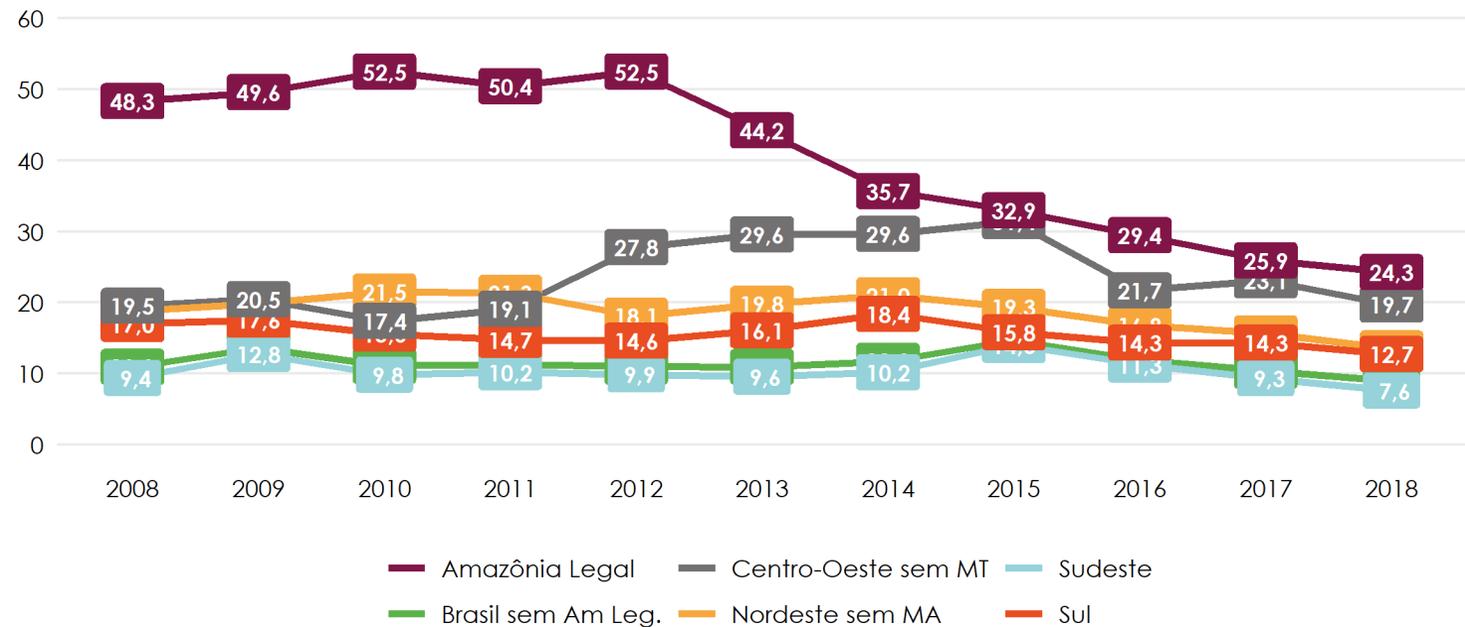
Fonte: ANEEL e ABRADÉE. Nota: Valores estimados através da média de frequências ponderadas pelo número de unidades consumidoras de cada estado.



Evolução das durações de interrupções de energia elétrica

- ▶ A região da Amazônia Legal teve uma média de 24 horas de paralisações no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora em 2018, valor superior ao do resto do país.
- ▶ Entre 2008 e 2018, a média de horas de interrupção no fornecimento de energia diminuiu na região (-50%), enquanto o resto do Brasil caiu pouco (-18,2%). Ainda assim, a região teve, em 2018, 24 horas de interrupção que o resto do país.

Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (hora) - 2008 a 2018



Fonte: ANEEL e ABRADÉE. Nota: Valores estimados através da média de frequências ponderadas pelo número de unidades consumidoras de cada estado.



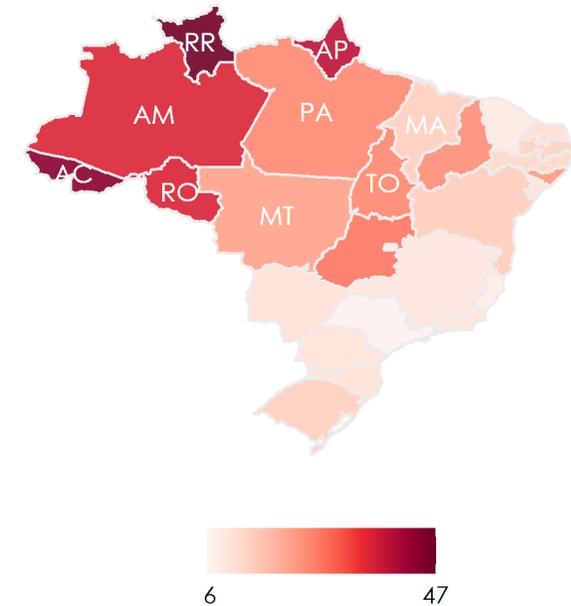
Heterogeneidades internas

Interrupções de energia elétrica

- ▶ Roraima teve, em média, 47 horas de paralisações no fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora, em 2018, o maior do país, seguido de perto pelo Acre, com média de 44 horas.
- ▶ O Maranhão, no outro extremo, teve média de 14 horas de paralisações no fornecimento de energia elétrica em 2018.

Interrupções de energia elétrica nos estados da Amazônia Legal - 2018

Estado	DEC
Roraima	46,7
Acre	43,8
Amapá	38,3
Rondônia	35,5
Amazonas	35,2
Tocantins	24,4
Pará	24,4
Mato Grosso	20,9
Maranhão	14,0
Amazônia Legal	24,3



Fonte: ANEEL e ABRADÉE. Nota: Valores estimados através da média de frequências ponderadas pelo número de unidades consumidoras de cada estado.



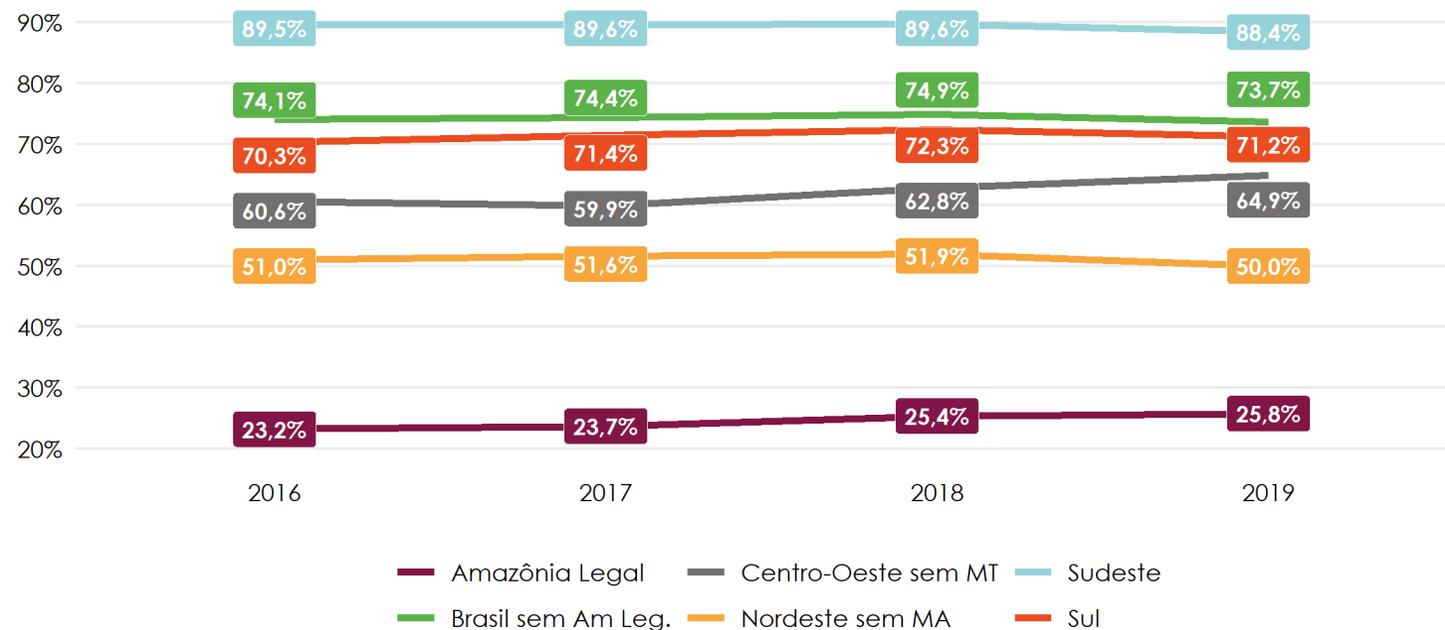
Saneamento



Evolução do Saneamento adequado

- ▶ Pouco mais de um a cada quatro domicílios na região da Amazônia Legal contavam com acesso ao saneamento básico adequado em 2019, índice muito inferior ao do resto do país.
- ▶ Em termos de evolução, a região apresentou um pequeno incremento de 2,6 p.p. entre 2016 e 2019.

Percentual de domicílios com saneamento adequado¹ (%) - 2016 a 2019



Fonte: PNAD Contínua. Obs: ¹Na área urbana considerou-se adequado: abastecimento de água por rede geral de distribuição; coleta de lixo diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza; esgotamento sanitário por rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede. Na área rural, adiciona-se: abastecimento de água por poço profundo ou artesiano; poço raso, freático ou cacimba ou fonte ou nascente; e esgotamento sanitário por fossa não ligada à rede.



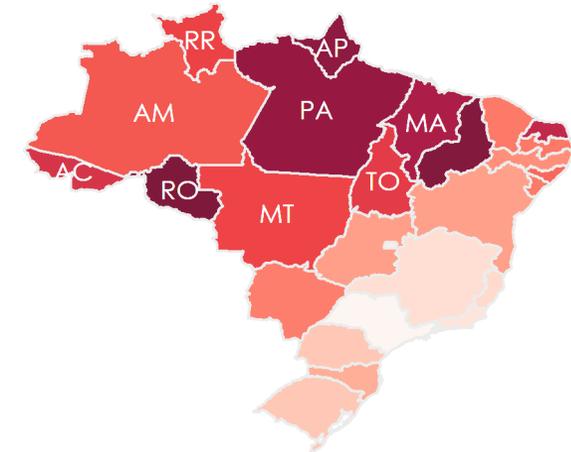
Heterogeneidades internas

Saneamento adequado

- ▶ Em Rondônia, um a cada dez domicílios contavam com acesso ao saneamento básico adequado em 2019. No estado do Amazonas, o percentual sobe para 42%, mesmo assim, é bem abaixo da média brasileira.
- ▶ Em 2019, foram ao todo, 2.230.404 pessoas na região da Amazônia Legal vivendo sem saneamento adequado.

Saneamento adequado nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Domicílios com saneamento adequado	Participação no total da região	Percentual de domicílios com saneamento adequado ¹
Maranhão	462.330	20,7%	22,0%
Amazonas	462.112	20,7%	42,0%
Mato Grosso	441.615	19,8%	38,6%
Pará	434.296	19,5%	17,0%
Tocantins	187.624	8,4%	35,7%
Acre	87.027	3,9%	32,6%
Rondônia	64.742	2,9%	10,9%
Roraima	57.950	2,6%	37,8%
Amapá	32.708	1,5%	14,8%
Amazônia Legal	2.230.404	100,0%	25,8%



Fonte: PNAD Contínua.



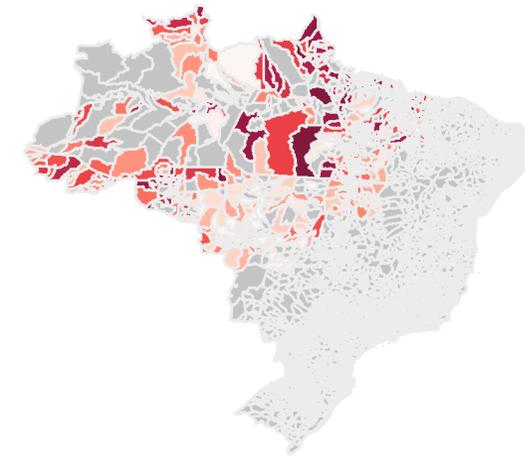
Heterogeneidades internas

Índice de atendimento de água

- Do total de 808 municípios da região, 187 não informaram dados de atendimento de água em 2018.
- Um total de 30 municípios apresentam taxa 100% de atendimento de água e o município com menor taxa foi Santa Helena do estado do Maranhão, com 0%.

Índice de atendimento de água nos municípios da Amazônia Legal - 2018

Município	Estado	População atendida	Participação no total da região	Índice de Atendimento de Água
Rondonópolis	MT	228.857	1,5%	100,0%
São José de Ribamar	MA	176.321	1,2%	100,0%
Sinop	MT	139.935	0,9%	100,0%
Paço do Lumiar	MA	120.621	0,8%	100,0%
Tangará da Serra	MT	101.764	0,7%	100,0%
Vilhena	RO	97.448	0,6%	100,0%
Sorriso	MT	87.815	0,6%	100,0%
Oriximiná	PA	72.160	0,5%	100,0%
Lucas do Rio Verde	MT	63.411	0,4%	100,0%
Benevides	PA	61.689	0,4%	100,0%
Primavera do Leste	MT	61.038	0,4%	100,0%
Barra do Garças	MT	60.661	0,4%	100,0%
Ulianópolis	PA	57.632	0,4%	100,0%
Nova Mutum	MT	43.919	0,3%	100,0%
Campo Novo do Parecis	MT	34.558	0,2%	100,0%
Amazônia Legal	-	1.407.829	9,3%	100,0%



Fonte: SNIS. Obs: Apenas os 15 municípios com maior participação na região.



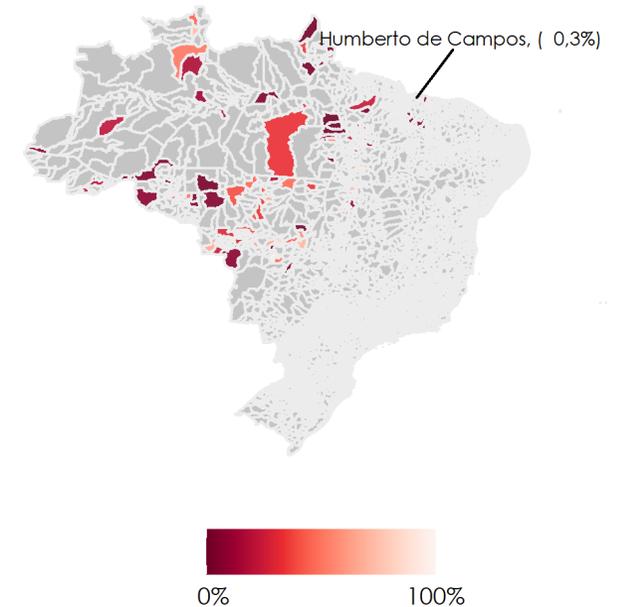
Heterogeneidades internas

Índice de atendimento de esgoto

- Dos 808 municípios da região, 110 informaram dados de atendimento de esgoto em 2018.
- O maior índice, dentre os municípios que informaram, foi verificado em Boa Vista do Gurupi, no Maranhão, com 100% da população atendida por rede de esgotamento sanitário. O menor está em Humberto de Campos, também no Maranhão, com 0,3%.

Índice de atendimento de esgoto nos municípios da Amazônia Legal - 2018

Município	Estado	Índice de atendimento
Boa Vista do Gurupi	MA	100,0%
Rondonópolis	MT	96,2%
Palmas	TO	85,0%
Primavera do Leste	MT	82,8%
Nortelândia	MT	81,9%
Itacajá	TO	74,2%
Boa Vista	RR	73,3%
Porto Nacional	TO	72,9%
Trizidela do Vale	MA	72,2%
Barra do Garças	MT	70,7%
Cláudia	MT	66,6%
Pontes e Lacerda	MT	66,1%
Guaraí	TO	65,4%
Campo Verde	MT	64,5%
Colinas do Tocantins	TO	59,5%
Amazônia Legal	-	79,5%



Fonte: SNIS. Obs: Apenas os 15 municípios com maior participação na região.



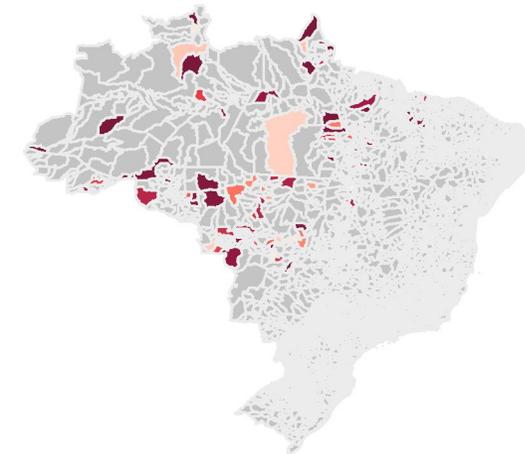
Heterogeneidades internas

Índice de esgoto tratado

- ▶ Em 2018, dos 808 municípios da região, 110 informaram dados de tratamento de esgoto.
- ▶ O maior índice, dentre os municípios que informaram, foi verificado nos municípios Lajeado Novo (MA) e Nortelândia (MT), ambos com 100% do volume de esgoto tratado.
- ▶ Um total de 22 municípios apresentam índice igual a 0%.

Índice de esgoto tratado nos municípios da Amazônia Legal - 2018

Município	Estado	Índice de Esgoto Tratado
Lajeado Novo	MA	100,0%
Nortelândia	MT	100,0%
Porto Nacional	TO	98,1%
Rondonópolis	MT	93,4%
Talismã	TO	91,8%
Boa Vista	RR	91,5%
Alvorada D'Oeste	RO	91,1%
Novo São Joaquim	MT	88,9%
Altamira	PA	80,0%
Pontes e Lacerda	MT	77,9%
Primavera do Leste	MT	77,9%
Caracaraí	RR	75,7%
São José de Ribamar	MA	74,4%
Serra do Navio	AP	72,8%
Palmas	TO	66,9%
Amazônia Legal	-	82,4%



Fonte: SNIS. Obs: Apenas os 15 municípios com maior participação na região.



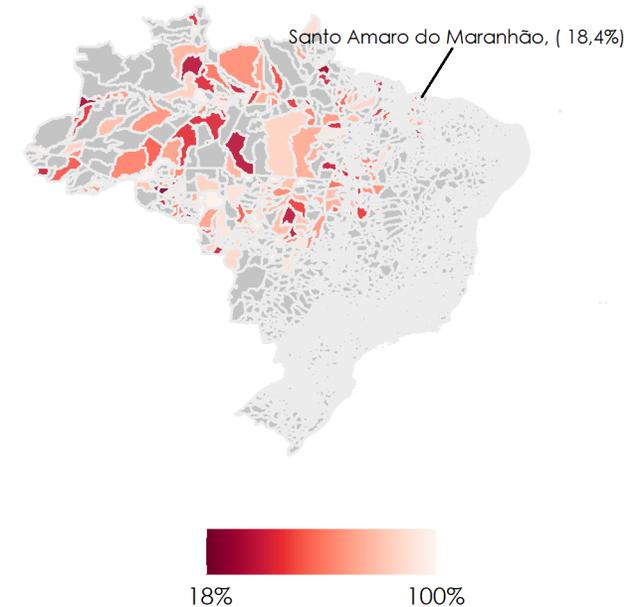
Heterogeneidades internas

Taxa de cobertura de RDO

- ▶ Dos 808 municípios do estado, apenas 364 informaram dados de cobertura de coleta de resíduos em 2018.
- ▶ Entre estes, o menor índice reportado foi Santo Amaro do Maranhão, do estado do Maranhão (18,4%) e 8 municípios possuem taxa de coleta de 100%.

Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares nos municípios da Amazônia Legal - 2018

Município	Estado	População atendida	Participação no total da região	Taxa de Cobertura de coleta
Timon	MA	167.973	1,1%	100,0%
Lucas do Rio Verde	MT	63.411	0,4%	100,0%
Paranaíba	MT	11.193	0,1%	100,0%
São Luiz	RR	7.860	0,0%	100,0%
Pau D'Arco	TO	4.831	0,0%	100,0%
Chapada da Natividade	TO	3.334	0,0%	100,0%
Santa Cruz do Xingu	MT	2.495	0,0%	100,0%
Rio da Conceição	TO	2.088	0,0%	100,0%
Vilhena	RO	97.428	0,6%	100,0%
Ananindeua	PA	524.273	3,3%	99,8%
Rondonópolis	MT	226.568	1,4%	99,0%
Marituba	PA	127.979	0,8%	99,0%
Arenápolis	MT	9.565	0,1%	98,5%
Arari	MA	29.297	0,2%	98,4%
Abaetetuba	PA	153.380	1,0%	98,1%
Amazônia Legal	-	1.431.675	9,0%	99,4%



Fonte: SNIS. Obs: Apenas os 15 municípios com maior participação na região.



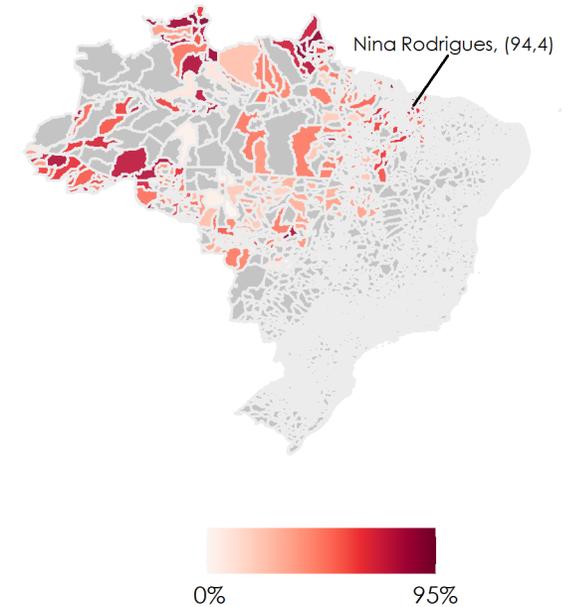
Heterogeneidades internas

Índice de perdas na distribuição de água

- ▶ Em 2018, apenas 481 municípios da região reportaram dados de perdas na distribuição de água.
- ▶ O índice varia de 0% em Alto Garças (Mato Grosso) a 94,4% em Nina Rodrigues (Maranhão).

Índice de perdas na distribuição de água nos municípios da Amazônia Legal - 2018

Município	Estado	Volume de água consumida (m³/ano)	Participação no total da região	Índices de Perdas na distribuição de água
Nina Rodrigues	MA	2.476,0	0,1%	94,4%
Pedra Branca do Amapari	AP	44,8	0,0%	91,6%
Cantanhede	MA	2.971,3	0,2%	89,7%
Normandia	RR	756,0	0,0%	89,1%
Santo Antônio do Leste	MT	450,0	0,0%	88,9%
São João da Baliza	RR	1.129,8	0,1%	88,0%
Pacaraíma	RR	2.095,2	0,1%	87,9%
Turiçu	MA	685,0	0,0%	87,6%
Ferreira Gomes	AP	1.429,4	0,1%	87,4%
Calçoene	AP	819,9	0,0%	87,0%
Nova Iorque	MA	398,7	0,0%	85,9%
Buriticupu	MA	1.172,0	0,1%	84,4%
Caroebe	RR	1.704,8	0,1%	84,4%
Urbano Santos	MA	889,2	0,1%	84,1%
Axixá	MA	411,1	0,0%	83,7%
Amazônia Legal	-	17.433,3	1,0%	88,2%



Fonte: SNIS. Obs: Apenas os 15 municípios com maior participação na região.



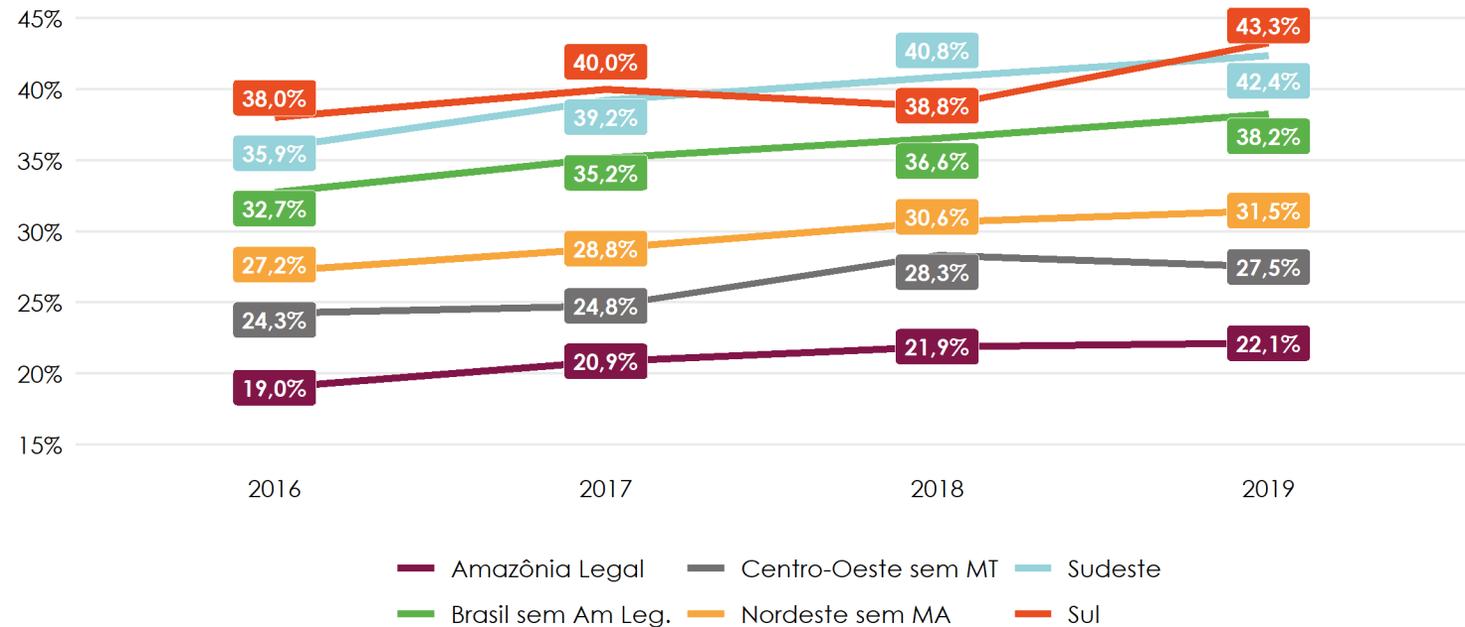
Educação



Evolução da Frequência à creche

- ▶ O percentual de crianças de 0 a 3 anos frequentando creche na Amazônia Legal em 2019 foi de 22,1%, muito abaixo das outras regiões e o país.
- ▶ Entre 2016 e 2019, houve aumento de 3,1 p.p. Ainda assim, a região apresenta percentual que é menos da metade da meta proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE) de atender em creche 50% das crianças nessa faixa etária até 2024.
- ▶ Em 2019, havia 1,3 milhão crianças de 0 a 3 anos fora da escola na Amazônia Legal.

Percentual de crianças de até 3 anos frequentando escola (%) - 2016 a 2019



Fonte: PNAD Contínua.



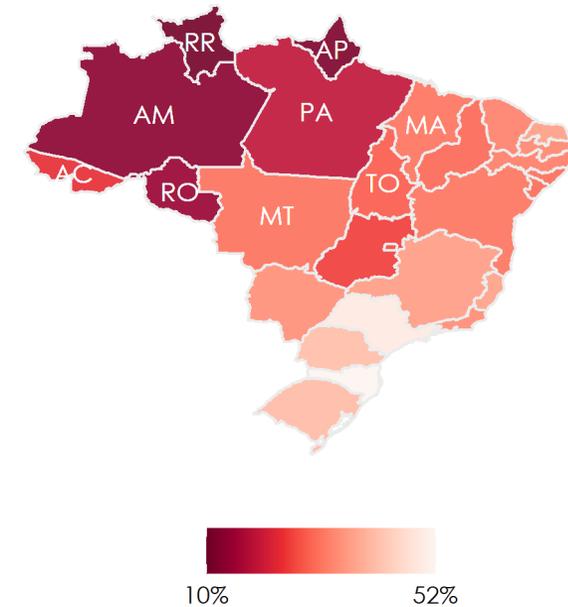
Heterogeneidades internas

Frequência à creche

- Os estados da Amazônia Legal apresentaram os menores percentuais de crianças até 3 anos frequentando escola do Brasil.
- O menor percentual foi verificado em Roraima com apenas 10,7% das crianças frequentando creche e o maior no Maranhão com 30,5% em 2019.

Frequência à creche nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Matrículas de crianças de 0 a 3 anos	Participação no total da região	Percentual de crianças de 0 a 3 anos frequentando escola
Maranhão	124.215,8	33,5%	30,5%
Pará	95.056,8	25,7%	19,1%
Mato Grosso	55.201,0	14,9%	30,3%
Amazonas	34.964,8	9,4%	13,3%
Tocantins	24.081,5	6,5%	27,9%
Rondônia	14.778,7	4,0%	14,8%
Acre	12.888,8	3,5%	23,4%
Amapá	5.630,8	1,5%	11,7%
Roraima	3.646,7	1,0%	10,7%
Amazônia Legal	370.464,9	100,0%	22,1%



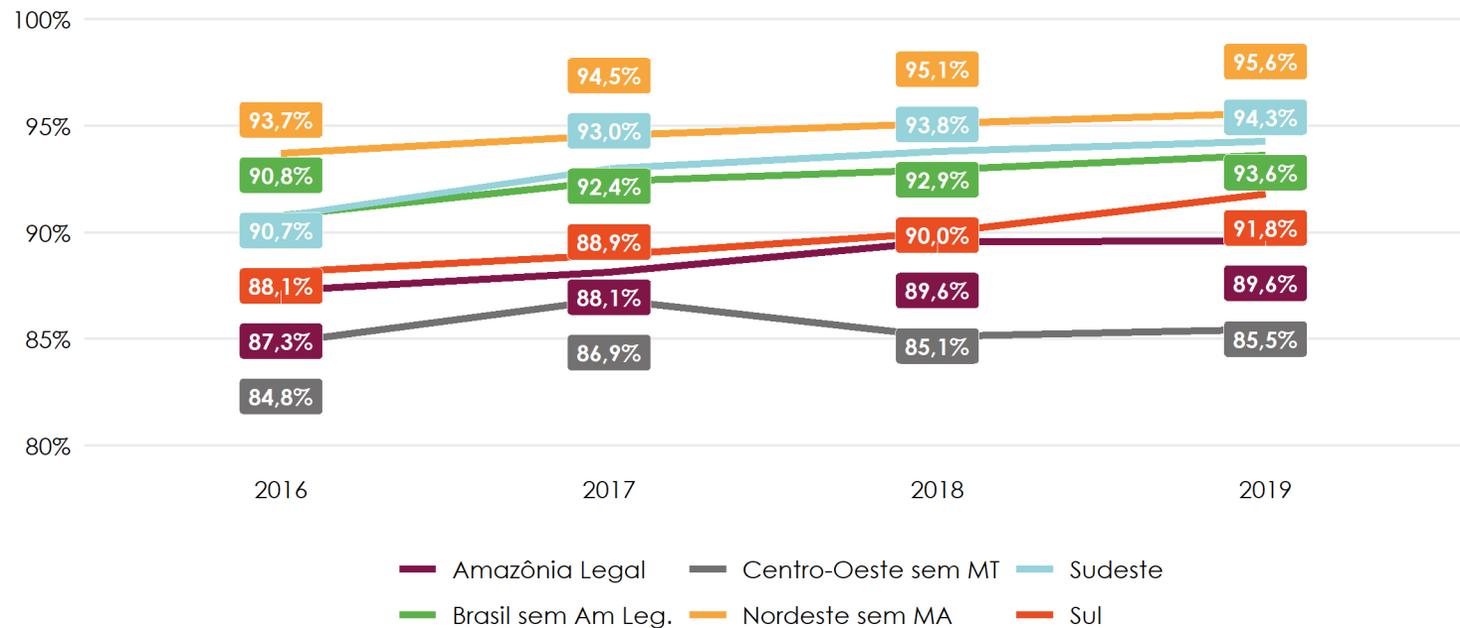
Fonte: PNAD Contínua.



Evolução da Frequência à pré-escola

- ▶ O percentual de crianças de 4 a 5 anos frequentando escola na Amazônia Legal em 2019 foi de 89,6%, muito abaixo das outras regiões do país, com exceção do Centro-Oeste.
- ▶ Entre 2016 e 2019, houve aumento de 2,3 p.p. A região ainda está distante da universalização que, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), deveria ter sido alcançada em 2016
- ▶ Em 2019, havia, aproximadamente 97.185 crianças de 4 a 5 anos fora da escola na Amazônia Legal.

Percentual de crianças de 4 a 5 anos frequentando a escola (%) - 2016 a 2019



Fonte: PNAD Contínua.



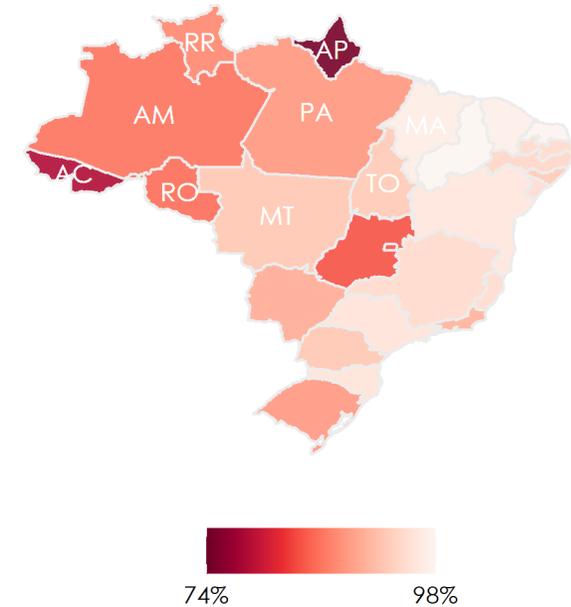
Heterogeneidades internas

Frequência à pré-escola

- Os estados da Amazônia Legal apresentaram os menores percentuais de crianças de 4 e 5 anos frequentando a pré-escola do Brasil.
- O menor percentual foi verificado no Amapá com 74,6%, em 2019, e o maior, no Maranhão com 96,7%, próximo da universalização.

Frequência à pré-escola nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Matrículas de crianças de 4 a 5 anos	Participação no total da região	Percentual de crianças de 4 a 5 anos frequentando escola
Pará	239.757,8	28,6%	88,4%
Maranhão	205.656,8	24,6%	96,7%
Amazonas	123.227,0	14,7%	85,8%
Mato Grosso	106.944,2	12,8%	92,5%
Rondônia	50.355,3	6,0%	85,4%
Tocantins	45.027,3	5,4%	92,8%
Amapá	24.723,7	3,0%	74,6%
Acre	24.129,2	2,9%	78,3%
Roraima	17.867,4	2,1%	87,2%
Amazônia Legal	837.688,6	100,0%	89,6%



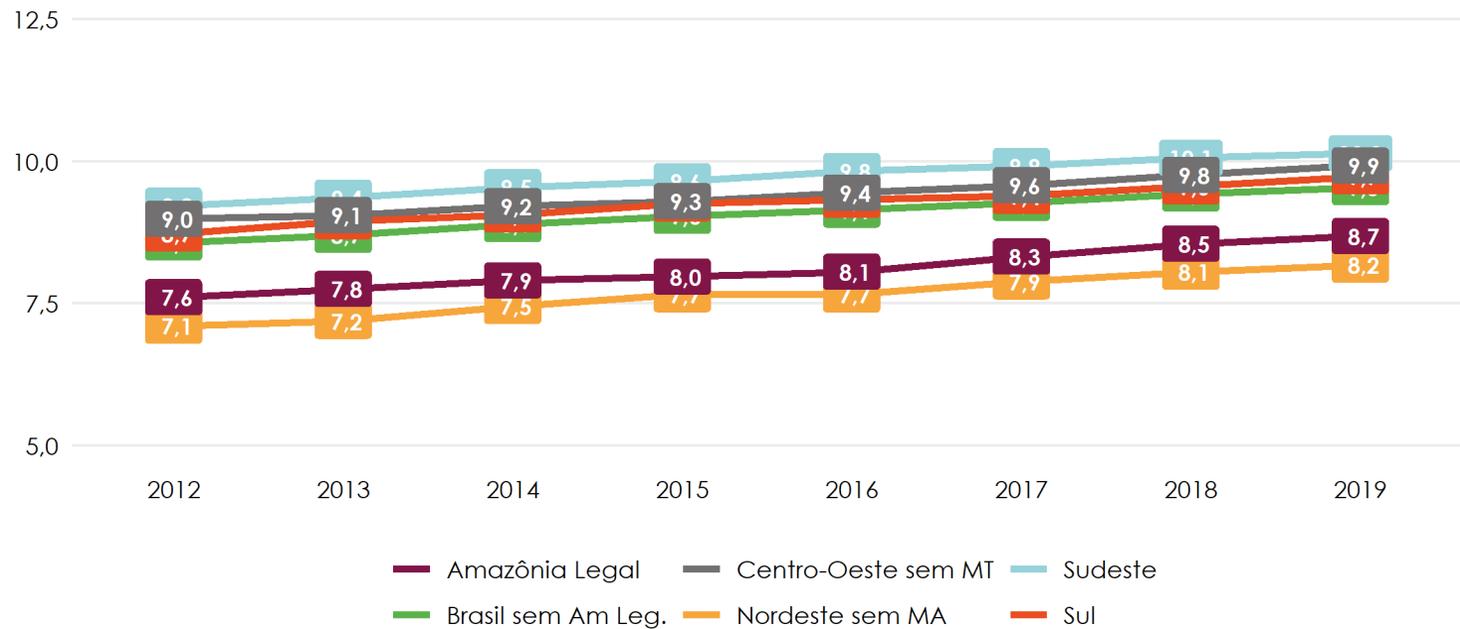
Fonte: PNAD Contínua.



Evolução da Escolaridade média

- Em 2019, a média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais era de apenas 8,7 na Amazônia Legal, inferior à todas as outras regiões do estado, exceto o Nordeste.
- Entre 2012 e 2019, houve aumento de 1,1 ano de estudo. Ainda assim, a região tem escolaridade média de 0,9 ano inferior à do resto do Brasil que é considerada baixa para padrões internacionais.

Escolaridade média (anos de estudo) da população de 25 anos ou mais - 2012 a 2019



Fonte: PNAD Contínua.



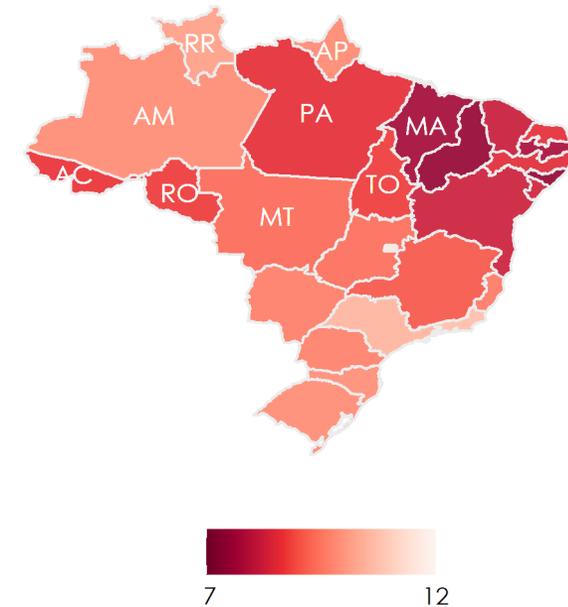
Heterogeneidades internas

Escolaridade Média

- Os estados da Amazônia Legal apresentaram muita variação em termos de escolaridade média da população adulta.
- A menor média é observada no Maranhão com 7,7 anos de estudo, enquanto em Roraima, a escolaridade média foi de 10,1 anos em 2019.

Escolaridade Média nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Escolaridade média da população de 25 anos ou mais
Pará	8,6
Maranhão	7,7
Amazonas	9,8
Mato Grosso	9,3
Rondônia	8,7
Tocantins	8,7
Amapá	9,7
Acre	8,6
Roraima	10,1
Amazônia Legal	8,7



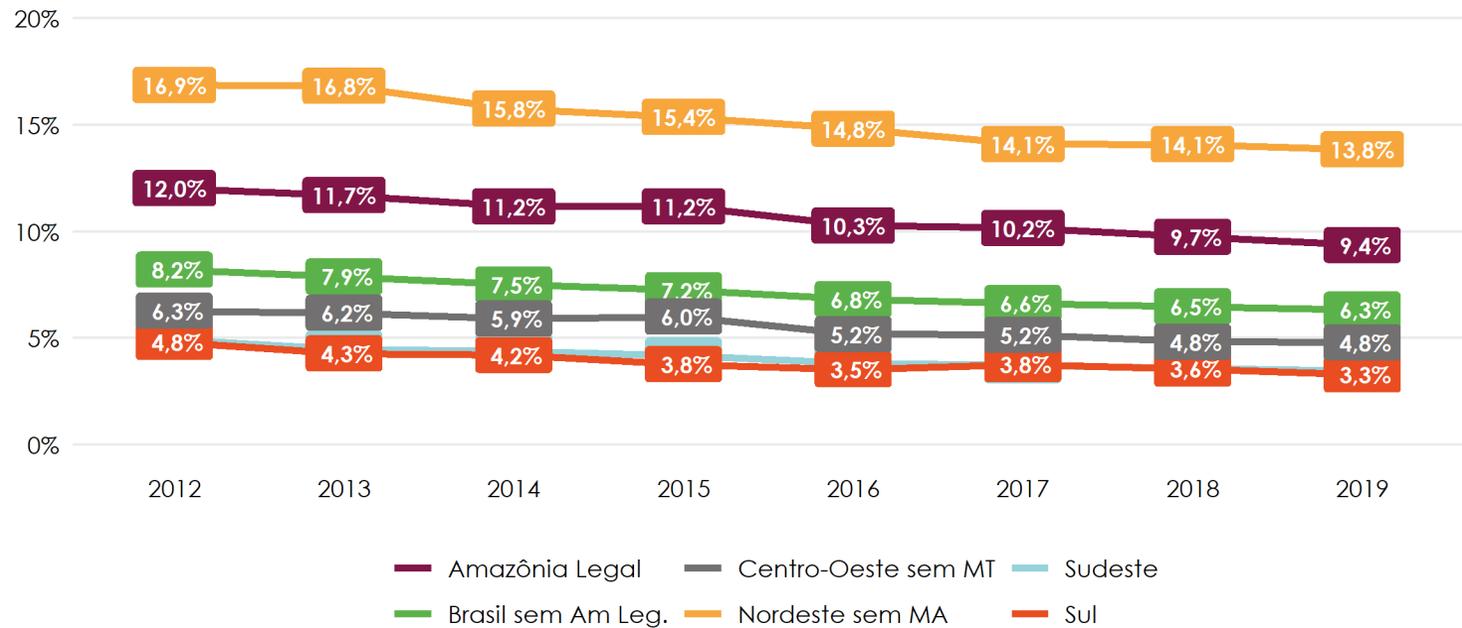
Fonte: PNAD Contínua.



Evolução da Taxa de analfabetismo

- Em 2019, a taxa de analfabetismo na Amazônia Legal chegou a 9,4% da população com 15 anos ou mais, maior que as demais regiões do país, exceto o Nordeste.
- Apesar da forte tendência de queda nas últimas décadas, cerca de um a cada 10 pessoas com 15 anos ou mais não sabiam ler e escrever em 2019.

Taxa de analfabetismo (%) de pessoas com 15 anos ou mais - 2012 a 2019



Fonte: PNAD Contínua.



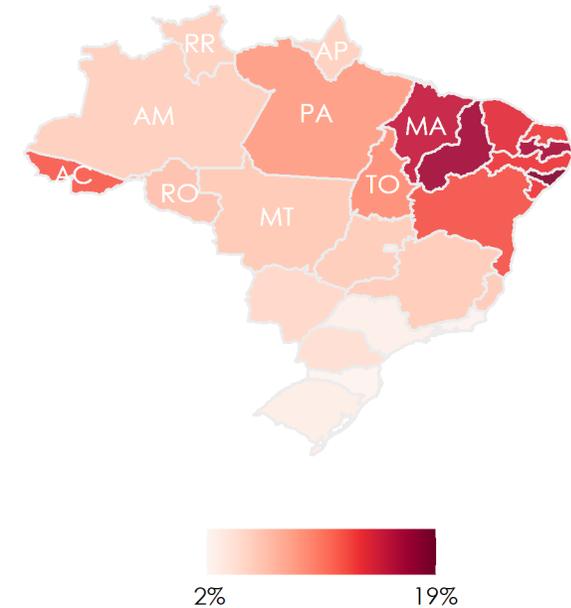
Heterogeneidades internas

Taxa de analfabetismo

- Os estados da Amazônia Legal apresentaram muita variação em termos de taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais .
- O menor percentual é observado no Amapá com 5,3%, enquanto o Maranhão, tem quase o triplo de analfabetismo, 15,2%.

Taxa de analfabetismo nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	População de 15 anos ou mais analfabeta	Participação no total da região	Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais
Maranhão	800.327	39,7%	15,2%
Pará	562.459	27,9%	8,7%
Amazonas	159.818	7,9%	5,5%
Mato Grosso	156.767	7,8%	5,9%
Tocantins	115.968	5,8%	9,6%
Rondônia	89.691	4,5%	6,5%
Acre	75.857	3,8%	11,9%
Amapá	32.304	1,6%	5,3%
Roraima	21.030	1,0%	5,5%
Amazônia Legal	2.014.222	100,0%	9,4%



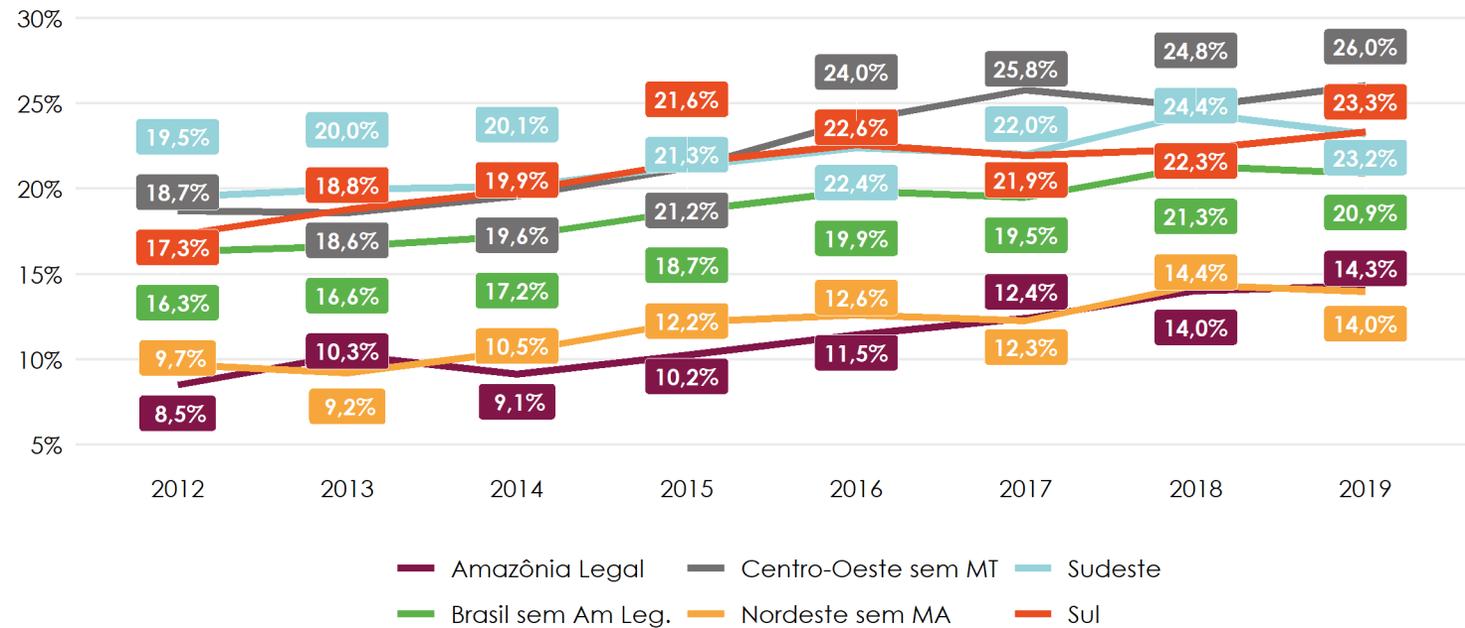
Fonte: PNAD Contínua.



Evolução do Percentual de jovens com Ensino Superior

- ▶ Em 2019, o percentual de jovens de 25 a 29 anos com o Ensino Superior foi de 14,3%, próximo a da região Nordeste e inferior à todas as outras regiões.
- ▶ Entre 2012 e 2019, o percentual aumentou quase seis pontos, incremento superior ao do resto do Brasil.

Percentual de jovens de 25 a 29 anos com Ensino Superior completo (%) - 2012 a 2019



Fonte: PNAD Contínua.



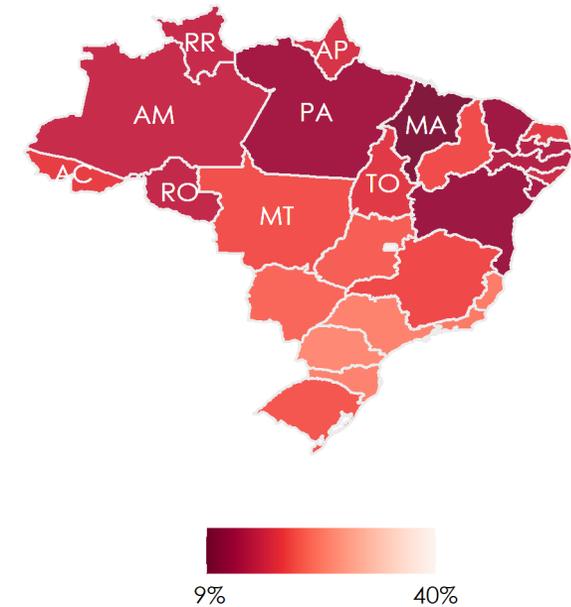
Heterogeneidades internas

Percentual de jovens com Ensino Superior

- Os estados da Amazônia Legal apresentaram muita variação em termos do percentual de jovens com ensino superior. Todos os estados estão abaixo da média nacional, apesar da heterogeneidade regional.
- O menor percentual é observado no Maranhão com 9,9%, enquanto o Mato Grosso, no outro extremo, tem o dobro do percentual (20,3%).

Percentual de jovens com Ensino Superior completo nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	População de 15 anos ou mais com Ensino Superior	Participação no total da região	Percentual de jovens com Ensino Superior
Pará	86.375	27,2%	12,7%
Mato Grosso	59.564	18,8%	20,3%
Maranhão	50.488	15,9%	9,9%
Amazonas	47.242	14,9%	16,0%
Rondônia	22.621	7,1%	15,5%
Tocantins	19.816	6,2%	18,3%
Amapá	12.600	4,0%	17,3%
Acre	11.281	3,6%	18,8%
Roraima	7.140	2,3%	15,9%
Amazônia Legal	317.128	100,0%	14,3%



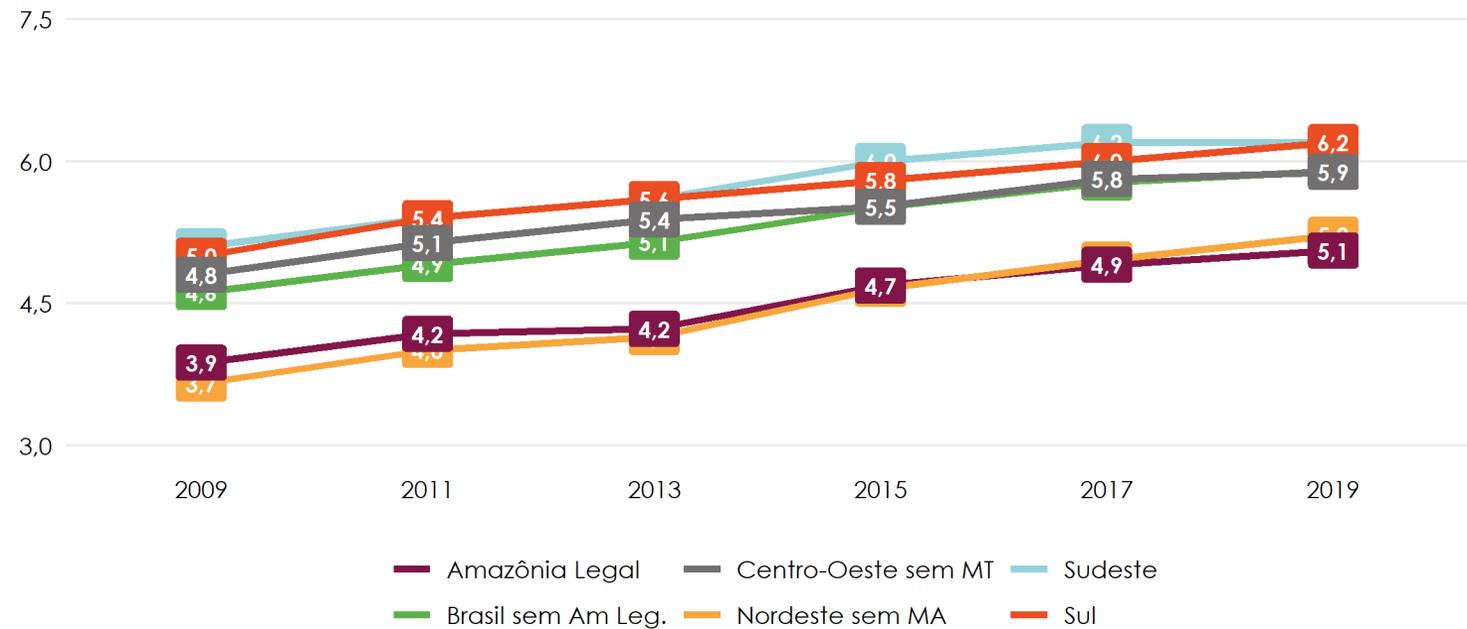
Fonte: PNAD Contínua.



Qualidade do Ensino Fundamental I

- ▶ A região da Amazônia Legal alcançou 5,1 pontos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que mede a qualidade dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública em 2019, nota inferior às outras regiões e próximo ao Nordeste.
- ▶ O indicador cresceu 1,2 ponto entre 2009 e 2019, próximo ao resto do país (1,3).

Ideb do Ensino Fundamental I (Rede Pública) - 2009 a 2019



Fonte: INEP.



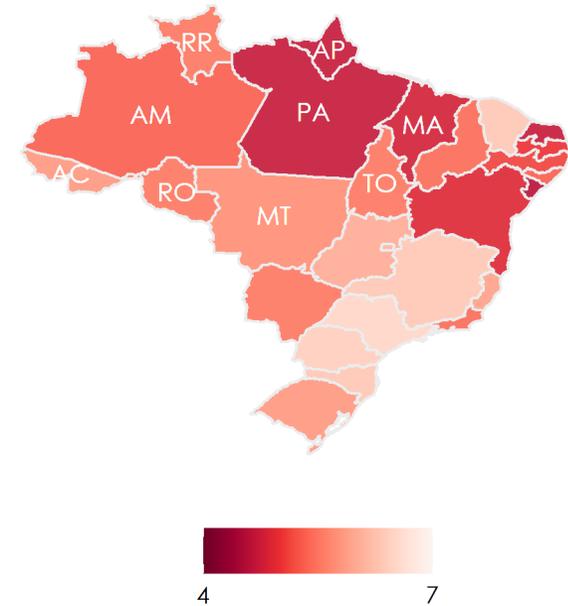
Heterogeneidades internas

Ideb do EF I - Rede Pública

- Do total de 2.349.774 matrículas da rede pública do EFI, 70,8% estão em três estados da região.
- Amapá, Pará e Maranhão estão entre as menores notas do país no IDEB do Ensino Fundamental I, com 4,7, 4,7 e 4,8, respectivamente, em 2019.
- Já Acre e Mato Grosso possuem notas mais elevadas, 5,8 e 5,7 porém distante das melhores colocações no ranking nacional.

Ideb do Ensino Fundamental I (Rede Pública) - 2019

Estado	Número de matrículas no EFI - Rede Pública	Participação no total da região	Ideb EFI Rede Pública	Meta projetada
Pará	736.446	31,3%	4,7	4,6
Maranhão	556.076	23,7%	4,8	4,7
Amazonas	370.796	15,8%	5,3	4,9
Mato Grosso	230.878	9,8%	5,7	5,5
Rondônia	125.710	5,3%	5,5	5,5
Tocantins	118.473	5,0%	5,5	5,4
Acre	85.479	3,6%	5,8	5,3
Amapá	72.418	3,1%	4,7	5,0
Roraima	53.498	2,3%	5,5	5,6
Amazônia Legal	2.349.774	100,0%	5,1	4,9



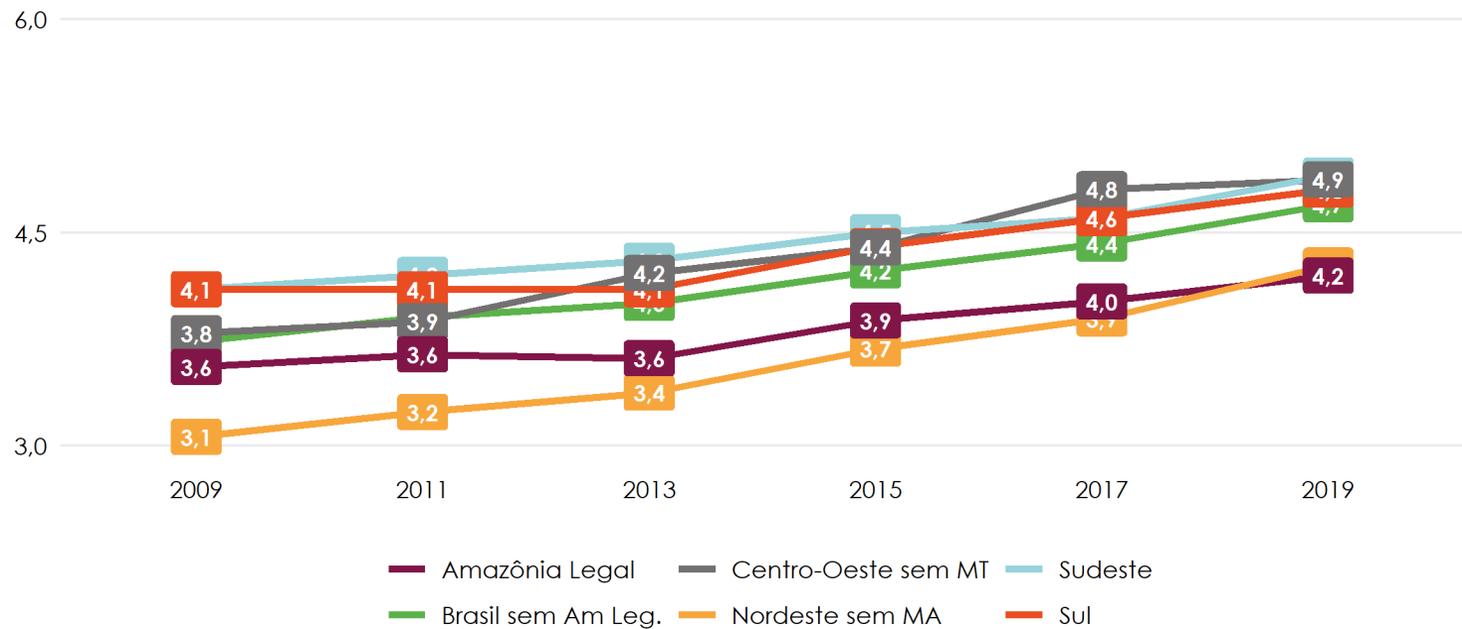
Fonte: INEP.



Qualidade do Ensino Fundamental II

- ▶ A região da Amazônia Legal alcançou 4,2 pontos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que mede a qualidade dos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública em 2019, nota inferior às outras regiões.
- ▶ O indicador cresceu apenas 0,6 ponto entre 2009 e 2019, menos que o resto do país (1,0).

Ideb do Ensino Fundamental II (Rede Pública) - 2009 a 2019



Fonte: INEP.



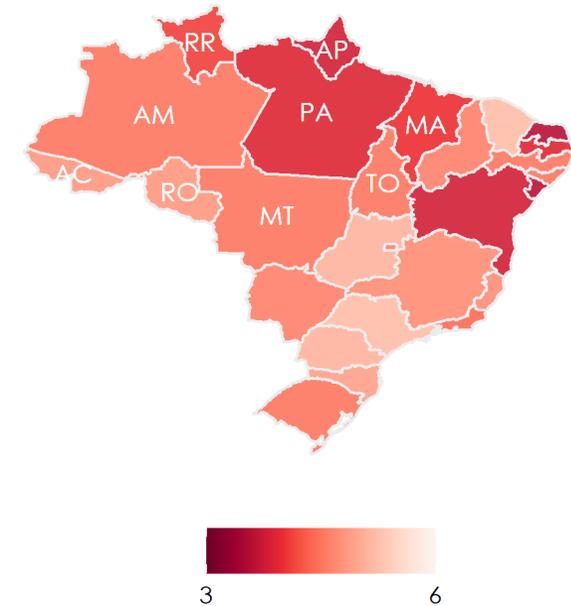
Heterogeneidades internas

Ideb do EF II - Rede Pública

- Do total de 1.856.960 matrículas da rede pública do EF II, 70,1% estão em três estados da região.
- Amapá e Pará estão entre as menores notas do país no IDEB do Ensino Fundamental I, com 3,8 e 3,9, respectivamente, em 2019.
- Já Rondônia e Acre, possuem notas mais elevadas, porém distante das melhores colocações no ranking nacional.

Ideb do Ensino Fundamental II (Rede Pública) - 2019

Estado	Número de matrículas no EFII - Rede Pública	Participação no total da região	Ideb EFII Rede Pública	Meta projetada
Pará	551.524	29,7%	3,9	4,9
Maranhão	471.443	25,4%	4,0	4,6
Amazonas	279.368	15,0%	4,5	4,3
Matô Grosso	188.927	10,2%	4,5	4,7
Rondônia	110.008	5,9%	4,8	4,9
Tocantins	100.311	5,4%	4,5	5,1
Acre	63.682	3,4%	4,8	5,1
Amapá	50.811	2,7%	3,8	5,2
Roraima	40.886	2,2%	4,1	5,0
Amazônia Legal	1.856.960	100,0%	4,2	4,7



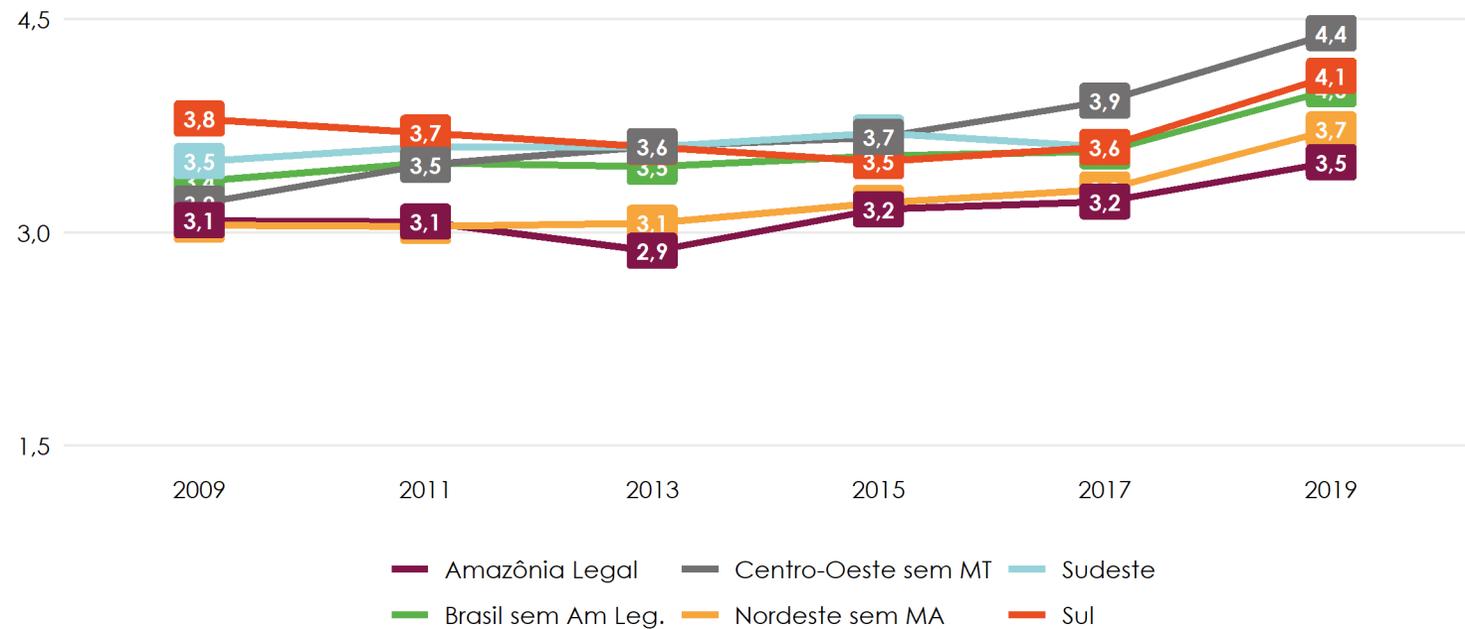
Fonte: INEP.



Qualidade do Ensino Médio

- ▶ A região da Amazônia Legal alcançou 3,5 pontos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que mede a qualidade do Ensino Médio da rede estadual em 2019, nota inferior à de todas as regiões.
- ▶ O indicador cresceu apenas 0,4 ponto entre 2009 e 2019, menos que o resto do país (0,6).

Ideb do Ensino Médio (Rede Estadual) - 2009 a 2019



Fonte: INEP.



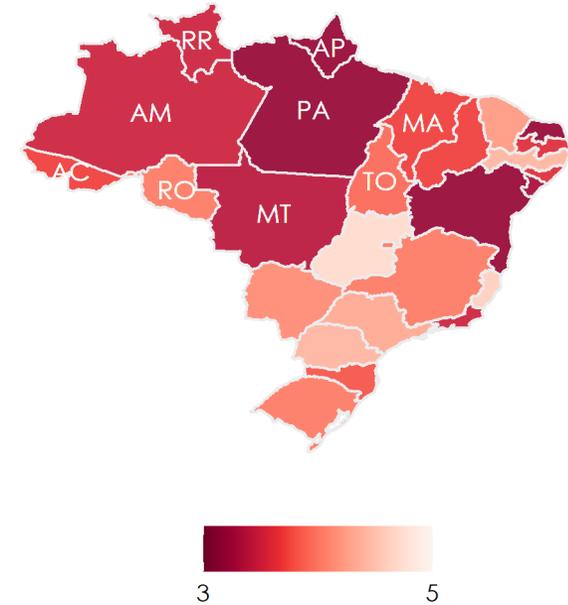
Heterogeneidades internas

Ideb do EM - Rede Estadual

- Do total de 1.138.190 matrículas da rede estadual do EM, 70,2% estão em três estados da região.
- Amapá e Pará estão entre as menores notas do país no IDEB do Ensino Médio com 3,2 pontos em 2019.
- Já Rondônia e Tocantins possuem notas mais elevadas, porém distantes das melhores colocações no ranking nacional.

Ideb do Ensino Médio (Rede Estadual) - 2019

Estado	Número de matrículas no EM - Rede Estadual	Participação no total da região	Ideb EM Rede Estadual	Meta projetada
Pará	327.031	28,7%	3,2	4,2
Maranhão	274.754	24,1%	3,7	4,0
Amazonas	197.341	17,3%	3,5	3,8
Matô Grosso	131.935	11,6%	3,4	4,2
Tocantins	60.047	5,3%	3,9	4,5
Rondônia	57.751	5,1%	4,0	4,5
Acre	36.603	3,2%	3,7	4,6
Amapá	30.319	2,7%	3,2	4,3
Roraima	22.409	2,0%	3,5	4,8
Amazônia Legal	1.138.190	100,0%	3,5	4,1



Fonte: INEP.



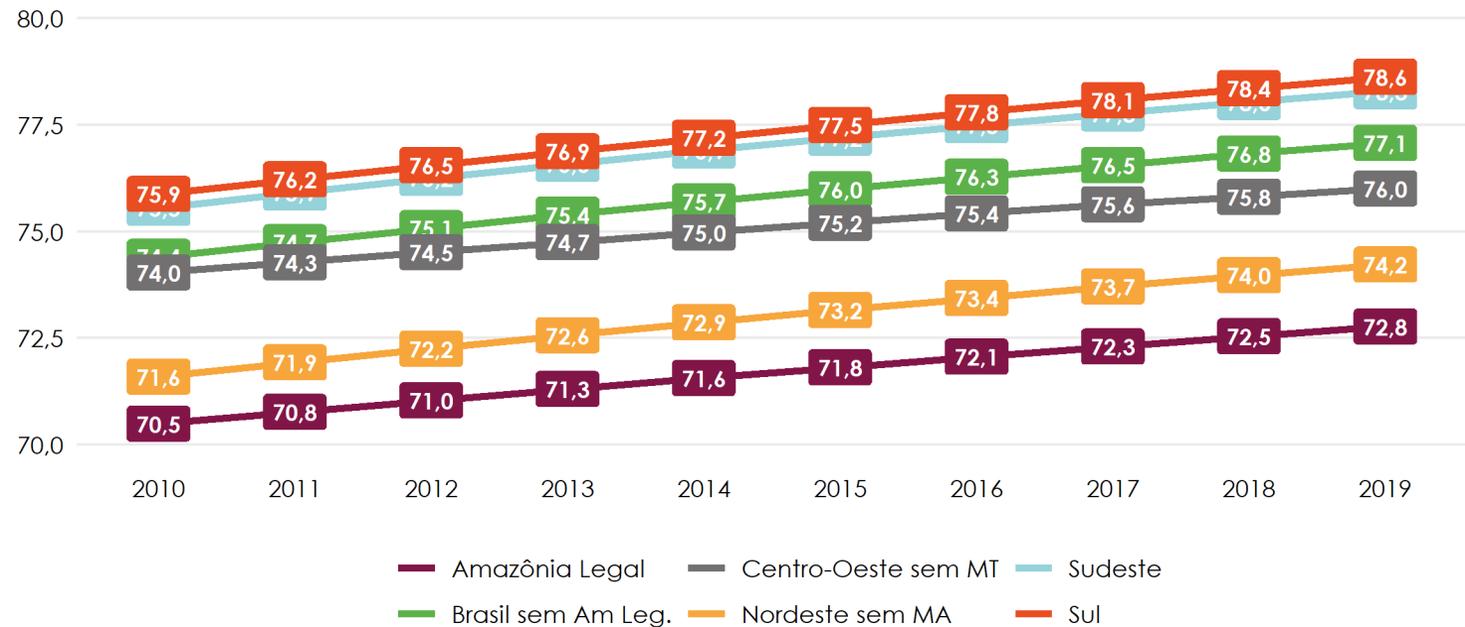
Saúde



Evolução da Expectativa de vida

- ▶ A expectativa de vida na Amazônia Legal chegou a 72,8 anos em 2019, segundo as estimativas do IBGE, menor que o resto do Brasil.
- ▶ A região mais próxima da Amazônia Legal é o Nordeste, 1,4 anos a mais. Já na região Sul, maior expectativa de vida, vive-se, em média, 5,8 anos a mais do que na região da Amazônia Legal.
- ▶ Houve um crescimento de 2,3 anos na expectativa de vida ao nascer nos últimos 9 anos, incremento menor que o do resto do Brasil (2,7).

Expectativa de vida (anos) - 2010 a 2019



Fonte: IBGE. Obs: Para as estimativas da expectativa de vida do Brasil sem a região e da Amazônia Legal sem o estado, foi feita uma ponderação pela população total dos estados que compõem as agregações em questão.



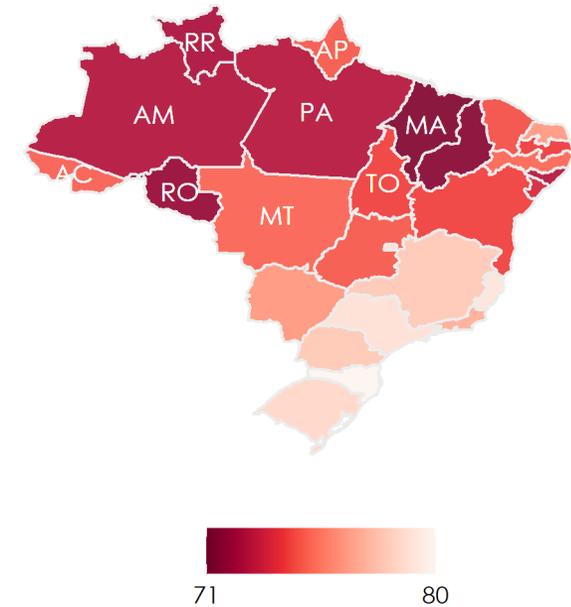
Heterogeneidades internas

Expectativa de vida

- Os estados da Amazônia Legal apresentaram uma expectativa de vida entre 71,4 anos no Maranhão e 74,9 no estado do Mato Grosso em 2019.
- Ressalta-se que, em todos os estados da região, vive-se no mínimo dois anos a menos do que o resto do país (77,1).

Expectativa de vida nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Expectativa de vida
Rondônia	71,9
Acre	74,8
Amazonas	72,6
Roraima	72,4
Pará	72,7
Amapá	74,7
Tocantins	74,2
Maranhão	71,4
Mato Grosso	74,9
Amazônia Legal	72,8



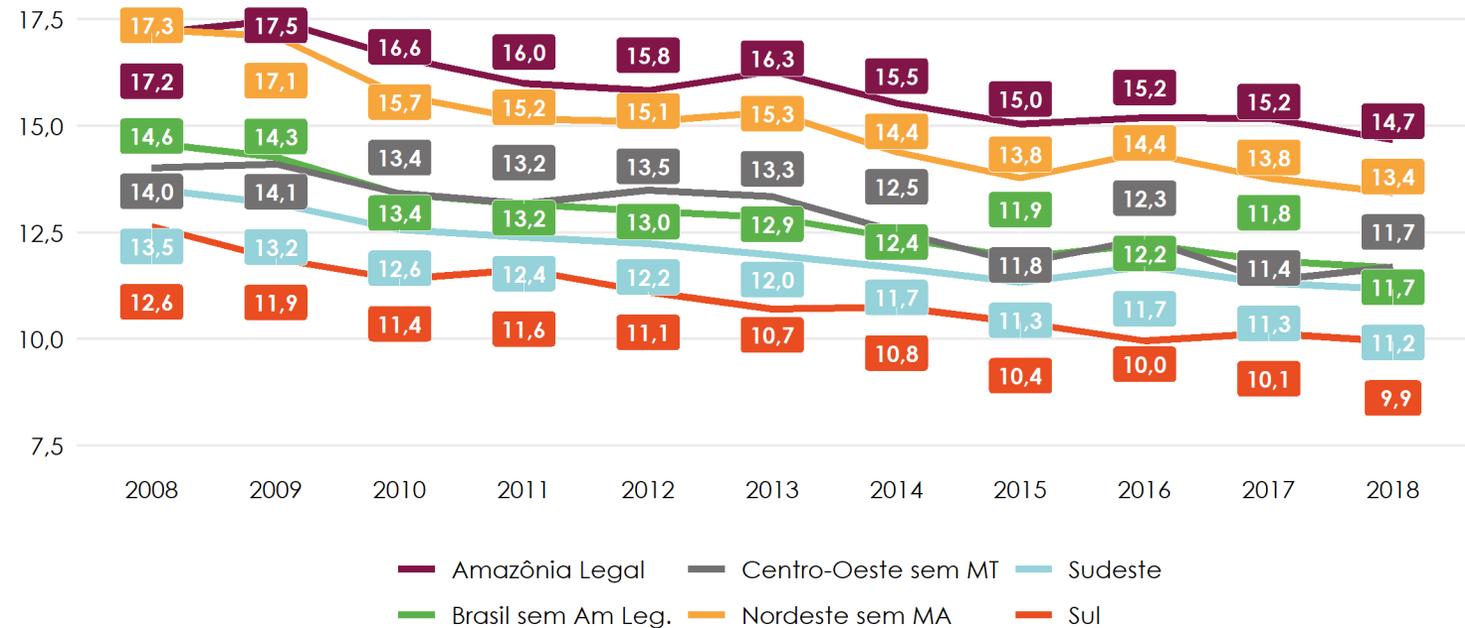
Fonte: IBGE.



Evolução da Taxa de mortalidade infantil

- ▶ A taxa de mortalidade infantil na Amazônia Legal esteve em patamar mais elevado que o restante das regiões do país em praticamente todos os anos da série histórica.
- ▶ Com redução de 14,6% da taxa de mortalidade infantil, a região teve, também, a pior evolução quando comparada com as outras regiões, alcançando, em 2018, um total de 14,7 óbitos a cada mil nascidos vivos, 2,5 pontos por mil a mais que o resto do país.

Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) - 2008 a 2018



Fonte: DataSUS.



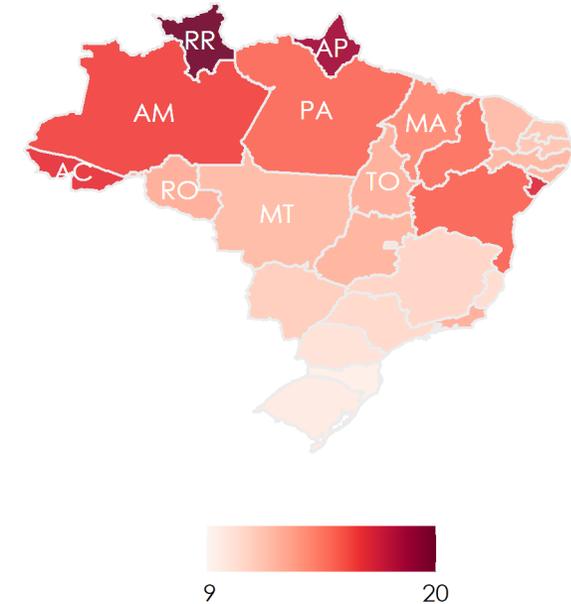
Heterogeneidades internas

Taxa de mortalidade infantil

- Do total de 7.262 óbitos até um ano de idade registrados em 2018 na Amazônia Legal, 69,3% ocorreram em três estados da região.
- Roraima, Amapá e Amazonas são estados as taxas de mortalidade infantil mais elevadas da região em 2018: 19,9, 18,5 e 16,0 por mil nascidos vivos, respectivamente.
- Por outro lado, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins apresentaram taxas de mortalidade infantil inferior a da região.

Taxa de mortalidade infantil nos estados da Amazônia Legal - 2018

Estado	Óbitos infantis	Participação no total da região	Taxa de mortalidade infantil
Pará	2.134	29,4%	15,0
Maranhão	1.649	22,7%	14,1
Amazonas	1.253	17,3%	16,0
Mato Grosso	713	9,8%	12,2
Rondônia	357	4,9%	12,7
Tocantins	323	4,4%	12,7
Amapá	294	4,0%	18,5
Acre	273	3,8%	16,5
Roraima	266	3,7%	19,9
Amazônia Legal	7.262	100,0%	14,7



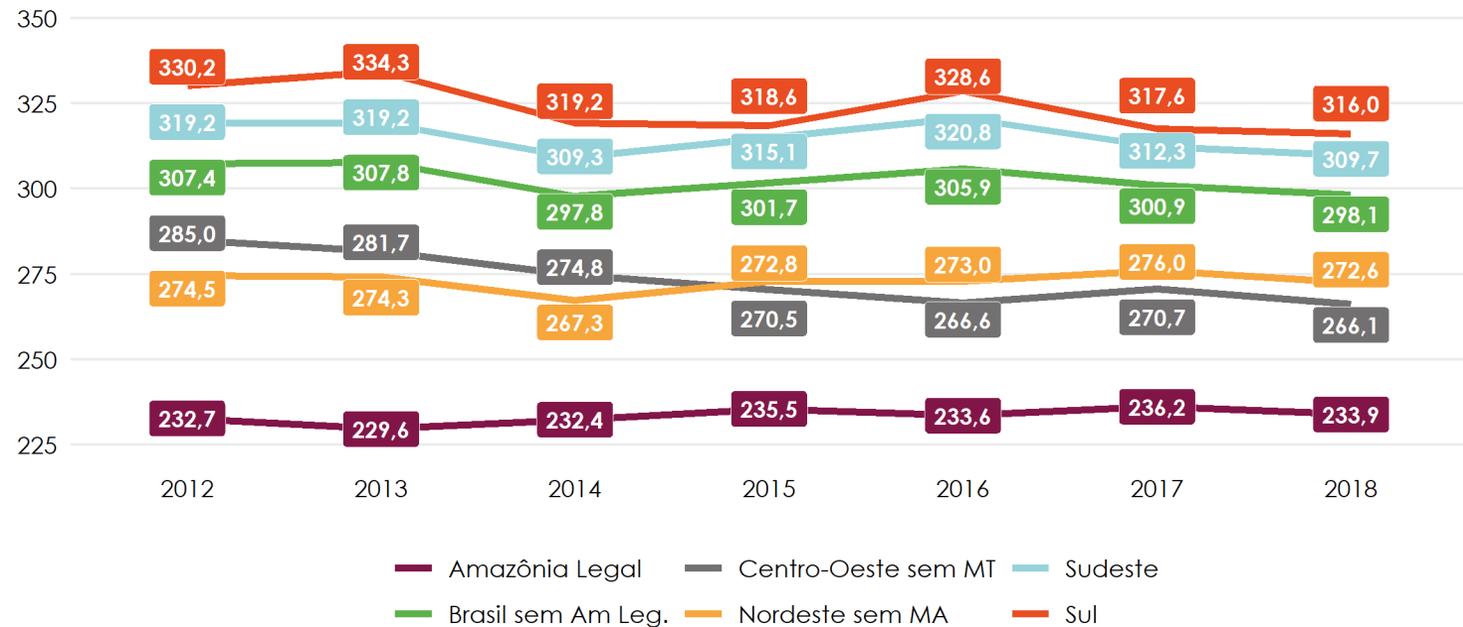
Fonte: Macroplan a partir dos dados do DataSUS. Obs: 3 estados com mais óbitos. Óbitos por residência da mãe.



Evolução da Taxa de mortalidade prematura por DCNT

- ▶ A taxa de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis na região da Amazônia Legal se manteve constante entre 2012 e 2018, saindo de 232,7 para 233,9 óbitos prematuros a cada 100 mil habitantes de 30 a 69 anos.
- ▶ Esta evolução foi pior do que nas outras regiões do país, que mostraram alguma queda no período.
- ▶ Contudo, a região se mostrou, em todo período, melhor do que as outras regiões, com uma taxa menor ao longo dos anos.

Taxa de mortalidade da população de 30 a 69 anos por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (por 100 mil habitantes) - 2012 a 2018



Fonte: DataSUS e PNAD Contínua.



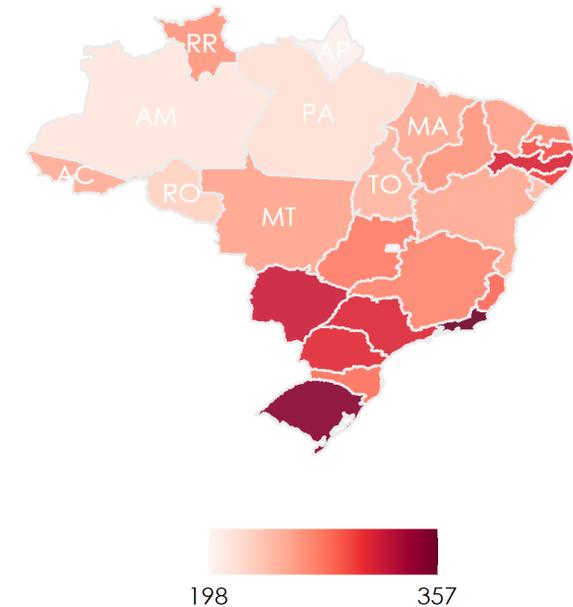
Heterogeneidades internas

Taxa de mortalidade prematura por DCNT

- Do total de 29.580 óbitos prematuros por DCNT registrados em 2018 na Amazônia Legal, 68,1% ocorreram em três estados da região.
- Dentre os estados que representam mais de 10% dos óbitos da Amazônia Legal, as maiores taxas foram registradas no Maranhão (252,5) e no Mato Grosso (255,2).
- Já os estados que combinaram baixa representatividade (menos de 10% dos óbitos da região) e taxa de mortalidade prematura por DCNT inferior a média da região foram: Amapá (202,6) e Rondônia (227,6).

Taxa de mortalidade prematura por DCNT nos estados da Amazônia Legal - 2018

Estado	Óbitos prematuros por DCNT	Participação no total da região	Taxa de mortalidade prematura por DCNT por 100 mil hab. entre 30 e 69 anos
Pará	8.173	27,6%	217,6
Maranhão	7.620	25,8%	252,5
Mato Grosso	4.344	14,7%	255,2
Amazonas	3.591	12,1%	212,9
Rondônia	1.901	6,4%	227,6
Tocantins	1.748	5,9%	245,4
Acre	913	3,1%	250,7
Amapá	694	2,3%	202,6
Roraima	596	2,0%	262,1
Amazônia Legal	29.580	100,0%	233,9



Fonte: DataSUS e IBGE. Obs: Óbitos de pessoas entre 30 e 69 anos por doenças crônicas não transmissíveis.



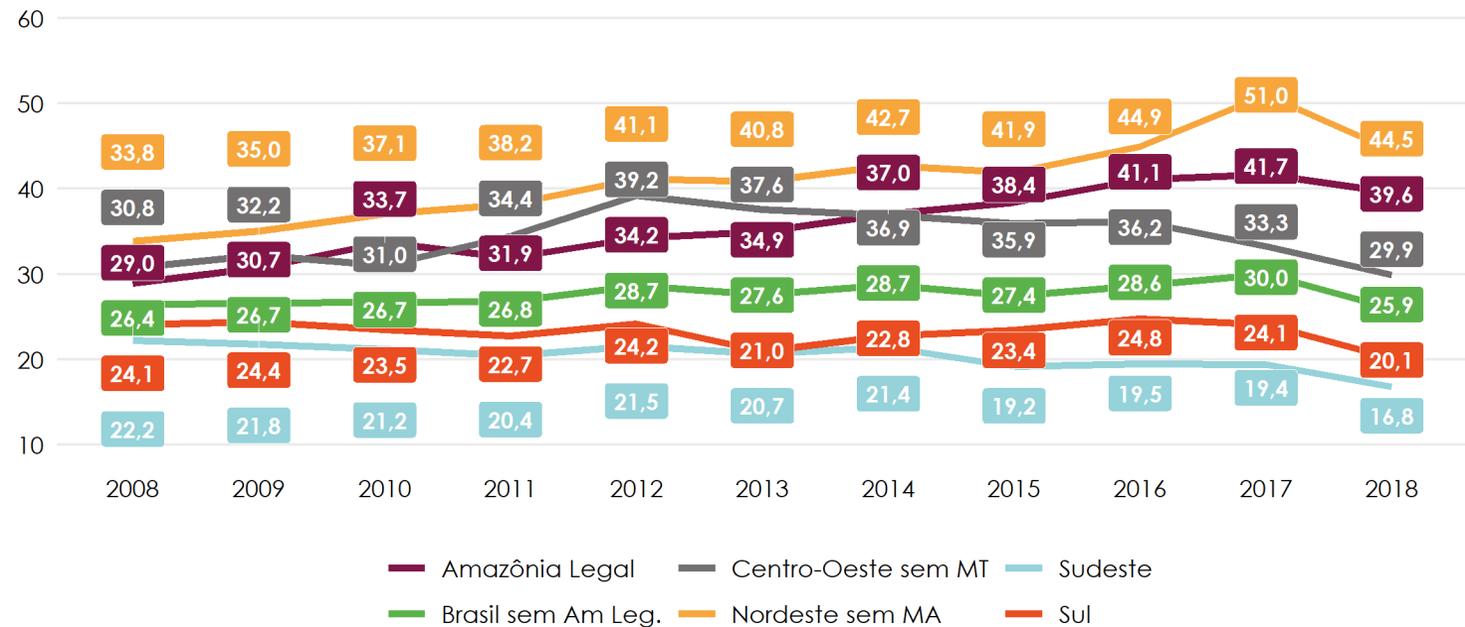
Segurança



Evolução da Taxa de homicídios

- Com o aumento de 36,6% na taxa de homicídios, a região da Amazônia Legal passou de 29 para 39,6 homicídios a cada 100 mil habitantes entre 2008 e 2018.
- Com esse aumento, a região saiu de terceira, entre as regiões de comparação, para a segunda pior taxa no período.
- Todas as regiões de comparação mostraram queda da taxa, com exceção do Nordeste, que apresentou aumento (31,6%) inferior ao da Amazônia Legal.

Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) - 2008 a 2018



Fonte: DataSUS e Estimativas Populacionais (IBGE). Obs: Óbitos registrados nas categorias da CID10: X85-Y09 e Y35-Y36.



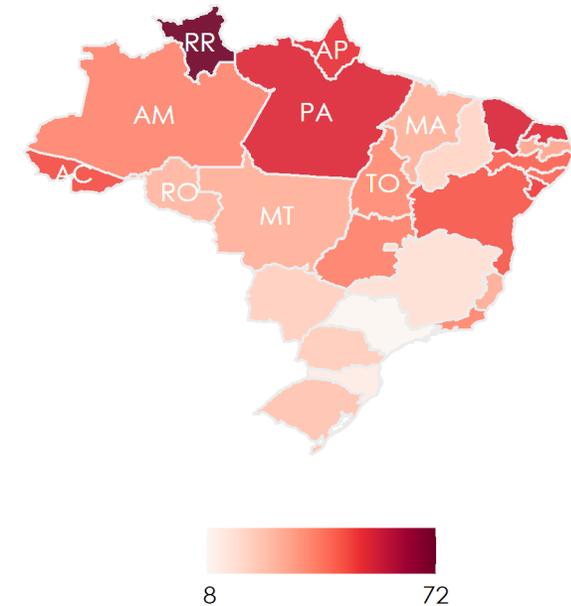
Heterogeneidades internas

Taxa de homicídios

- Do total de 11.336 homicídios registrados em 2018 na Amazônia Legal, 71% ocorreram em três estados da região.
- Só o estado do Pará concentrou quase 2/5 dos homicídios que ocorreram na região em 2018. Além da sua alta participação, teve também a segunda maior taxa de homicídios dentre os nove estados da Amazônia Legal com 53,2 homicídios a cada 100 mil habitantes.
- Já entre os estado com menor representatividade nos homicídios, a maior taxa aconteceu em Roraima com 71,8 homicídios a cada 100 mil habitantes.

Taxa de homicídios nos estados da Amazônia Legal - 2018

Estado	Total de homicídios	Participação no total da região	Taxa de homicídios por 100 mil hab
Pará	4.528	39,9%	53,2
Maranhão	1.982	17,5%	28,2
Amazonas	1.542	13,6%	37,8
Mato Grosso	989	8,7%	28,7
Tocantins	570	5,0%	36,7
Rondônia	476	4,2%	27,1
Amapá	426	3,8%	51,4
Roraima	414	3,7%	71,8
Acre	409	3,6%	47,1
Amazônia Legal	11.336	100,0%	39,6



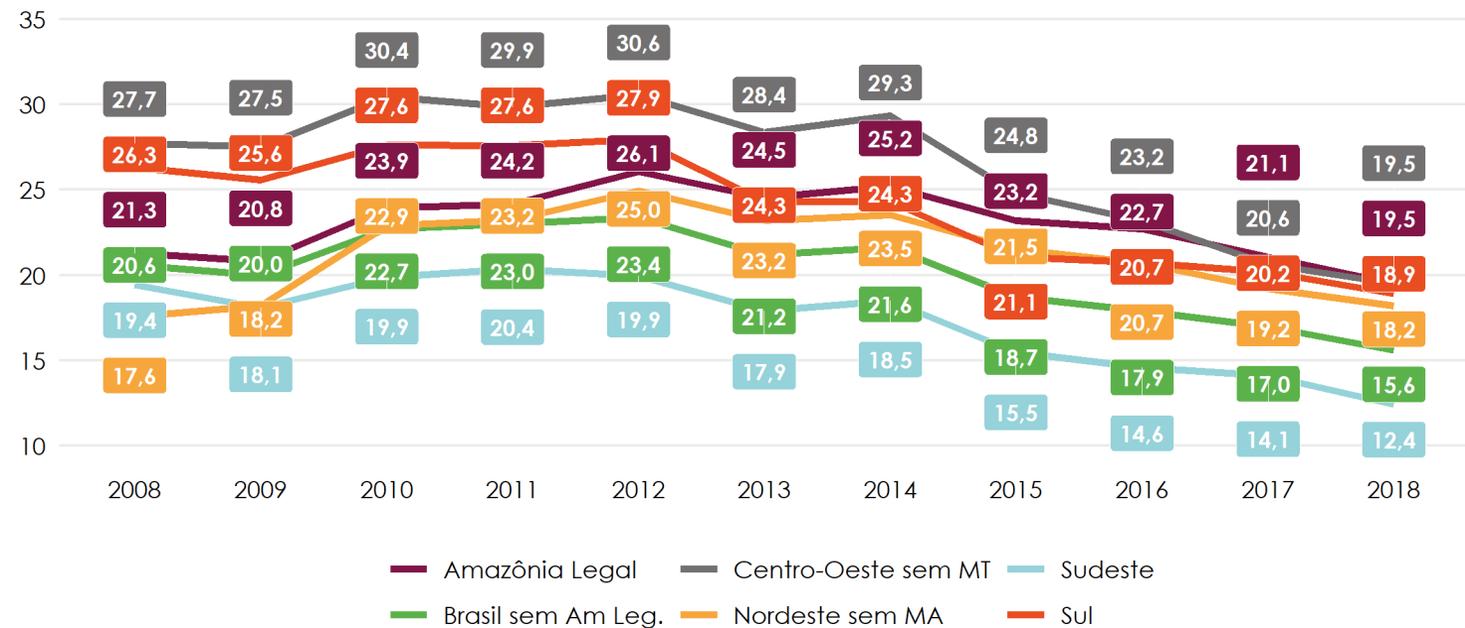
Fonte: DataSUS e IBGE. Obs: Óbitos registrados nas categorias da CID10: X85-Y09 e Y35-Y36.



Evolução da Taxa de óbitos no trânsito

- Com uma pequena redução na taxa de óbitos no trânsito na década (-8,3%), a Amazônia Legal alcançou 19,5 óbitos a cada 100 mil habitantes em 2018.
- Com esta evolução, a região passou a ter a pior taxa quando comparada com as outras regiões do país, junto com a média dos outros estados do Centro-Oeste.
- Esta evolução foi pior do que o restante das regiões com exceção do Nordeste que mostrou aumento de 3,6% na taxa.

Taxa óbitos no trânsito (por 100 mil habitantes) - 2008 a 2018



Fonte: DataSUS e Estimativas Populacionais (IBGE). Obs: Óbitos registrados nas categorias da CID10: X01-V99.



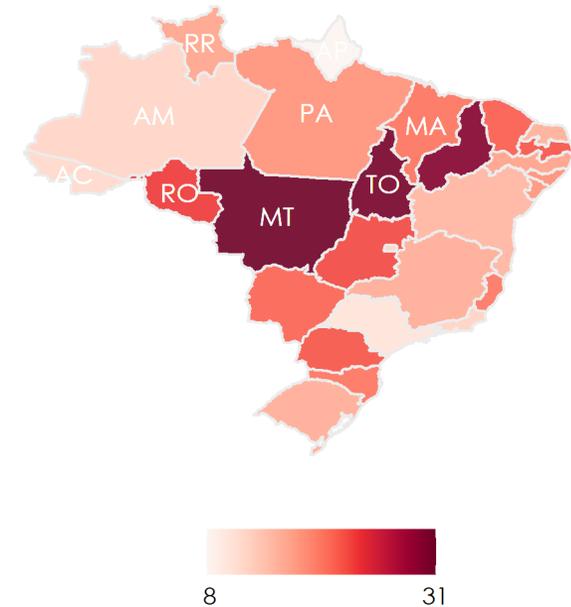
Heterogeneidades internas

Taxa de óbitos no trânsito

- Mais da metade dos óbitos no trânsito da região ocorreram no Pará (27%) e no Maranhão (25%). Além de representar $\frac{1}{4}$ desses óbitos, o Maranhão também apresenta uma taxa de óbitos no trânsito maior do que a média da região, com 19,8 óbitos a cada 100 mil habitantes.
- A maior taxa de óbitos no trânsito ocorreu no Mato Grosso: 30,9 óbitos a cada 100 mil habitantes. O estado teve a 3ª maior representatividade de óbitos na região (19%).

Taxa de óbitos no trânsito dos estados da Amazônia Legal - 2018

Estado	Total de óbitos no trânsito	Participação no total da região	Taxa de óbitos no trânsito por 100 mil hab
Pará	1.507	27,0%	17,7
Maranhão	1.395	25,0%	19,8
Mato Grosso	1.064	19,0%	30,9
Amazonas	485	8,7%	11,9
Tocantins	474	8,5%	30,5
Rondônia	404	7,2%	23,0
Acre	100	1,8%	11,5
Roraima	94	1,7%	16,3
Amapá	67	1,2%	8,1
Amazônia Legal	5.590	100,0%	19,5



Fonte: DataSUS e Estimativas Populacionais (IBGE). Obs: Óbitos registrados nas categorias da CID10: X01-V99.



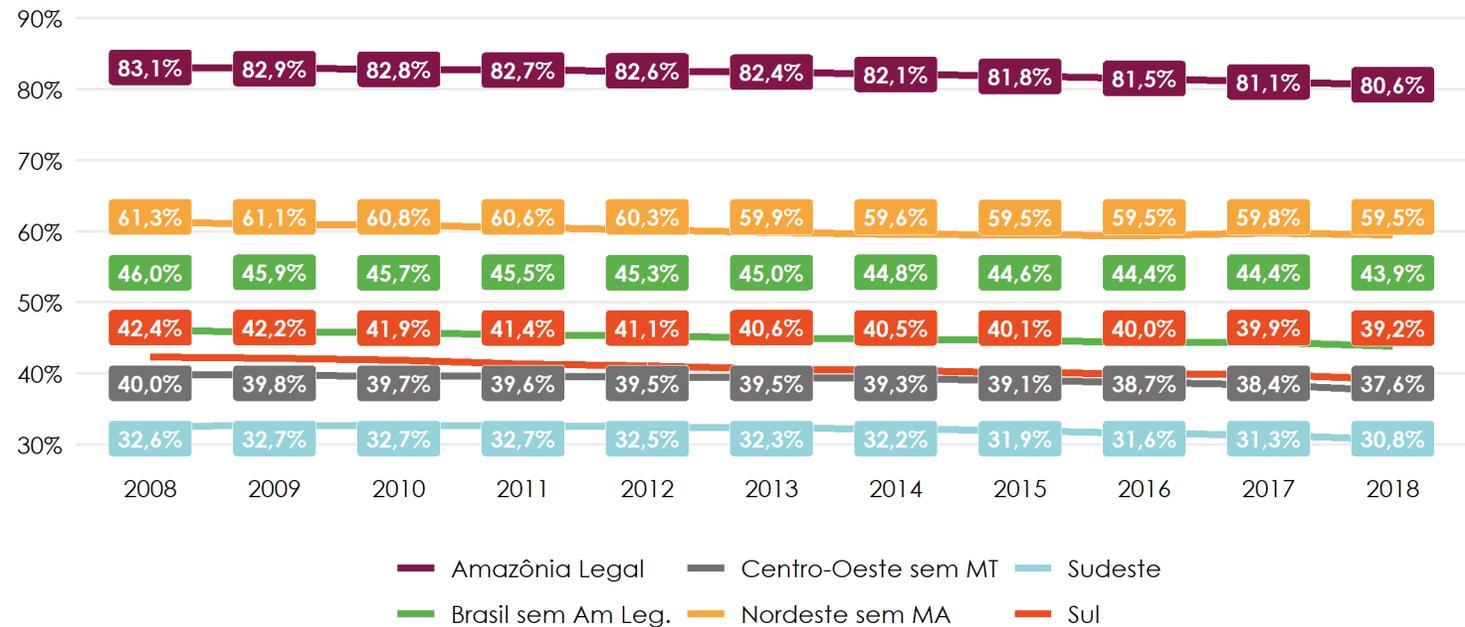
Meio Ambiente



Evolução da Cobertura natural do solo

- ▶ A cobertura natural do solo na Amazônia Legal foi estimada em 80,6% do seu território em 2018. Houve redução de 2,5 p.p. em relação a 2008.
- ▶ A participação da Amazônia Legal no Brasil ficou estável desde 2008. Em 2018, a cobertura natural do solo foi superior à cobertura das demais regiões e à do resto do Brasil.

Percentual de cobertura natural do solo (%) - 2008 a 2018



Fonte: MapBiomas / Observatório do Clima (2019)



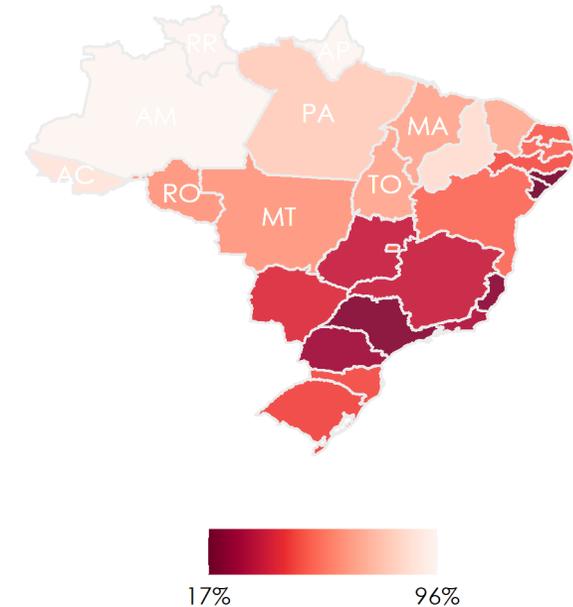
Heterogeneidades internas

Cobertura natural do solo

- Do total de 410,3 milhões de hectares de cobertura natural do solo registrados em 2018 na Amazônia Legal, 74,3% ocorreram em três estados da região.
- Entre os nove estados, a maior cobertura registrada, em 2018, foi no Amapá com 95,7% e a menor em Rondônia, com 62,9% - uma diferença de 32,9 p.p.
- Cinco estados da região possuem cobertura natural do solo superior a 75% de seus territórios.

Cobertura natural do solo nos estados da Amazônia Legal - 2018

Estado	Área total coberta (ha)	Participação no total da região	Cobertura natural do solo
Amazonas	148,8 M	36,3%	95,4%
Pará	99,1 M	24,1%	79,4%
Mato Grosso	57,1 M	13,9%	63,2%
Maranhão	22,4 M	5,5%	67,4%
Roraima	21,2 M	5,2%	94,6%
Tocantins	18,8 M	4,6%	67,5%
Rondônia	15,0 M	3,6%	62,9%
Acre	14,4 M	3,5%	87,6%
Amapá	13,7 M	3,3%	95,7%
Amazônia Legal	410,3 M	100,0%	80,6%



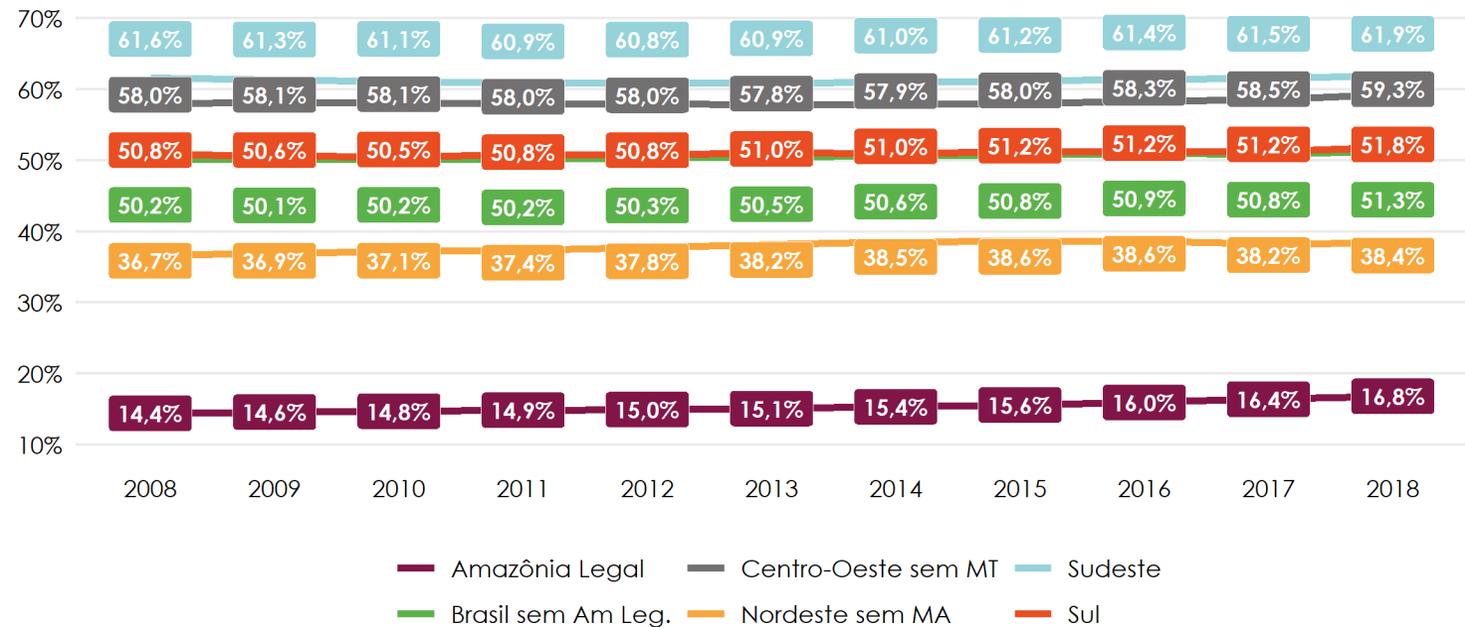
Fonte: MapBiomias / Observatório do Clima (2019).



Evolução do Uso do solo para agropecuária

- ▶ O uso do solo para agropecuária foi de 16,8% do território da Amazônia Legal em 2018, inferior às demais regiões e ao resto do Brasil.
- ▶ Entre 2008 e 2018, o uso do solo para agropecuária subiu 2,4 p.p. na região, seguindo a tendência de aumento das demais regiões e do resto do Brasil.

Percentual do uso do solo para agropecuária (%) - 2008 a 2018



Fonte: MapBiomas / Observatório do Clima (2019).



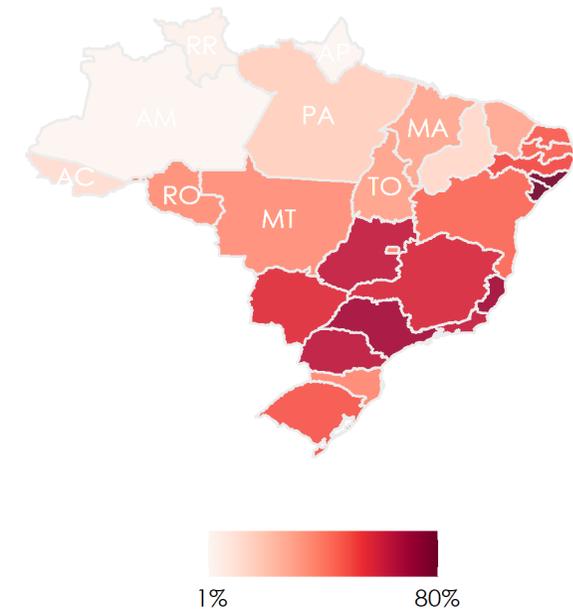
Heterogeneidades internas

Uso do solo para agropecuária

- Do total de hectares de uso do solo para agropecuária registrados em 2018 na Amazônia Legal, cerca de 73,8% estão em três estados da região.
- Entre os nove estados, aquele com maior medida registrada em 2018 foi Rondônia com 35,8% de uso para agropecuária em seu território – quase o dobro da região. A menor taxa é do Amapá, com apenas 1,3% do território. A diferença entre os estados é de 34,5 p.p.
- Em 2018, quatro estados possuíam o uso de solo para agropecuária superior a 25% de seu território.

Uso do solo para agropecuária nos estados da Amazônia Legal - 2018

Estado	Área total para agropecuária (ha)	Participação no total da região	Uso do solo para agropecuária
Mato Grosso	32.250,0 mil	37,7%	35,7%
Pará	21.112,1 mil	24,7%	16,9%
Maranhão	9.811,4 mil	11,5%	29,6%
Tocantins	8.557,2 mil	10,0%	30,8%
Rondônia	8.507,4 mil	9,9%	35,8%
Amazonas	2.370,2 mil	2,8%	1,5%
Acre	1.961,9 mil	2,3%	12,0%
Roraima	854,7 mil	1,0%	3,8%
Amapá	178,9 mil	0,2%	1,3%
Amazônia Legal	85.603,8 mil	100,0%	16,8%



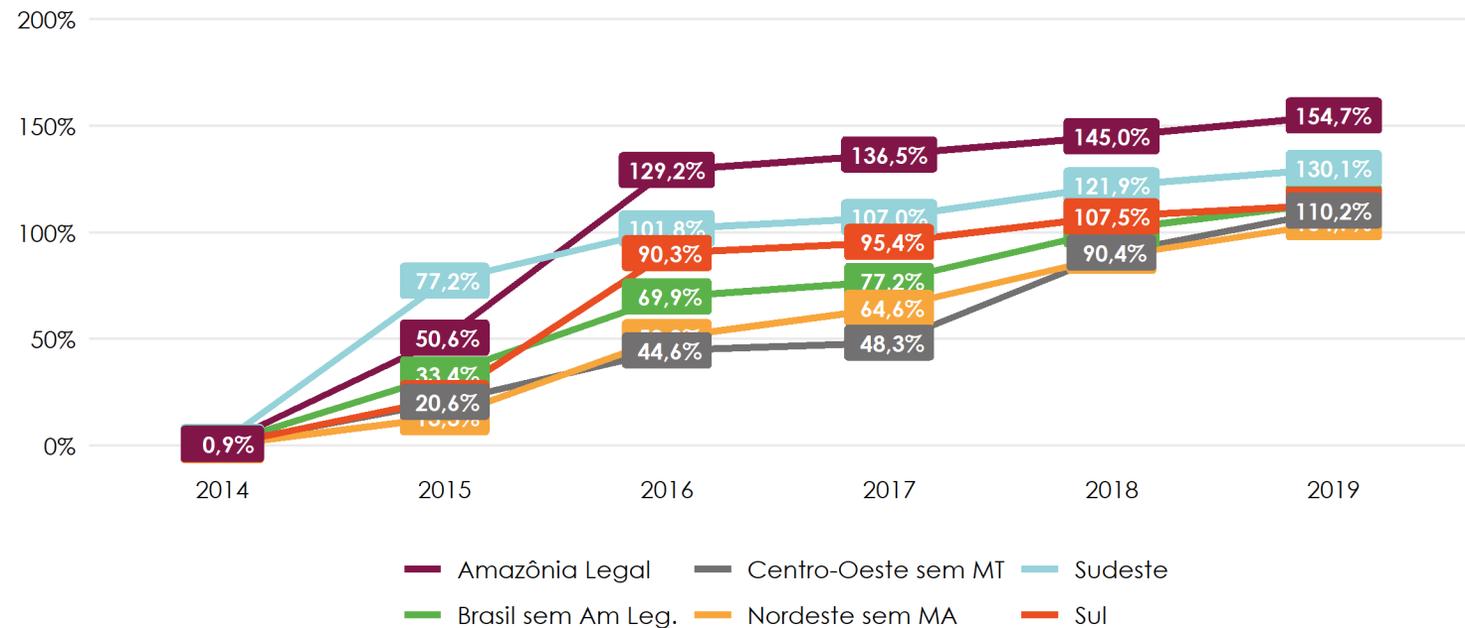
Fonte: MapBiomias / Observatório do Clima (2019).



Evolução da Taxa de cadastramento ambiental rural

- Em seu primeiro ano de vigência, 2014 a 2015, a taxa de cadastramento ambiental rural da Amazônia Legal foi superior às demais regiões e ao Brasil, com 138 milhões de hectares cadastrados.
- Em 2019, 154,7% da meta de cadastramento para os estados da Amazônia Legal foi alcançado, totalizando 278 milhões de hectares. A superação da meta de 179 milhões de hectares cadastrados no CAR ocorreu entre os anos de 2015-2016.

Taxa de cadastramento ambiental rural (%) - 2014 a 2019



Fonte: SiCAR / Serviço Florestal Brasileiro (2020). Nota: A taxa de cadastramento ambiental rural avalia o cumprimento do Código Florestal Brasileiro. A área cadastrável do CAR foi estimada a partir do Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE. No entanto, não houve atualização dos valores para que haja metas compatíveis com o real potencial de cadastramento dos estados da Amazônia Legal.



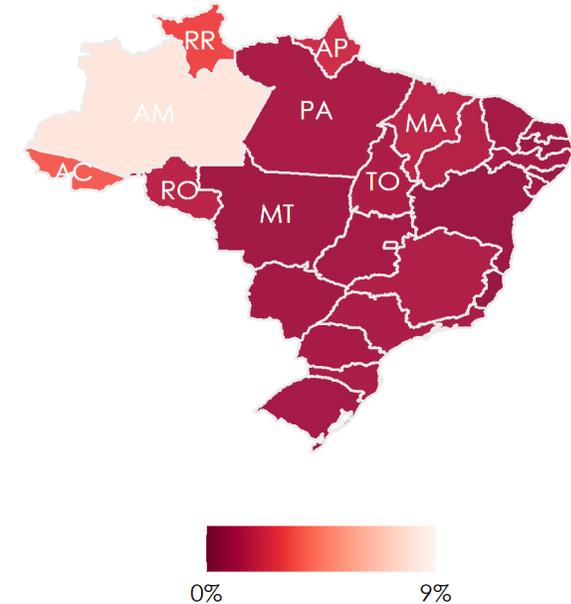
Heterogeneidades internas

Taxa de cadastramento ambiental rural

- ▶ Todos os estados da Amazônia Legal contemplaram a meta de 100% das áreas cadastráveis no CAR - totalizando 278 milhões de hectares em 2019.
- ▶ O estado com maior taxa é o Amazonas, com 54 milhões de hectares cadastrados - 805% da meta atingida.
- ▶ O menor desempenho da taxa de cadastramento ambiental foi em Mato Grosso, com 105%, inferior à taxa da Amazônia Legal em cerca de 50 p.p.

Taxa de cadastramento ambiental rural nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Área cadastrada (mil ha)	Participação no total da região	Taxa de cadastramento
Mato Grosso	76.428,3	27,5%	1,0%
Pará	70.133,9	25,2%	1,2%
Amazonas	54.217,7	19,5%	8,1%
Maranhão	22.130,9	8,0%	1,7%
Tocantins	18.979,8	6,8%	1,3%
Rondônia	13.946,9	5,0%	1,7%
Acre	12.436,2	4,5%	3,5%
Roraima	5.332,9	1,9%	3,1%
Amapá	4.503,3	1,6%	2,2%
Amazônia Legal	278.109,9	100,0%	1,5%



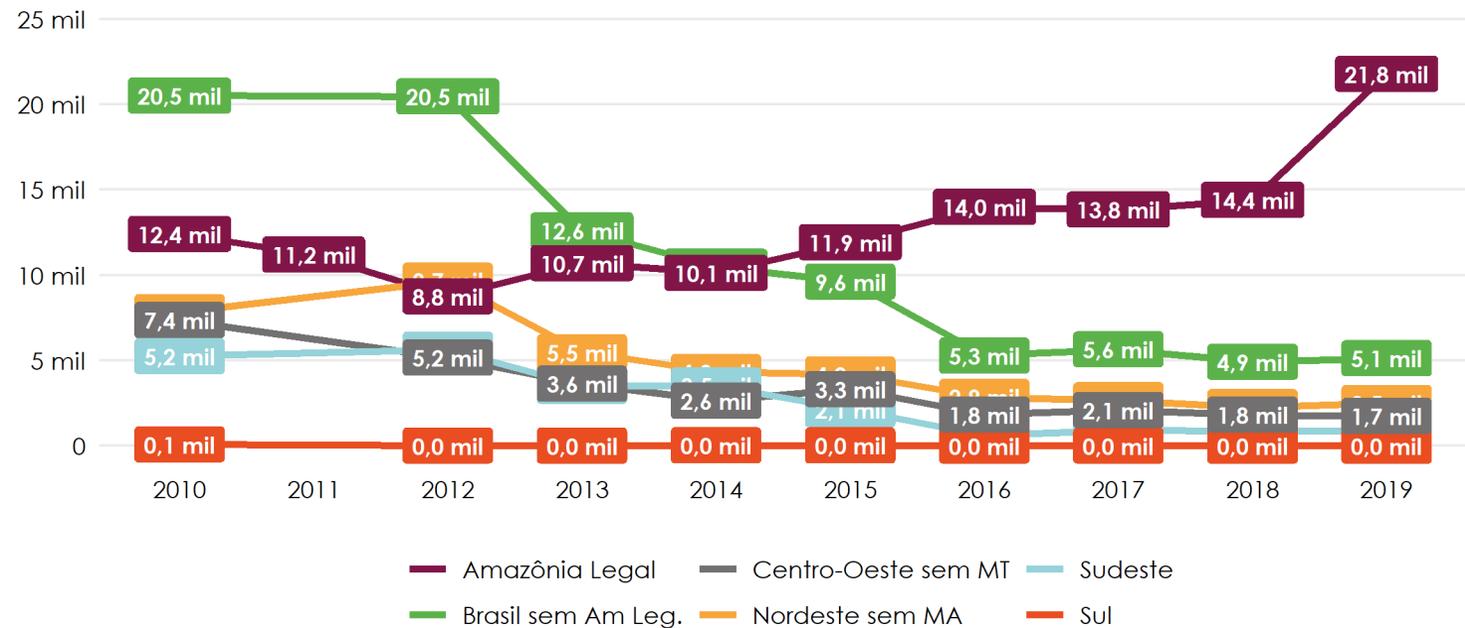
Fonte: SiCAR / Serviço Florestal Brasileiro (2020).



Evolução do Desmatamento acumulado

- ▶ O desmatamento acumulado da Amazônia Legal não seguiu a trajetória nacional de redução.
- ▶ Em 2019, a região teve nível de desmatamento superior ao resto do Brasil com 21.784,9 hectares de desmatamento acumulado.
- ▶ Houve crescimento de 150% do indicador em relação a 2012.

Desmatamento acumulado (ha) - 2009 a 2019



Fonte: PRODES / INPE (2020).



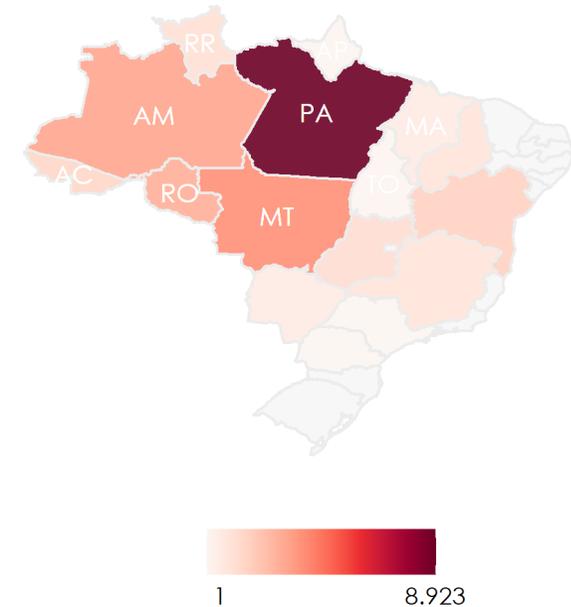
Heterogeneidades internas

Desmatamento acumulado

- Do total de 21.784,9 hectares desmatados registrados em 2019 na Amazônia Legal, 72,6% ocorreram em três estados da região.
- O Pará foi o estado com maior desmatamento acumulado, com 8.923 hectares, enquanto Tocantins foi o menor, com 56,3 hectares.

Desmatamento acumulado nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Área (mil Km²)	Participação no desmatamento total da região	Desmatamento (ha)
Pará	1.248,0	41,0%	8.922,6
Mato Grosso	903,3	17,3%	3.772,3
Amazonas	1.559,2	14,3%	3.111,1
Rondônia	237,6	12,9%	2.801,3
Acre	164,1	6,5%	1.413,0
Roraima	224,3	5,0%	1.086,0
Maranhão	331,9	2,5%	544,4
Amapá	142,8	0,4%	77,9
Tocantins	277,6	0,3%	56,3
Total	5.088,8	100,0%	21.784,9



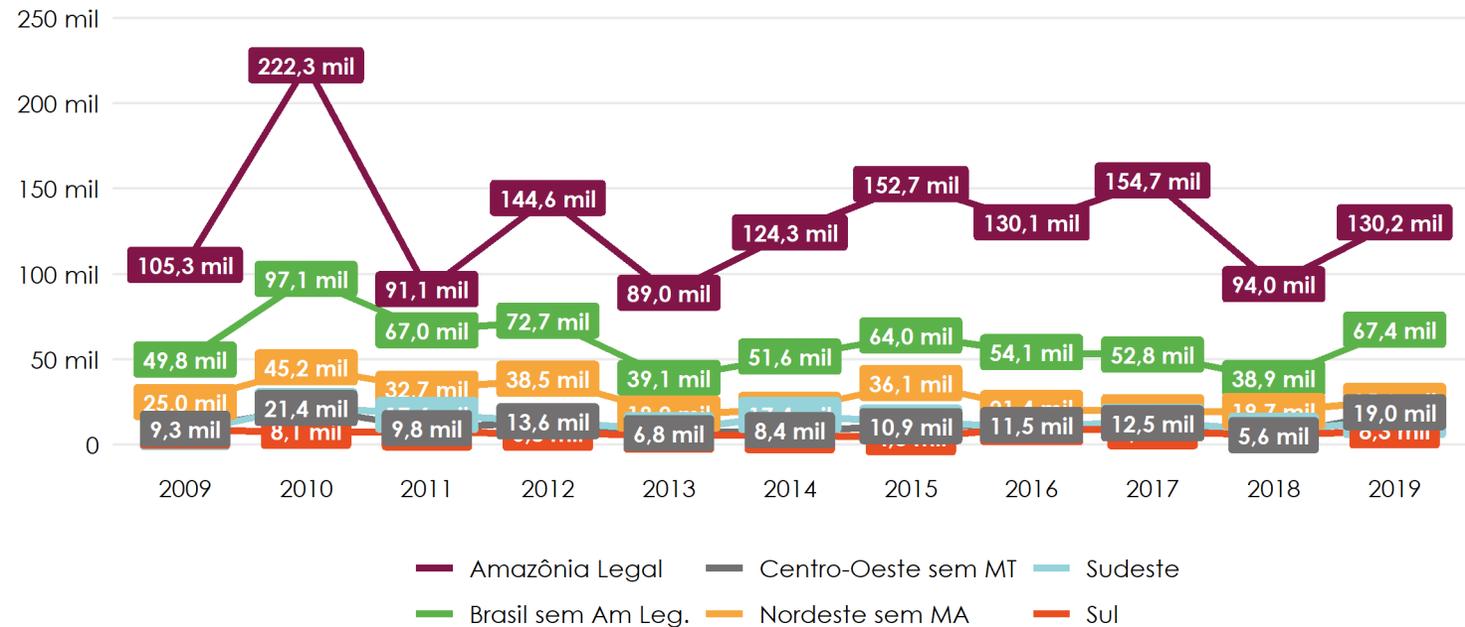
Fonte: PRODES / INPE (2020).



Evolução dos Focos de queimada

- ▶ O indicador possui tendência variável desde 2009, igual a tendência das demais regiões.
- ▶ Entre 2009 e 2019, o maior e o menor número de focos de queimada registrados foram em 2010, com 222 mil focos, e em 2013, com 89 mil, respectivamente.
- ▶ A Amazônia Legal foi responsável por 130.250 focos de queimada em 2019, superior às demais regiões e ao resto do Brasil.

Focos de queimada (milhares) - 2009 a 2019



Fonte: Monitoramento de queimadas / INPE (2020).



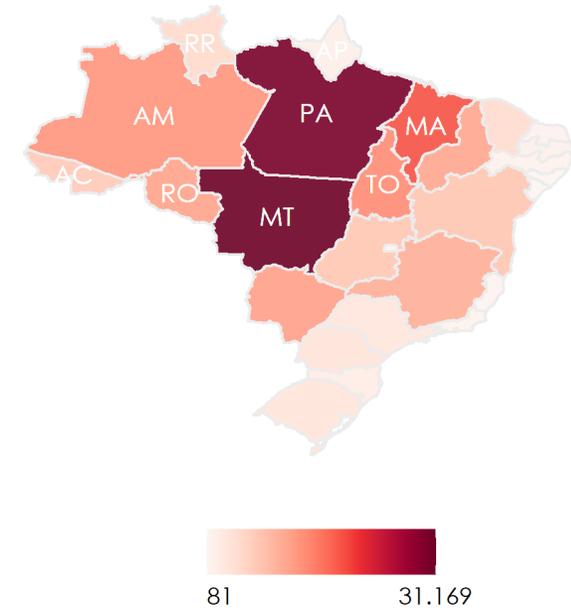
Heterogeneidades internas

Focos de queimada

- Os estados do Mato Grosso e do Pará respondem por 47% dos focos de queimada que ocorreram na região em 2019.
- O estado com menor registro no mesmo ano foi o Amapá, com 1.277 focos, menos de 1% do total da Amazônia Legal.

Focos de queimada nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Focos de queimada
Acre	6.802
Amapá	1.277
Amazonas	12.676
Maranhão	18.521
Mato Grosso	31.169
Pará	30.165
Rondônia	11.230
Roraima	4.784
Tocantins	13.625
Amazônia Legal	130.249



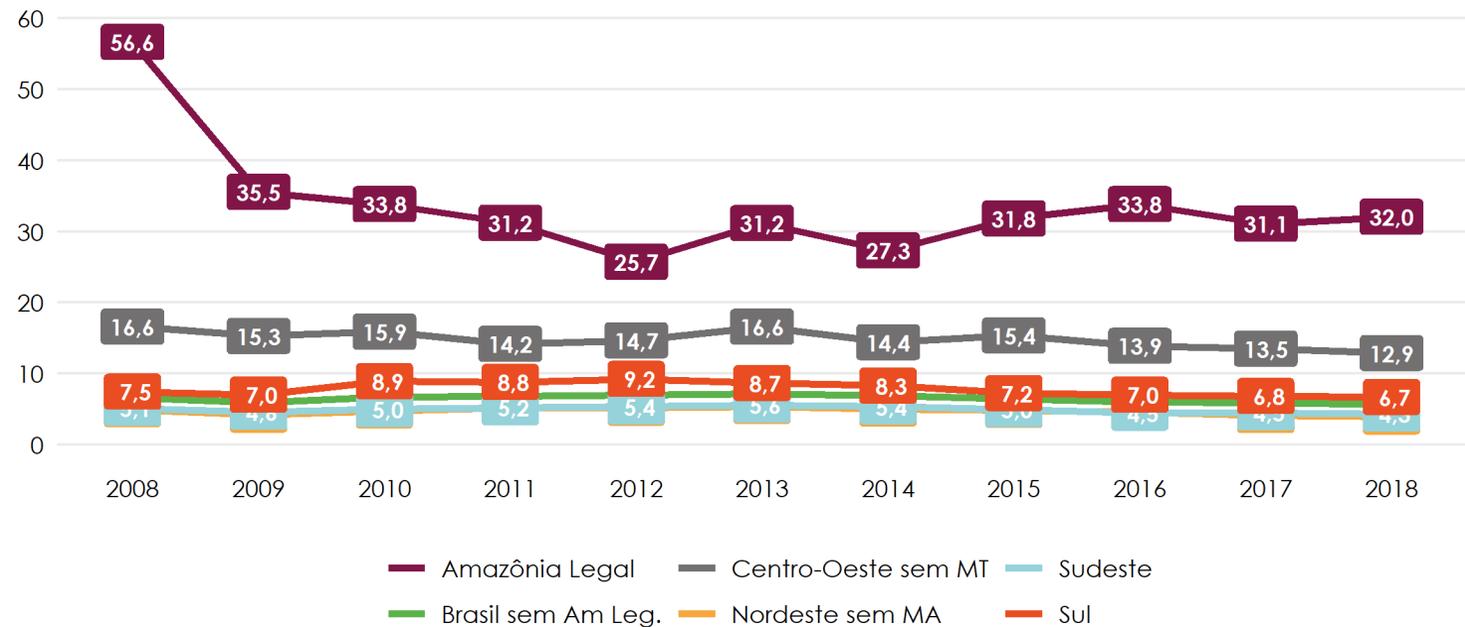
Fonte: Monitoramento de Queimadas / INPE (2020).



Evolução da Emissão de CO2 per capita

- ▶ A emissão de CO2 da Amazônia Legal em 2018 foi de 32,04 toneladas de CO2e por habitante.
- ▶ O indicador teve queda em entre 2008 e 2012. As emissões foram de 56,6 tCO2e por habitante em 2008. Chegaram a 25,7 tCO2e por habitante em 2012 e voltaram a crescer.
- ▶ O indicador na Amazônia Legal foi superior às demais regiões e ao resto do Brasil em todo período 2008-2018.

Emissão de CO2 (tCO2) per capita (por 100 mil habitantes) - 2008 a 2018



Fonte: SEEG / Observatório do Clima (2019).



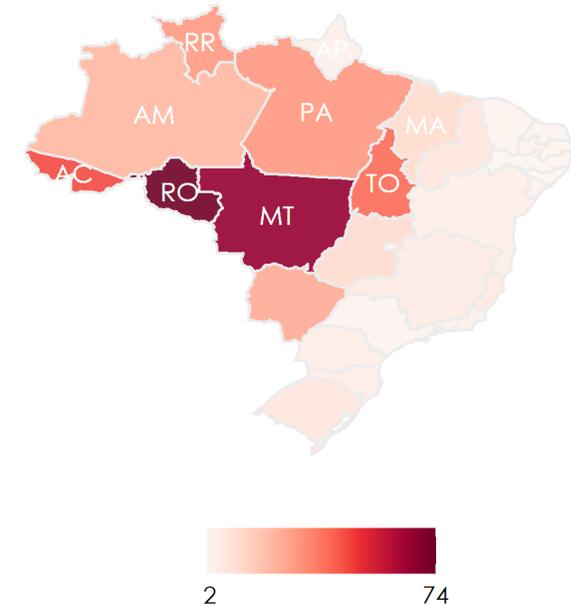
Heterogeneidades internas

Emissão de CO2 per capita

- ▶ A maior taxa de emissão de CO2 per capita registrada na Amazônia Legal em 2018 foi no estado de Rondônia, com 73,5 tCO2e por habitante, mais do dobro da taxa da região (32,0).
- ▶ A diferença entre o estado de maior e o de menor taxa – Rondônia e Amapá, respectivamente - foi de 69,6 tCO2e por habitante.
- ▶ Em 2018, seis estados estavam com nível de emissão acima de 25,0 tCO2e por habitante.

Emissão de CO2 per capita nos estados da Amazônia Legal - 2018

Estado	População	Participação no total emitido pela região	Emissão de CO2 per capita
Pará	8.513.497	28,3%	30,5
Mat Grosso	3.441.998	24,8%	66,2
Rondônia	1.757.589	14,1%	73,5
Amazonas	4.080.611	10,0%	22,6
Maranhão	7.035.055	9,4%	12,2
Tocantins	1.555.229	6,8%	40,3
Acre	869.265	4,4%	46,0
Roraima	576.568	1,9%	29,9
Amapá	829.494	0,4%	3,9
Amazônia Legal	28.659.306	100,0%	32,0



Fonte: SEEG / Observatório do Clima (2019).



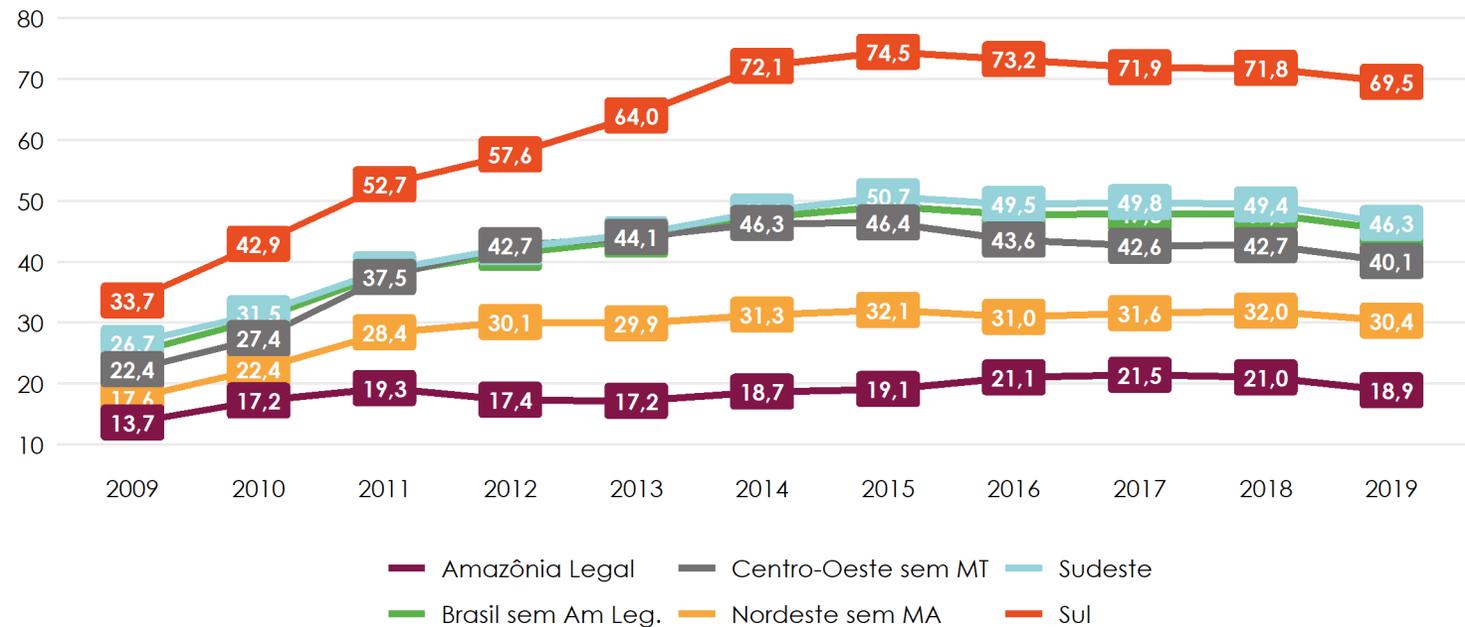
Ciência e Tecnologia



Evolução da Taxa de Mestres e Doutores

- ▶ A taxa de mestres e doutores por 100 mil habitantes pode ser tomada como um indicador do potencial da atividade científica na região.
- ▶ Apesar do crescimento de 5,3 p.p. na última década, a Amazônia Legal teve uma taxa, em 2019, de 18,9 por 100 mil habitantes, muito inferior ao resto do país (45,3).

Taxa de Mestres e Doutores (por 100 mil habitantes) - 2009 a 2019



Fonte: CAPES e IBGE.



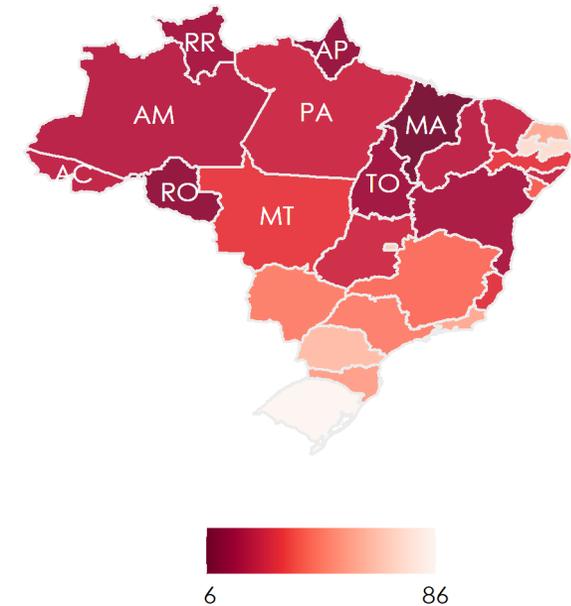
Heterogeneidades internas

Taxa de Mestres e Doutores

- ▶ Todos os estados da região da Amazônia Legal apresentaram uma taxa de mestres e doutores por 100 mil habitantes inferior à média brasileira.
- ▶ A maior taxa foi observada no Mato Grosso com 31,5 por 100 mil habitantes.
- ▶ No outro extremo, o Maranhão tem uma taxa de 6,8 por 100 mil habitantes.

Taxa de Mestres e Doutores nos estados da Amazônia Legal - 2019

Estado	Total de Mestres e Doutores	Participação no total da região	Mestres e Doutores por 100 mil habitantes
Pará	2.172	39,6%	25,2
Mato Grosso	1.099	20,0%	31,5
Amazonas	857	15,6%	20,7
Maranhão	479	8,7%	6,8
Tocantins	244	4,4%	15,5
Rondônia	221	4,0%	12,4
Acre	199	3,6%	22,6
Amapá	112	2,0%	13,2
Roraima	101	1,8%	16,7
Amazônia Legal	5.484	100,0%	18,9



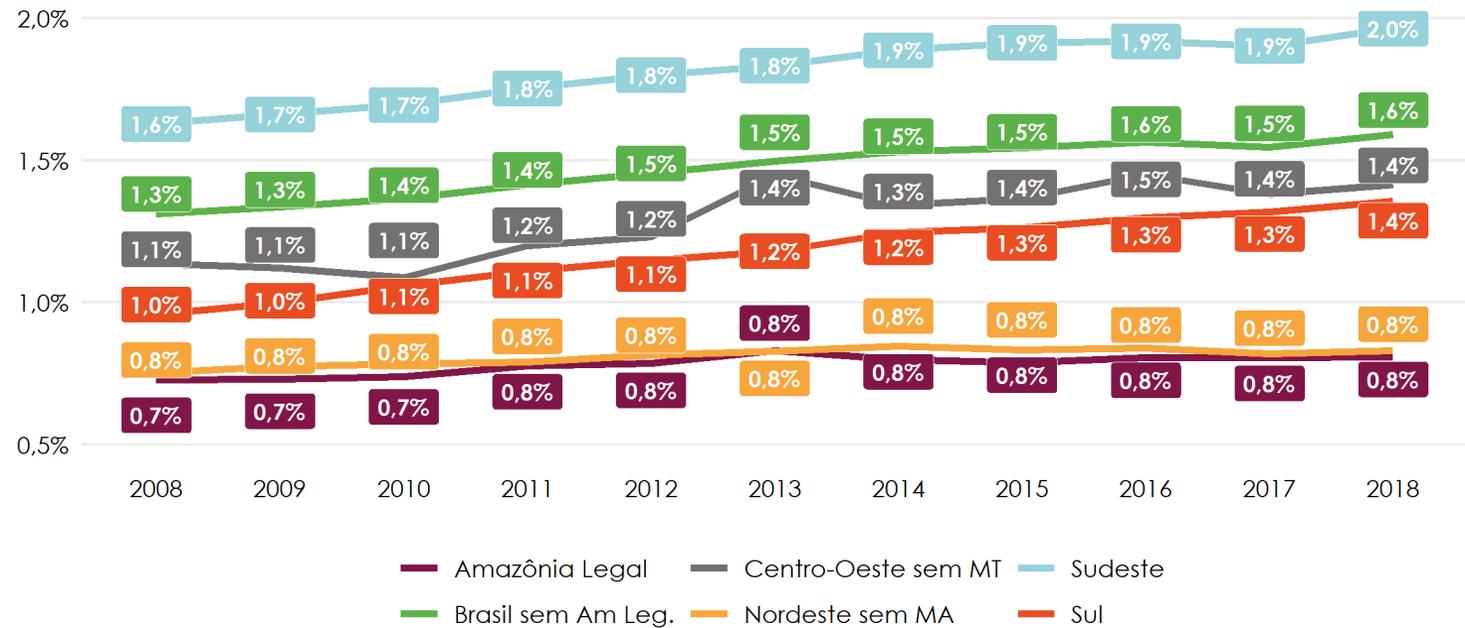
Fonte: CAPES e IBGE.



Evolução dos vínculos em ocupações técnico-científicas

- ▶ O percentual de pessoas em ocupações técnico-científicas pode ser utilizada como proxy do esforço empresarial de inovação.
- ▶ Na Amazônia Legal, em 2018, apenas 0,8% dos vínculos eram em ocupações técnico-científicas, percentual inferior ao resto do país.
- ▶ Houve um ligeiro crescimento em relação à 2008.

Percentual de vínculos em ocupações técnico-científicas (%) - 2008 a 2018



Fonte: RAIS. Obs: Os códigos da CBO Ocupação 2002 utilizados foram: 201; 202; 203; 211; 212; 213; 214; 221; 222; 301; 395; 1237; 1426.



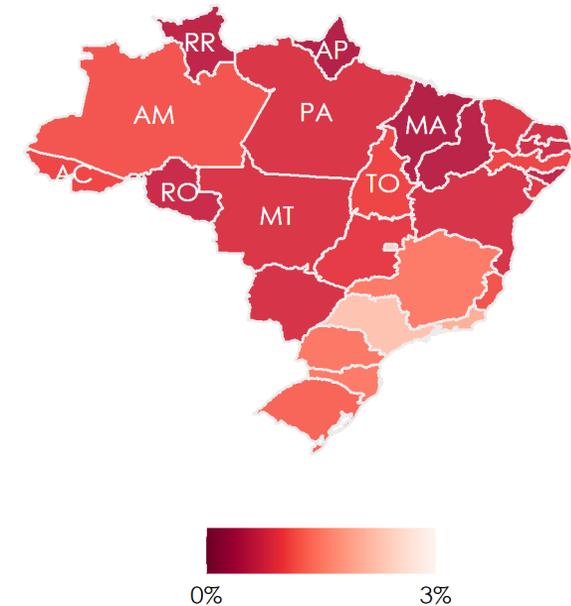
Heterogeneidades internas

Vínculos em ocupações técnico-científicas

- ▶ A grande maioria dos vínculos em ocupações técnico-científicas (66,1%) se encontra em três estados da região.
- ▶ O percentual de vínculos em ocupações técnico-científicas foi mais elevado no estado do Amazonas (1,13%) em 2018.
- ▶ No outro extremo, Amapá e Maranhão tiveram os menores percentuais, ambos com 0,5%.

Percentual de vínculos em ocupações técnico-científicas - 2018

Estado	Total de vínculos em TC	Participação no total da região	Percentual de vínculos em TC
Pará	9.032	26,3%	0,8%
Mato Grosso	6.945	20,2%	0,8%
Amazonas	6.748	19,6%	1,1%
Maranhão	3.831	11,1%	0,5%
Tocantins	2.895	8,4%	1,0%
Rondônia	2.377	6,9%	0,7%
Acre	1.309	3,8%	1,0%
Amapá	665	1,9%	0,5%
Roraima	574	1,7%	0,6%
Amazônia Legal	34.376	100,0%	7,1%



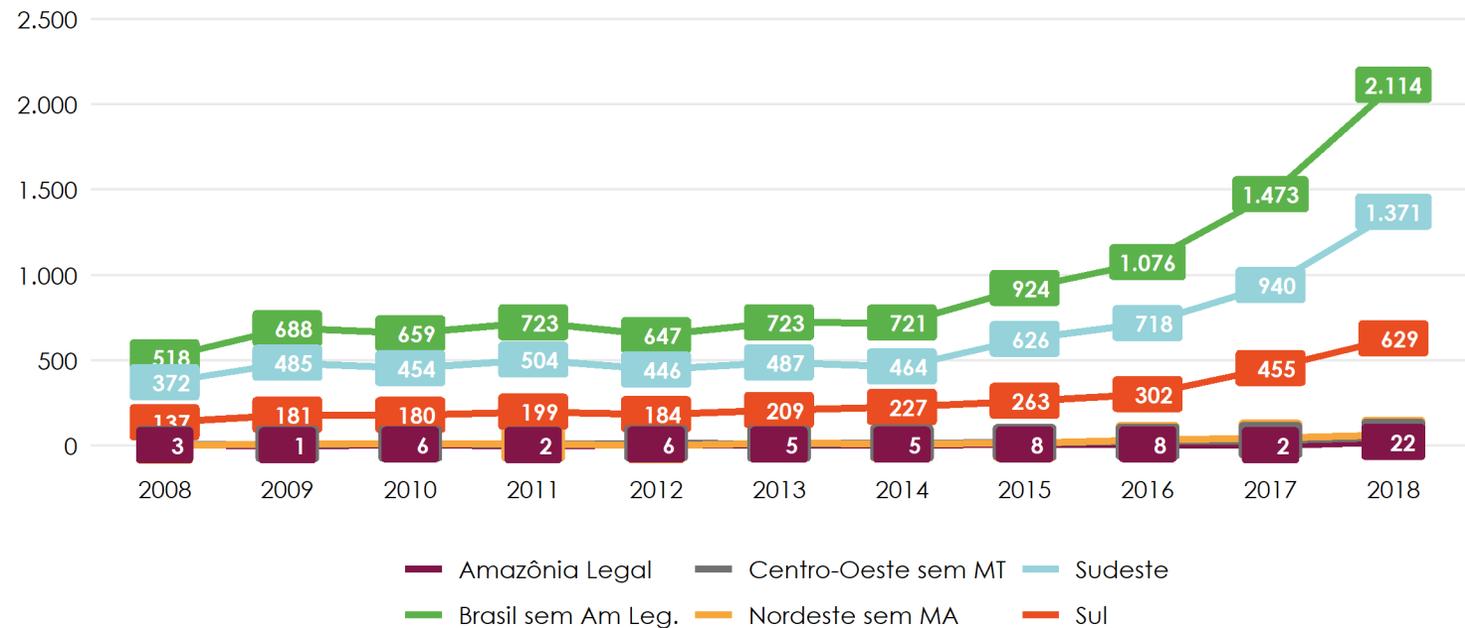
Fonte: RAIS. Obs: Os códigos da CBO Ocupação 2002 utilizados foram: 201; 202; 203; 211; 212; 213; 214; 221; 222; 301; 395; 1237; 1426.



Evolução das Patentes concedidas

- ▶ As patentes são resultantes da capacidade e do esforço de inovação de Centros de P&D e das empresas.
- ▶ Houve um crescimento expressivo no número de patentes na região da Amazônia Legal, saindo de 3, em 2008, para 22 em 2018. Apesar do crescimento, a região tem um número baixo comparado ao restante do país.

Número de patentes concedidas - 2008 a 2018



Fonte: MCTIC/INPI.



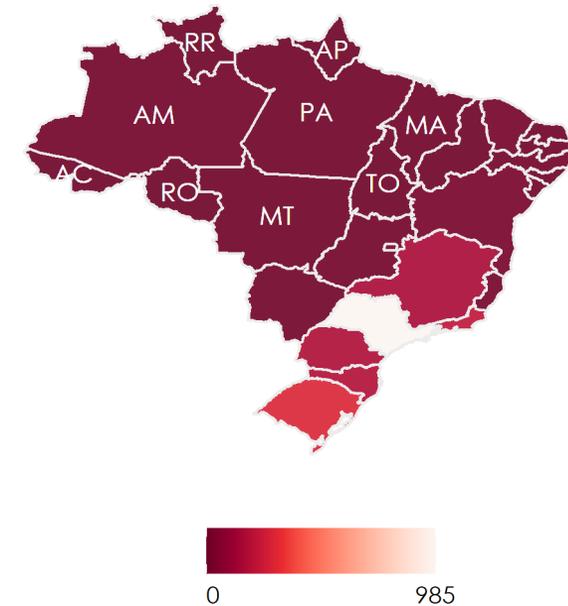
Heterogeneidades internas

Patentes concedidas

- ▶ O estado da região da Amazônia Legal com maior número de patentes concedidas em 2018 foi o Amazonas, com 9 patentes.
- ▶ Amapá e Roraima não tiveram patentes concedidas no ano de 2019.

Patentes concedidas nos estados da Amazônia Legal - 2018

Estado	Participação no total da região	Número de patentes concedidas
Amazonas	40,9%	9,0
Pará	18,2%	4,0
Mato Grosso	18,2%	4,0
Maranhão	9,1%	2,0
Rondônia	4,5%	1,0
Acre	4,5%	1,0
Tocantins	4,5%	1,0
Roraima	0,0%	0,0
Amapá	0,0%	0,0
Amazônia Legal	100,0%	22,0



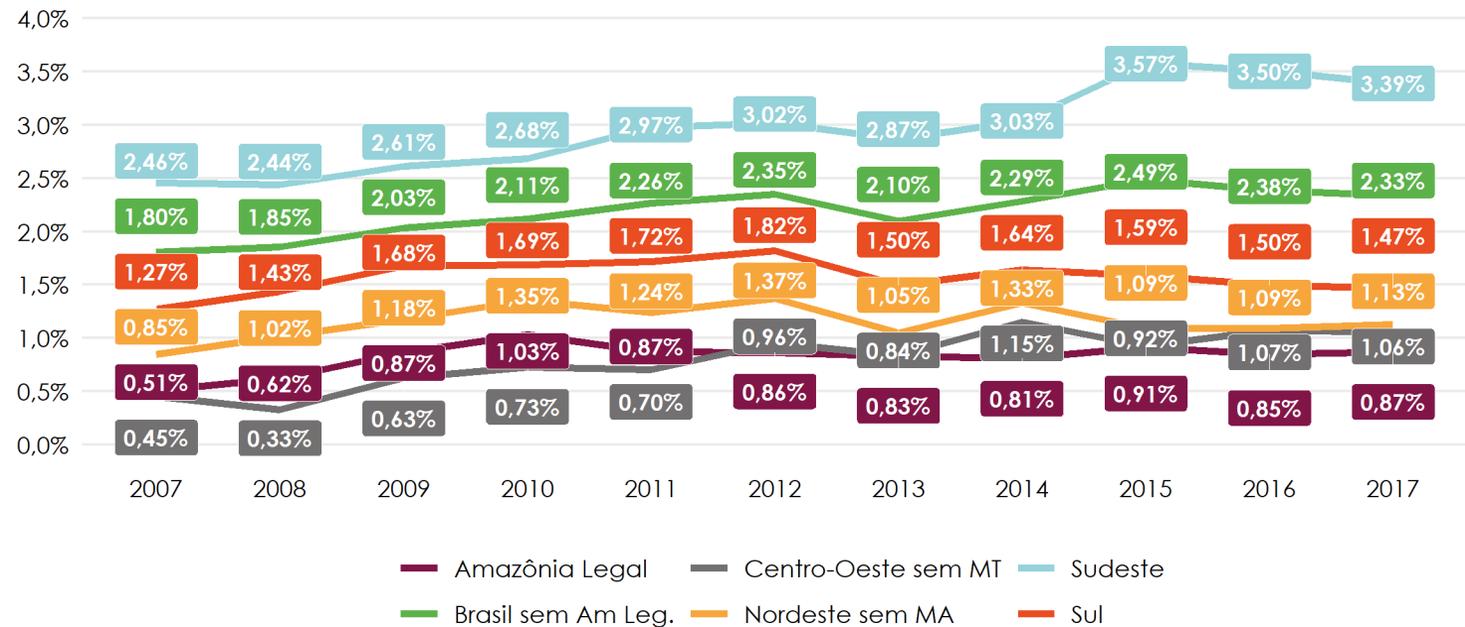
Fonte: MCTIC/INPI.



Evolução dos Dispêndios em C&T

- Os dispêndios estaduais em C&T em relação às receitas representam o esforço do estado no estímulo às atividades de Ciência e Tecnologia.
- A região da Amazônia Legal teve a menor participação dos dispêndios em C&T das regiões brasileiras, 0,9%, em 2017.
- Em termos de evolução na década, houve aumento de 0,4 p.p. entre 2007 e 2017.

Percentual dos dispêndios totais em C&T em relação às receitas totais (%) - 2007 a 2017



Fonte: MCTIC/INPI.



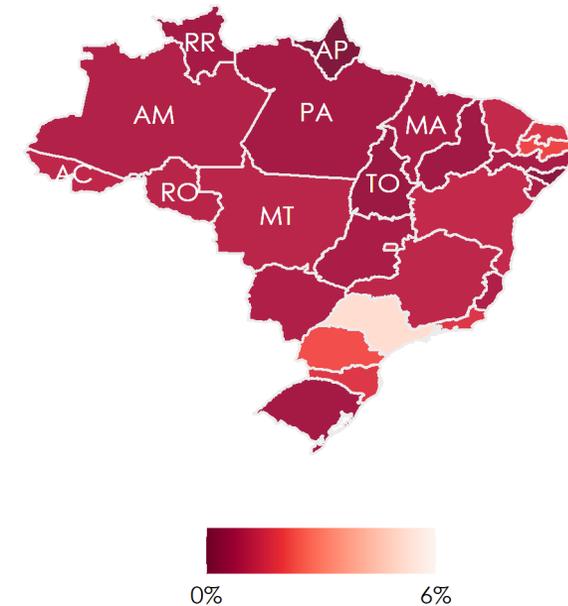
Heterogeneidades internas

Dispêndios em C&T

- ▶ O estado da região da Amazônia Legal com maior porcentagem de dispêndios em Ciência e Tecnologia com relação às receitas totais em 2017 foi o Acre, com 1,2%.
- ▶ Em contrapartida, Amapá utilizou apenas 0,1% de sua receita total em investimentos de C&T.

Dispêndios em C&T nos estados da Amazônia Legal - 2017

Estado	Dispêndios em C&T	Participação no total da região	Percentual de dispêndios em C&T
Acre	79.486390	16,3%	1,2%
Mato Grosso	267.761246	15,2%	1,1%
Rondônia	99.296014	14,8%	1,1%
Amazonas	169.477839	13,3%	1,0%
Maranhão	154.976340	11,4%	0,8%
Pará	191.063584	10,0%	0,7%
Roraima	31.213727	9,9%	0,7%
Tocantins	58.274865	7,7%	0,6%
Amapá	5.657347	1,4%	0,1%
Amazônia Legal	1057.207	100,0%	7,4%



Fonte: MCTIC/INPI.



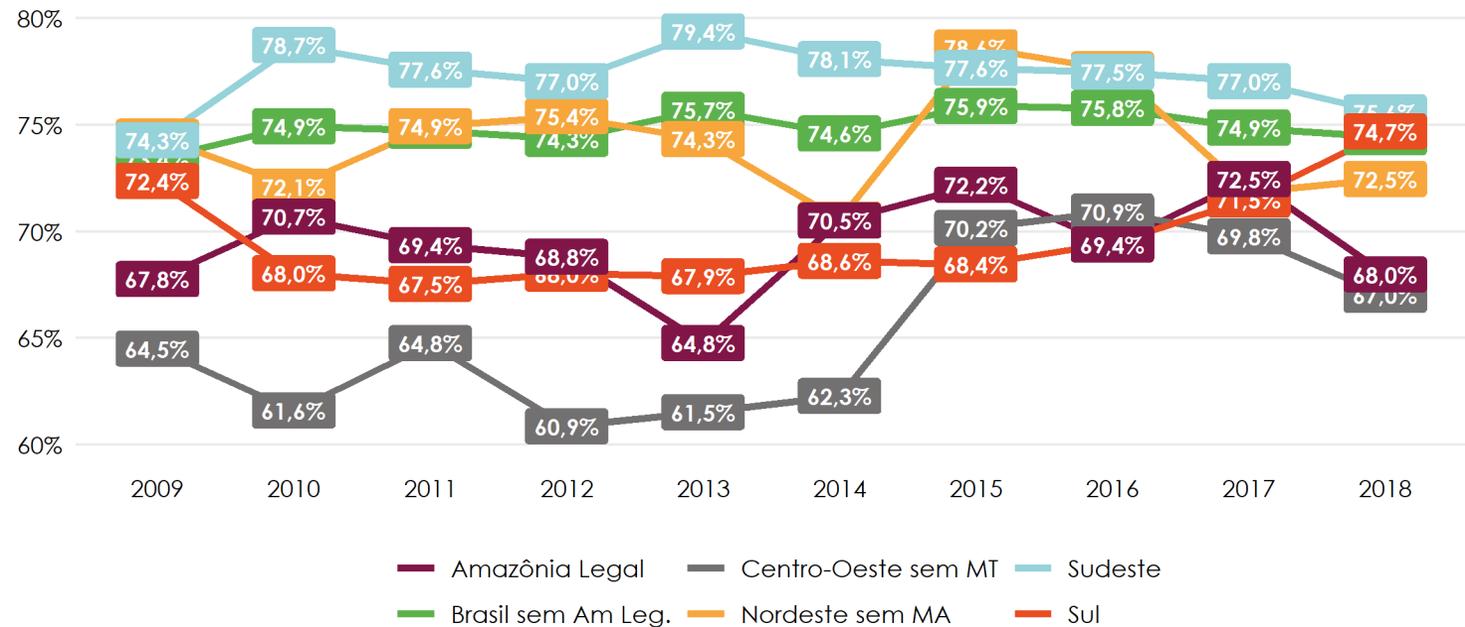
Institucional



Taxa de congestionamento da justiça

- ▶ A Taxa de Congestionamento da Justiça – medida pelo percentual de processos que ficam represados sem solução na Justiça estadual – na região da Amazônia Legal se manteve estável entre 2009 e 2018.
- ▶ Atualmente, a taxa da região é uma das mais baixas quando comparada com as outras regiões do país.

Taxa de congestionamento da justiça (%) - 2009 a 2018



Fonte: CNJ.



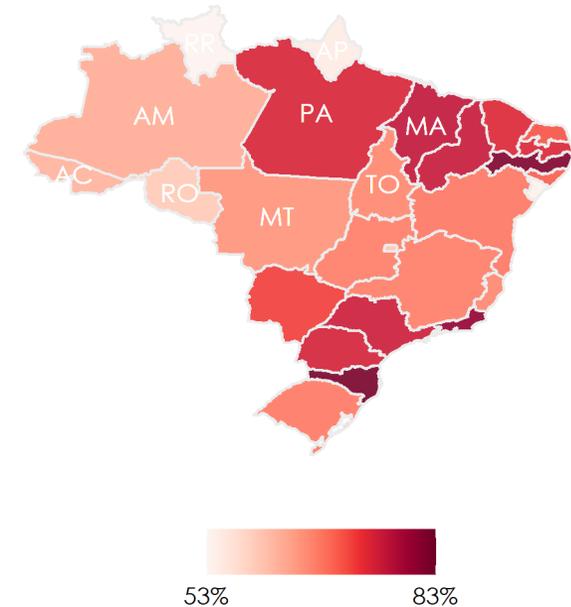
Heterogeneidades internas

Taxa de congestionamento na justiça

- ▶ A Taxa de Congestionamento da Justiça na região da Amazônia Legal varia de 53,5%, em Roraima, a 76,3% no estado do Maranhão, 4º maior índice entre os estados do Brasil.

Taxa de congestionamento nos estados da Amazônia Legal - 2018

Estado	Casos pendentes	Participação no total da região	Taxa de congestionamento
Maranhão	1.083.266	22,5%	76,3%
Matto Grosso	1.034.803	21,5%	65,5%
Pará	1.006.926	20,9%	74,6%
Amazonas	741.489	15,4%	62,8%
Rondônia	346.271	7,2%	59,5%
Tocantins	319.591	6,6%	66,6%
Acre	119.548	2,5%	62,2%
Amapá	99.146	2,1%	54,7%
Roraima	62.254	1,3%	53,5%
Amazônia Legal	4.813.294	100,0%	68,0%



Fonte: CNJ.

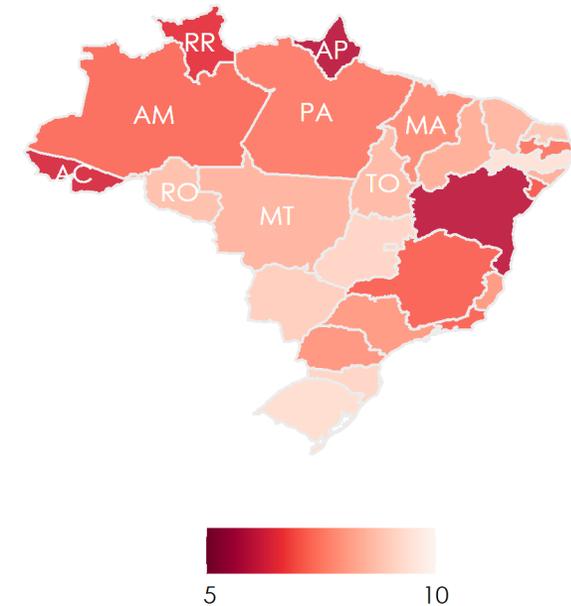


Índice de Transparência

- ▶ A transparência governamental é uma importante ferramenta para o monitoramento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI). O índice considera a verificação de publicações de informações sobre receitas e despesa, licitações e contratos, estrutura administrativa, servidores públicos, acompanhamento de obras públicas e outras.
- ▶ O índice varia muito entre os estados da região. Rondônia tem um dos maiores do país, enquanto o Amapá tem o pior índice entre as UFs.

Índice de Transparência - 2018

Estado	Índice de Transparência
Rondônia	8,6
Tocantins	8,5
Mato Grosso	8,4
Maranhão	7,7
Pará	7,5
Amazonas	7,2
Roraima	6,5
Acre	6,4
Amapá	6,0
Amazônia Legal	7,5



Fonte: CGU.

Glossário de Indicadores



Demografia

- ▶ **Crescimento populacional** (Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2012 - 2019): variação anual em percentual da população com relação ao ano anterior.
- ▶ **Pirâmide etária** (Fonte: PNAD Contínua/IBGE 2019): distribuição da população por faixa etária e gênero.
- ▶ **Razão de dependência** (Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2012 – 2019): mede a razão entre a população economicamente dependente (com menos de 15 anos ou com mais de 64 anos) e a população economicamente ativa (dos 15 a 65 anos).
- ▶ **Densidade populacional** (Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2012 – 2019): população total sobre a área geográfica em hab/km².



Desenvolvimento econômico

- ▶ **PIB per capita** (Fonte: IBGE, 2007 - 2017): Produto Interno Bruto estadual per capita em valores de 2017, deflacionado pela série encadeada do volume do PIB.
- ▶ **Quociente Locacional** (Fonte: IBGE, 2017): valor agregado bruto do setor i da região geográfica A dividido pelo valor agregado total da região geográfica A sobre o valor agregado bruto do setor i da região geográfica B dividido pelo valor agregado total da região geográfica B.
- ▶ **Taxa de desemprego** (Fonte: PNAD Contínua, 2012 - 2019): razão entre o número de pessoas com 14 anos ou mais desocupadas e o número de pessoas economicamente ativas.
- ▶ **Informalidade** (Fonte: PNAD Contínua, 2012 - 2019): proporção de ocupados informais sobre o total de ocupados. Foram considerados informais os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, empregadores sem CNPJ, trabalhadores por conta própria sem CNPJ e não contribuintes de instituto de previdência. Foram excluídos do cálculo os trabalhadores familiares não remunerados.

Glossário de Indicadores



Desenvolvimento social

- ▶ **Renda domiciliar per capita** (Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2012 - 2019): média da renda domiciliar per capita obtida pelo somatório das rendas de todas as fontes (exclusive rendimentos em cartão/tiquete transporte ou alimentação) dos moradores do domicílio dividido pelo número total de moradores (exclusive pessoas cuja condição no arranjo domiciliar seja a de pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico). Expressa em R\$ de 2019, deflacionada pelo IPCA.
- ▶ **Coefficiente de Gini** (Fonte: PNAD Contínua/IBGE, 2012 - 2019): medida de desigualdade de renda que varia entre 0 e 1. Quanto mais perto de 1, maior a desigualdade. Calculado a partir da renda domiciliar per capita.
- ▶ **Pobreza** (Fonte: PNAD Contínua, 2012 - 2019): percentagem de pessoas abaixo da linha de pobreza. A linha de pobreza utilizada é a do Banco Mundial, de US\$ 5,5 diários. A linha foi convertida em reais do dólar PPC em 2011 e atualizada pelo IPCA do ano aplicado a 16 recortes geográficos da PNAD Contínua, o que fez com que a linha variasse entre as UFs. A média do Brasil em 2019 correspondia a R\$ 436 mensais.
- ▶ **Proporção de jovens nem-nem-nem** (Fonte: PNAD Contínua, 2012 - 2019): proporção de jovens de 15 a 29 anos que não estudam, não trabalham e não procuram emprego em relação ao total de jovens nessa faixa etária.
- ▶ **Condições inadequadas de moradia** (Fonte: PNAD Contínua, 2016-2019): proporção de pessoas que residem em domicílios com pelo menos uma das condições consideradas inadequadas na moradia: ausência de banheiro (com chuveiro ou banheira e vaso sanitário ou privada) de uso exclusivo do domicílio; paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis (taipa não revestida, madeira aproveitada e outros materiais); adensamento excessivo (proporção de moradores por dormitório maior do que três); ônus excessivo com aluguel (proporção do preço do aluguel em relação à renda efetiva domiciliar maior ou igual do que 30%).
- ▶ **Gravidez precoce** (DataSUS, 2008-2018): proporção de nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos no ano de referência sobre o total de nascidos vivos no ano de referência por residência da mãe.

Glossário de Indicadores



Infraestrutura

- ▶ **Proporção de rodovias pavimentadas** (Fonte: Anuário CNT de Transportes/CNT, 2007-2017): proporção de rodovias estaduais transitórias, estaduais e municipais pavimentadas em relação ao total de rodovias desse mesmo grupo.
- ▶ **Qualidade das rodovias federais e estaduais pavimentadas** (Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias, 2009-2019): proporção de rodovias federais e estaduais classificadas como estando em bom ou ótimo estado segundo avaliação do estado geral.
- ▶ **Acesso à internet** (Fonte: PNAD Contínua, 2016-2019): proporção de pessoas que utilizaram a internet nos últimos três meses.
- ▶ **Acesso à telefonia** (Fonte: PNAD Contínua, 2016-2019): proporção de domicílios que possuíam telefone fixo e/ou pelo menos um morador com telefone celular para uso pessoal.
- ▶ **Indicador de Continuidade FEC** (Fonte: ANEEL/ABRADEE, 2008-2018): indica quantas vezes, em média, as unidades consumidoras de cada companhia energética sofreram interrupção durante o ano. Indicador estadual calculado por Macroplan.
- ▶ **Indicador de Continuidade DEC** (Fonte: ANEEL/ABRADEE, 2008-2018): indica o número de horas que, em média, as unidades consumidoras de cada companhia energética ficaram sem energia elétrica durante o ano. Indicador estadual calculado por Macroplan.

Glossário de Indicadores



Saneamento

- ▶ **Saneamento adequado** (Fonte: PNAD Contínua, 2016-2019): proporção de domicílios com saneamento adequado em relação ao total de domicílios. Na área urbana considerou-se adequado: abastecimento de água por rede geral de distribuição; coleta de lixo diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza; esgotamento sanitário por rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede. Na área rural, considerou-se adequado: abastecimento de água por rede geral de distribuição; poço profundo ou artesiano; poço raso, freático ou cacimba ou fonte ou nascente; lixo coletado diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de coleta de lixo.
- ▶ **Índice de atendimento de esgoto** (Fonte: SNIS, 2008-2018): Calculado pela razão entre a população total atendida com esgotamento sanitário e a população total residente nos municípios de referência com abastecimento de água.
- ▶ **Índice de esgoto tratado** (Fonte: SNIS, 2008-2018): Calculado pela soma do volume de esgoto tratado e volume de esgoto bruto exportado e tratado nas instalações do importador sobre a diferença do volume de água consumido pelo volume de água tratada e exportada.
- ▶ **Índice de atendimento de água** (Fonte: SNIS, 2008-2018): Calculado pela razão entre a população total atendida com abastecimento de água e a população total residente nos municípios de referência com abastecimento de água, segundo o IBGE.
- ▶ **Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares** (Fonte: SNIS, 2009-2017): Calculado pela razão entre a população total atendida nos municípios de referência com serviço de coleta de Resíduos Domiciliares (RDO) e a população total do município.
- ▶ **Índice de perdas na distribuição de água** (Fonte: SNIS, 2008-2018): Calculado pela soma do volume de água produzido e o volume de água tratada importado menos a soma do volume de água consumido e o volume de serviço sobre a soma do volume de água produzido e o volume de água tratada importado menos o volume de serviço.

Glossário de Indicadores



Educação

- ▶ **Percentual de crianças de até 3 anos frequentando escola** (Fonte: PNAD Contínua, 2016-2019): Razão entre o total de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola e o total de crianças de 0 a 3 anos.
- ▶ **Percentual de crianças de 4 a 5 anos frequentando escola** (Fonte: PNAD Contínua, 2016-2019): Razão entre o total de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola e o total de crianças de 4 a 5 anos.
- ▶ **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica na rede pública (municipal, estadual e federal)** (Fonte: Inep, 2009-2019): Índice que mensura a qualidade da educação brasileira. O índice varia de 0 a 10 e em seu cálculo são combinados dois fatores: desempenho dos estudantes na Prova Brasil, aplicada a cada dois anos, e a Taxa de Aprovação.
- ▶ **Taxa de analfabetismo** (Fonte: PNAD Contínua, 2012-2019): proporção de pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever.
- ▶ **Escolaridade média** (Fonte: PNAD Contínua, 2012-2019): média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais. Foi considerado o Ensino Fundamental com nove anos de estudo.
- ▶ **Jovens com Ensino Superior** (Fonte: PNAD Contínua, 2012-2019): proporção de jovens de 25 a 29 anos que concluíram o Ensino Superior em relação ao total de jovens nessa faixa etária.

Glossário de Indicadores



Saúde

- ▶ **Expectativa de vida** (Fonte: IBGE, 2010-2019): número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente em determinado espaço geográfico no ano considerado.
- ▶ **Mortalidade infantil** (Fonte: DataSUS, 2008-2018): número de óbitos de menores de 1 ano por mil nascidos vivos em determinado espaço geográfico no ano considerado.
- ▶ **Taxa de mortalidade prematura por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)** (Fonte: DataSUS, 2008-2018): calculado pelo número de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissíveis (doenças cardiovasculares I00-I99, doenças respiratórias crônicas J30-J35 J37-J98, diabetes mellitus E10-14 e neoplasias C00-C97), em determinado ano e unidade da federação de referência por 100 mil habitantes nessa faixa etária.



Segurança

- ▶ **Taxa de homicídios por 100 mil habitantes** (Fonte: DataSUS, 2008-2018): número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36 (óbitos causados por agressão mais intervenção legal) por 100 mil habitantes.
- ▶ **Taxa de óbitos em acidentes de trânsito a cada 100 mil habitantes** (Fonte: DataSUS, 2008-2018): número de óbitos na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: V01-V99 (conforme a última versão da Classificação Internacional de Doenças da OMS) por 100 mil habitantes.

Glossário de Indicadores



Meio Ambiente

- ▶ **Cobertura natural do solo** (Fonte: MapBiomias/Observatório do Clima, 2009-2019): Área do território com formação florestal, formação savânica, mangue, área úmida natural não florestal, formação campestre, outra formação não florestal, afloramento rochoso e apicum. Não inclui floresta plantada. Por extrapolação, equivale a cobertura com ecossistemas naturais da região.
- ▶ **Uso do solo para agropecuária** (Fonte: MapBiomias/Observatório do Clima, 2009-2019): Área do território com atividades de pastagem e agricultura. Avalia o impacto da atividade na região de interesse.
- ▶ **Taxa de cadastramento ambiental rural** (Fonte: SiCAR/Serviço Florestal Brasileiro, 2014-2019): Comparação entre cadastros estimados para o cumprimento da Lei do Código Florestal Brasileiro em propriedades rurais com base no Censo Agropecuário do IBGE de 2006 e cadastros realizados de imóveis rurais, assentamentos da reforma agrária e territórios de povos e comunidades tradicionais. razão entre total de área cadastrada (em hectare) e o total de área cadastrável (em hectare) multiplicado por 100.
- ▶ **Desmatamento acumulado** (Fonte: PRODES/Inpe, 2009-2019): Estimativas de desmatamento total com base no mapeamento anual de um grande conjunto de imagens de satélite Landsat 5/TM ou similares, cobrindo toda a extensão do Brasil. Somatório dos desmatamentos mensais.
- ▶ **Focos de queimada** (Fonte: Monitoramento de Queimadas/Inpe, 2009-2019): Total de focos de queimada identificados via satélite no período de interesse.
- ▶ **Emissões de CO2 per capita** (Fonte: SEEG/Observatório do Clima, 2008-2018): Total de emissões de CO2 em tCO2e por habitante

Glossário de Indicadores



Ciência e Tecnologia

- ▶ **Taxa de Mestres e Doutores por 100 mil habitantes** (Fonte: CAPES e IBGE, 2009-2019): Somatório de mestres e doutores formados no ano de referência sobre o total da população residente multiplicados por 100.
- ▶ **Proporção de ocupações técnico-científicas** (Fonte: RAIS, 2008-2018): Total de vínculos em ocupações técnico-científicas sobre o total de ocupações formais. Os códigos da CBO Ocupação 2002 utilizados foram: 201; 202; 203; 211; 212; 213; 214; 221; 222; 301; 395; 1237; 1426.
- ▶ **Número de patentes concedidas** (Fonte: MCTIC/INPI, 2008-2018): Total de patentes concedidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia no ano de referência.
- ▶ **Proporção do dispêndio total em Ciência e Tecnologia** (Fonte: MCTIC/INPI, 2008-2018): recursos totais dispendidos para o investimento em Ciência e Tecnologia com relação a receita total.



Institucional

- ▶ **Taxa de congestionamento da Justiça no 1º grau** (CNJ, 2009-2018): taxa que mede a efetividade de cada tribunal estadual no ano, levando-se em conta o total de casos novos que ingressaram, os casos baixados e o estoque pendente ao final do período anterior ao período-base. A taxa de congestionamento na Justiça no período-base é calculada pela divisão entre o número de casos pendentes e o somatório do número de processos baixados e o número de casos pendentes. O termo “1º grau” refere-se à jurisdição exercida pelos juízes de direito, excetuando-se a jurisdição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e das Turmas Recursais.
- ▶ **Índice de transparência** (CGU, 2018): indicador que mede a transparência estadual levando em conta o grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI). O índice é composto por 17 quesitos distribuídos por dois eixos: Transparência ativa, que representa 50% do índice; e Transparência Passiva, que responde pelos outros 50%.

UMA CONCERTAÇÃO
PELA AMAZÔNIA



instituto
arapyauú 


MacroPlan